

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
CENTRO DE ESTUDOS GERAIS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

A política de pacificação e o povo da favela

Vanessa Menezes de Andrade

Orientadora: Prof. Dr^a. Cecília Maria B. Coimbra.

Niterói

2013

VANESSA MENEZES DE ANDRADE

A política de pacificação e o povo da favela

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

A553 Andrade, Vanessa Menezes de.

A política de pacificação e o povo da favela / Vanessa Menezes de Andrade. – 2013.

162 f.

Orientadora: Cecilia Maria Bouças Coimbra.

Dissertação (Mestrado acadêmico em Psicologia) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Psicologia, Pós-graduação em Psicologia, 2013.

Bibliografia: f. 141-162.

1. Biopolítica. 2. Unidades de polícia pacificadora. I. Coimbra, Cecilia Maria Bouças. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

BANCA EXAMINADORA

Professora Doutora Cecília Maria Bouças Coimbra

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Professora Doutora Heliana de Barros Conde Rodrigues

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Professor Doutor Luiz Antônio dos Santos Baptista

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

“Meu sangue não tem nome. A única coisa que ele tem, além daquilo que eu como e bebo, é o que me faz insistir em viver. Vida, para certas pessoas, é insistência.”

Oração de um nenhum a nossa Senhora dos Desvalidos, Luis Antonio dos Santos Baptista,
2011

Dedico este trabalho aos Amarildos do Brasil... amados(e)idos. *In memorian*, para não nos esquecermos.

AGRADECIMENTOS

Aos Orixás pela força, proteção e presença na minha vida.

Aos meus pais pelo medo, pelas conversas na beira da cama e pelo amor.

À Cecília que com sua voz de trovão me fez querer continuar quando as minhas mãos tremiam, a voz faltava e as palavras não se deixavam imprimir no papel. Muito obrigada pelo modo alegre como acompanhou a nossa vida, minha e dos colegas, neste momento tão delicado e tão grandioso de reinvenção de nossas vidas.

Ao Luis Antonio dos Santos Baptista por ter sido um carteiro, profissão de meu pai, que enviou para Cecília meu projeto de mestrado o que possibilitou eu chegar aqui. Obrigada pelo carinho ao longo de todo processo. Como diria Manoel de Barros (2010:180): *“Você mexe com as palavras como quem mexe com pimenta... até vir sangue no órgão”* Ler seus textos faz bem para vida!

À Heliana de Barros Conde Rodrigues, Heli, não teria como agradecer pelos abraços, risadas, caronas, Careca, noites, textos, cafés, aulas, e-mails, tempo... Você é uma preciosidade! Obrigada por mais uma vez estar em um momento importante da minha vida.

Ao Daniel Maribondo por acompanhar meu caminho desde a graduação na UERJ. Você é importante para mim.

Aos amigos da orientação Zé Rodrigues e Livia pelos textos brilhantes, ao Felipe pelos abraços e por me ajudar a manter a calma e Érika e Sandrinha pelas problematizações.

RESUMO

Nesta produção analisamos a instauração da chamada política de pacificação nas favelas cariocas, em especial no Cantagalo e Pavao - Pavãozinho, que ficam entre os bairros de Ipanema e Copacabana. Nosso objetivo foi acompanhar as lutas que foram travadas nestes territórios e, que também me constituíram, destacando que outros possíveis foram ensaiados ao longo deste processo. Nosso principal intercessor foi Michel Foucault, principalmente, os estudos que o autor empreendeu sobre o Estado de Polícia, a Biopolítica, o povo e as práticas de contra-conduta. Outros importantes aliados foram Félix Guattari, Gilles Deleuze, Roland Barthes, Manoel de Barros, Guimarães Rosa, Jeanne Marie Gagnebin e os que se fizeram em texto, voz e abraços como Luis Antonio dos Santos Baptista, Cecília Coimbra e Heliana de Barros Conde Rodrigues. Este texto também se deu graças à presença de fortuitos encontros com os sem rosto definido, os ninguéns, e com acontecimentos disruptivos que se deram ao longo do processo de feitura deste trabalho que com sua força modificaram a escrita e a vida.

Palavras-chave: biopolítica; povo; silêncio; UPP.

ABSTRACT

In this production we analyze the introduction of so-called pacification policy in “favelas”, especially in Cantagalo and Pavao Pavãozinho , which lie between the neighborhoods of Ipanema and Copacabana . Our goal was to follow the struggles that were fought in these territories, and also constituted me, noting that other possible were tested throughout this process. Our main intercessor was Michel Foucault, especially studies that the author embarked on the State Police, the Biopolitics, people and practices of counter - conduct. Other important allies were Félix Guattari, Gilles Deleuze, Roland Barthes, Manoel de Barros , Guimarães Rosa , Jeanne Marie Gagnebin and those made in text, voice and hugs as Luiz Antônio dos Santos Baptista, Cecilia Coimbra and Heliana Conde de Barros Rodrigues. This text also gave thanks to the presence of fortuitous encounters with nameless faces set, the nobodies, and disruptive events that occurred during the process of making this work with its strength and changed the writing life.

Keywords: biopolitics; people; silence; UPP.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO:	8
2. CAPÍTULO I: O apaziguamento do povo para pacificação	19
2.1 A ‘paz’ para gringo ver: “O Rio de Janeiro continua lindo...”	19
2.2 A pacificação como biopolítica: “ <i>A paz invadiu o meu coração...</i> ”.....	22
2.3 A mídia apaziguando as almas	24
2.4 Considerações sobre o exercício da soberania para pensarmos o BOPE	28
2.5 A “limpeza” do território pelo BOPE:.....	30
2.6 A “Força de pacificação” e a “Pacificação à força”.....	43
2.7 A mudança de estratégia para matar em paz	49
2.8 O BOPE e o <i>povo da favela</i> :	53
2.9 Os ‘cidadãos-BOPE’:	63
3. CAPÍTULO II: O latido dos cachorros e a invenção de possíveis	68
4. CAPÍTULO III: A UPP e uns ninguéns	80
4.1. A Nova (Velha) Polícia	82
4.2 UPP: Urbanização Pela Polícia	91
4.3 A gestão do lazer: Aprendendo a “dançar conforme a música”	97
4.4 A Urbanização do Território e a neutralização dos paradoxos da Cidade	105
4.5 A condução das crianças e os corpos que vibram	118
5. CONCLUSÃO:	131
6. ANEXOS	137
ANEXO A - CARTILHA DO ZIRALDO SOBRE AS UPPS	137
ANEXO B - FIGURAS, FOTOGRAFIAS E FONTES	140
7. BIBLIOGRAFIA:	142
REPORTAGENS EM JORNAIS E REVISTAS	155

CONTEÚDOS DA INTERNET	160
LEGISLAÇÃO:	161
OUTRAS FONTES:	162

1. INTRODUÇÃO:

“As pulgas sonham em comprar um cão, e os ninguéns com deixar a pobreza, que em algum dia mágico de sorte chova a boa sorte a cântaros; mas a boa sorte não chove ontem, nem hoje, nem amanhã, nem nunca, nem uma chuvinha cai do céu da boa sorte, por mais que os ninguéns a chamem e mesmo que a mão esquerda coce, ou se levantem com o pé direito, ou comecem o ano mudando de vassoura.

Os ninguéns: os filhos de ninguém, os donos de nada.
Os ninguéns: os nenhuns, correndo soltos, morrendo a vida, fodidos e mal pagos:
Que não são embora sejam.
Que não falam idiomas, falam dialetos.
Que não praticam religiões, praticam superstições.
Que não fazem arte, fazem artesanato.
Que não são seres humanos, são recursos humanos.
Que não têm cultura, têm folclore.
Que não têm cara, têm braços.
Que não têm nome, têm número.
Que não aparecem na história universal, aparecem nas páginas policiais da imprensa local.
Os ninguéns, que custam menos do que a bala que os mata.”
(Eduardo Galeano, Os ninguéns, 1991)

Nasci num lugar de frente para o mar e para a birosca do meu avô, com vista para o Cristo Redentor, para o galinheiro da vizinha, para a Lagoa Rodrigo de Freitas, para o quintal com “espada de São Jorge” e “Comigo Ninguém Pode” e lá longe dava para ver o Morro Dois Irmãos. Quando criança acordava com o galo cantando e ao anoitecer, corria pra laje pra esperar o acender dos pontinhos de luz das casas do Vidigal, isso era a coisa mais linda de se ver! Lembro-me das noites em que o morro ficava apagado e as únicas luzes que havia eram vermelhas, só que ao invés de pontinhos, elas formavam traços em diversas direções. Poucos dias depois, era minha casa e as dos vizinhos que ficavam sem luz... Os cachorros latiam sem parar, sentiam o “clima”¹ tenso da favela, policiais e traficantes trocavam tiros a noite toda e na manhã seguinte, acordávamos contando os corpos estendidos pelos becos. Aprendi bem nova a

¹ Clima se refere ao que Guattari chamou de conhecimento pático, pois “não procede de uma discursividade concernente a conjuntos bem delimitados, mas antes por agregação de territórios existenciais [...] O exemplo mais simples de conhecimento pático nos é dado pela apreensão de um “clima”, o de uma reunião ou de uma festa que apreendemos imediatamente e globalmente e não pelo acúmulo de informações distintas.”(GUATTARI, 2006: 161)

identificar o barulho de tiro, mas demorei um pouco pra acreditar que a luz vermelha que achava tão bonita era o rastro deixado por alguns deles.

Vivo desde que nasci na favela do Cantagalo, que integra o Complexo Cantagalo, Pavão-Pavãozinho, que fica entre os bairros nobres de Copacabana e Ipanema. O Complexo é composto por apenas duas favelas, o Cantagalo e o Pavão-Pavãozinho. O Pavãozinho é considerado pelos moradores como um prolongamento do Pavão em direção à favela vizinha do Cantagalo e recebeu este nome porque na época da ocupação, década de 30, tinha menos moradias. (MARZULO, 2005) Devido ao crescimento, as favelas do Cantagalo e Pavão-Pavãozinho espacialmente formam uma coisa só, porém os moradores fazem questão de demarcar que são territórios distintos, que foram se constituindo de forma diferente.

De antemão, é importante afirmar que optamos por usar o termo “favela” e “morro” e não “comunidade” por entendermos que este termo é usado geralmente para designar uma unidade daqueles que vivem em comunhão, no caso, os pobres. Nós pensamos comunidade de modo bem diferente, comunidade como *povo*, isto é, como um arranjo de singularidades quaisquer, que recusam a identificação e se lançam em contínua diferenciação instaurando modos de viver mais potentes. Este povo, tal qual esta comunidade, não estão dados a priori, eles são um porvir, que emergem, mas se recusam a durar. (PELBART, 2011)

No Cantagalo, a maioria dos moradores é predominantemente negra, as famílias vivem na favela há mais de 3 gerações e os moradores se autodenominam “crias”, porque foram “criados” na favela, demarcando uma relação de pertencimento com o local. Isto influenciou a ocupação do espaço, por exemplo, as famílias construíam as casas no mesmo terreno e tinham amplos quintais². No Pavão-Pavãozinho os migrantes nordestinos e seus descendentes são a maioria. Os primeiros migrantes vieram a trabalho e, por isso, as casas de cômodo e alugueis eram as construções mais frequentes. Até hoje, os moradores do Cantagalo chamam pejorativamente os vizinhos de “paraibas” e “filhos do vento”, pois não “fincavam raízes” na favela. O Pavão-Pavãozinho é mais desenvolvido comercialmente, pois foi o primeiro a ter estabelecimentos como padarias, salões de cabeleireiro, lanchonetes e restaurantes e

² Os quintais foram se extinguindo e em seus lugares foram sendo construídas novas casas. Atualmente, as casas do Cantagalo pouco se distinguem das casas do Pavão-Pavãozinho.

também alugueis de casas e cômodos, o que é considerado a fonte de renda mais lucrativa na favela. Todas estas criações não pagam impostos e foram elas que possibilitaram a permanência e um pouco da “qualidade de vida” dos moradores que não teriam como pagar por estes itens em Ipanema e Copacabana, onde o custo de vida é um dos maiores da cidade.

A separação entre os moradores das duas favelas foi acentuada pelo tráfico que, no final dos anos 80, em meio ao conflito pela ‘chefia’ dos pontos de drogas, proibiu a circulação dos moradores entre as duas favelas e inibiu a articulação política do Complexo. Esta demarcação de que são territórios distintos também está presente nas associações de moradores, já que há uma só para o Cantagalo e outra para o Pavão-Pavãozinho. No entanto, os projetos do governo e da iniciativa privada que atuam no Complexo não costumam respeitar essas nuances e oferecem o mesmo pacote a ser aplicado nesses contextos diversos, causando muito incômodo nos moradores.

O Cantagalo e Pavão-Pavãozinho são uma das poucas favelas que resistiram às políticas de remoção que marcaram o século XX e por estarem localizadas na Zona Sul, recebem um tratamento diferencial dos governantes. Neste momento em que a cidade do Rio de Janeiro foi eleita Patrimônio Cultural da Humanidade e sediará mega eventos esportivos mundiais é importante pensarmos que políticas estão sendo implementadas neste território.

A proximidade com as áreas consideradas mais nobres da cidade, onde vivem os considerados cidadãos cariocas, acaba por promover uma proteção destas favelas e impedir a execução de chacinas. É o que afirmou o Secretário de Segurança do Rio de Janeiro, José M. Beltrame:

é difícil a polícia ali entrar, porque um tiro em Copacabana é uma coisa. Um tiro na [favela da] Coréia, no complexo do Alemão [nas zonas oeste e norte, respectivamente], é outra (...) Nós temos hoje a informação que muitos traficantes estão vindo para a zona sul. No Pavão-Pavãozinho [em Copacabana], Dona Marta, eu estou muito próximo da população.³

Uma vez que, pelas proporções fica difícil esconder a favela atrás de muros, como já sugeriram alguns políticos, a solução encontrada foi colocá-la em evidência, seja através de Mirantes ou de Teleféricos, propagandas, novelas etc. A favela e os favelados estão na moda e são as mais recentes mercadorias “*made in Rio*”. A

³ Publicado na Folha Online, caderno Cotidiano, em 24 de outubro de 2007.

fabricação deste produto passa pela padronização dos modos de vida dos moradores e pela urbanização do território. Isso se dá através de práticas de condução e contenção que incidem diretamente sobre o povo da favela e sobre cada um dos corpos daqueles que vivem nela, num processo chamado de “política de pacificação”.

Acreditamos que a política de pacificação das favelas, que teve como um dos idealizadores o Secretário de Segurança José M. Beltrame, é a atual estratégia usada para que os favelados não sejam mais fonte de gastos, mas sim de ganhos pelas ong’s, pela mídia, pelas empresas, pelo governo e por eles mesmos, à medida em que se convertam em cidadãos empreendedores de si ajustados à lógica neoliberal. Esta política tem como principal instrumento de ação as UPP’s.

A primeira Unidade de Polícia Pacificadora-UPP da cidade foi instalada em dezembro de 2008, na favela Dona Marta em Botafogo. Até 2012, a definição de UPP dada pelo governo era:

A Unidade de Polícia Pacificadora é um novo modelo de Segurança Pública e de policiamento que promove a aproximação entre a população e a polícia, aliada ao fortalecimento de políticas sociais nas comunidades. [...] As UPPs representam uma importante ‘arma’ do Governo do Estado do Rio e da Secretaria de Segurança para recuperar territórios perdidos para o tráfico e levar a inclusão social à parcela mais carente da população. Hoje, cerca de 280 mil pessoas são beneficiadas pelas unidades. [...] Criadas pela atual gestão da secretaria de Estado de Segurança, as UPP’s trabalham com os princípios da Polícia Comunitária [...].⁴

A partir de 2013 o site foi modificado e a UPP passou a ser apresentada como:

[...] uma pequena força da Polícia Militar com atuação exclusiva em uma ou mais comunidades, numa região urbana que tem sua área definida por lei. [...] As UPPs trabalham com os princípios da polícia de proximidade, um conceito que vai além da polícia comunitária e que tem sua estratégia fundamentada na parceria entre a população e as instituições da área de segurança pública.⁵

⁴ Publicado na página institucional da UPP/RJ.

⁵ Publicado na página institucional da UPP/RJ.

No entanto, a UPP não corresponde nem a uma polícia comunitária⁶ nem tampouco de aproximação, pois o que ela de fato tenta promover é o controle do território da favela e a condução capitalística das condutas dos moradores que devem aprender a obedecer à *ordem* policial para supostamente alcançarem o dito *progresso* de vida, isto é, a tão sonhada “cidadania”. Pois conforme Batista (2012: 64-65)

É por isso que me causa indignação ler sociólogos chamarem as UPPs de policiamento comunitário ou de proximidade. Peço que respeitem a memória do Coronel Magno Nazareth Cerqueira. O Alemão é muito mais complexo. A pacificação e a ocupação de algumas favelas do Rio deram-se em forma de guerra, com o apoio das Forças Armadas nacionais, instituindo uma gestão policial e policialesca da vida cotidiana dos pobres que lá habitam.

A UPP chegou ao Cantagalo, Pavão, Pavãozinho no final de dezembro de 2009. Antes dela veio o Bope. Desde então, venho tentando pensar sobre as relações dos moradores com esta forma de policiamento, pois não conseguia de modo algum associar a presença da polícia à paz. Por isso, comecei a conversar com vizinhos e amigos sobre como estávamos lidando com a tal política de pacificação que estava batendo nas nossas portas. A maioria deles desconversava ou no máximo dizia que com a UPP a favela estava melhor. Quando eu perguntava por que, eles não sabiam precisar e retrucavam indagando se eu estava do lado do tráfico. Isso porque a mídia, para promover a UPP, restringia nossas possibilidades de governo a duas alternativas: ou éramos cúmplices do tráfico, visto como o Mal, ou éramos bons e cooperávamos com a polícia, vista como o Bem. O “clima” na favela era de total desconfiança, sabíamos que muitos parentes e amigos de traficantes estavam com a função de denunciar para o tráfico o nome daqueles que colaborassem com a polícia e, por outro lado, os poucos moradores, em sua maioria os jovens, que demonstravam abertamente sua insatisfação com a UPP, eram tratados como suspeitos e revistados continuamente pelos policiais, sofrendo provocações e agressões.

Nos espaços coletivos como nas reuniões de moradores e de ong’s sempre havia representantes da UPP, muito sorridentes, educados, solícitos. Não acredito que a

⁶ O policiamento comunitário propõe outro modo de pensar e fazer polícia, compreendendo a segurança pública como um exercício diário que necessita da participação efetiva da sociedade em colaboração com a polícia na problematização, resolução e evitação de conflitos. No Brasil, a filosofia de Polícia Comunitária foi introduzida na década de 80, tendo como precursor o Coronel Carlos Nazareth Cerqueira da PM/RJ. Para maiores informações consultar: MUNIZ, J. et al. Resistências e dificuldades de um programa de policiamento comunitário. *Tempo Social*, São Paulo, Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo, v.9, n.1, p. 197-213, maio 1997.

população os quisesse ali sempre, mas não aceitá-los poderia gerar um problema maior. E sempre que surgia alguma fala demonstrando a insatisfação dos moradores com a UPP, eles diziam que estavam em processo de implantação, que os erros seriam corrigidos com o passar do tempo e que denúncias deveriam ser feitas na base da UPP diretamente com o comandante. Assim, fui me sentindo sem espaço para falar, acuada com a presença deles e cada vez mais impotente.

Quando falava da minha preocupação com essa política de pacificação com meus amigos da faculdade, eu era chamada de reacionária e pessimista. Eles diziam que eu estava generalizando a atuação da polícia e considerando-a como algo mau em si. Eles usavam Foucault para justificar que não há essências, tudo são práticas; sendo assim, a polícia enquanto instituição também poderia mudar e mudou. E aí, eu pensava: “Isso é que me apavora, esta nova tática que, a meu ver, camufla a velha prática de controle.”

Decidi insistir na minha desconfiança e fazer do Mestrado em Subjetividade, Política e Exclusão Social da Uff, a possibilidade de poder pensar coletivamente e falar sobre esta realidade. Diria que não escolhi o tema, ele se impôs como condição de existência para mim. Trata-se da necessidade que eu tenho de afirmar a presença viva das vidas que resistem à atual política de gestão nas favelas cariocas e não se deixam enquadrar no binarismo UPP ou tráfico.

Usamos como método a pesquisa intervenção⁷, empreendendo a análise de reportagens veiculadas em sites, jornais e programas de televisão sobre a relação dos moradores com as UPP's, dos mais variados encontros que tivemos no percurso e de nossa implicação. Para facilitar nossa pesquisa tomaremos o Cantagalo como foco de

⁷ Inicialmente, pensamos que adotaríamos como método de pesquisa a História Oral. Depois de escrita a dissertação, percebi que não fora este o método usado. A pesquisa estaria mais próxima da chamada pesquisa-intervenção, que surgiu a partir da década de 60/70 na França através da corrente da Análise Institucional Socioanalítica (René Lourau, Georges Lapassade, Rémi Hess), ganhando adeptos na América Latina a partir da década de 80 (Heliana de Barros Conde Rodrigues, Gergório Baremlitt, Regina Benevides de Barros). A perspectiva visa promover uma análise sócio-histórica e política das práticas discursivas e não discursivas no cotidiano, inclusive as que se dizem respeito às implicações do pesquisador e seus efeitos. O que transforma a pesquisa em um exercício ético de produção de si, uma forma de inventar mundo e de reinventar-se, rompendo com qualquer neutralidade e objetividade do pesquisador e desconstruindo dicotomias do tipo sujeito que conhece e objeto a conhecer. Sujeito e objeto são produções imanentes ao processo de pesquisa. Nesta pesquisa destacam-se os chamados analisadores – conceito-ferramenta que mostra as forças em luta, o que não é visto, possibilitando problematizar as redes de poder e os jogos de interesses.

análise, mas estaremos sempre correlacionando as experiências relatadas com os acontecimentos de outras favelas com UPP. Principalmente do Pavão-Pavaõzinho pelo fato da UPP ser a mesma (UPP Cantagalo, Pavão, Pavaõzinho) e as outras instituições como o Programa de Aceleração do Crescimento -PAC e algumas ONGs também.

Não há dúvida que o fato de viver desde que nasci no Cantagalo é um diferencial na pesquisa que empreendo, pois as relações de poder que investigo me atravessam e me constituem diretamente. Por isso, é importante estar o tempo todo analisando minhas implicações. Segundo Passos e Benevides (2000:73):

A noção de implicação, trabalhada pelos analistas institucionais, não se resume a uma questão de vontade, de decisão consciente do pesquisador. Ela inclui uma análise do sistema de lugares, o assinalamento do lugar que ocupa o pesquisador, daquele que ele busca ocupar e do que lhe é designado ocupar, enquanto especialista, com os riscos que isto implica. Melhor seria dizer, então, análise das implicações, posto que implicado sempre se está. Aquilo para o que as correntes institucionalistas chamam a atenção é a necessidade da análise das implicações com as instituições em jogo numa determinada situação. A recusa da neutralidade do analista/pesquisador procura romper, dessa forma, as barreiras entre sujeito que conhece e objeto a ser conhecido.

Pois se, por um lado, o fato de ser moradora me facilita o acesso às histórias que escapam à mídia e também o contato com os demais moradores para pensar com eles novas práticas, por outro lado, o fato de viver ali dentro, corporalmente imersa no campo que investigo, me torna mais vulnerável à ação das forças que afirmam que a pacificação é em nome da libertação e felicidade dos moradores e da segurança da sociedade e que, além disso, forjam a UPP como única possibilidade de governo diante da ação de traficantes e milicianos. Estas forças estão em mim e, por vezes, me paralisam. Não me permitindo por em análise o que elas produzem a partir da promoção desta sensação de liberdade, segurança e felicidade e que outras forças estão atuando para combater estas produções competentes de controle e inventar novos possíveis. Segundo Coimbra e Nascimento (2007:30) esta paralisação seria o que René Lourau definiu como sobreimplicação, isto é,

(...) uma dificuldade de análise e que, mesmo quando realizada, pode considerar como referência apenas um único nível, um só objeto, impossibilitando que outras dimensões sejam pensadas, que as multiplicidades se façam presentes, que as diferentes instituições sejam consideradas

Não tem sido fácil escrever os textos, já que fui ensinada, como todo morador de favela, a não falar sobre o que se passa lá, sobre as vidas que insistem em viver, as

que escapam e as que somem. Sabíamos bem o que acontece com os Tim Lopes⁸ na favela, mortos não só por traficantes como também por policiais e pela própria mídia. Quando éramos perguntados, apenas era permitido dizer: “Não vi, não ouvi e não sei de nada!” Eu achava que os muros da universidade me ‘protegeriam’ dos perigos da favela e, por isso, me encorajei a falar deste tema. Qual não foi minha surpresa quando me deparei na primeira semana de aula do mestrado com uma colega de classe que é capitã do BOPE. Naquele mês ela tinha acabado de sair numa revista feminina em uma matéria chamada ‘Batom na caveira’⁹. A presença de uma aluna-policial que apresentou e defendeu o brasão do BOPE em sala de aula produziu importantes questionamentos entre os alunos e alguns professores sobre as práticas que estavam sendo legitimadas pelo programa de pós-graduação da UFF e, principalmente, sobre a relação entre minha vida e minha escrita, pois durante todo o mestrado, a escrita e a coragem de deixar escrito têm se configurado como instrumento de resistência que me possibilitam pensar diferente e romper com o silenciamento que foi dando contornos ao meu corpo ao longo de todos estes anos.

O fato de viver na favela faz da escrita um compromisso e um ato ético-político, pois ouvi os sons dos tiros e os gritos de perto, mas também pude ouvir as músicas e as risadas. E é a presença destas outras histórias e das memórias compartilhadas nas conversas, na boca-miúda, nos olhares entrecruzados enfim, na vida que escapa que nos interessam. Por isso, não quero fazer um texto entristecedor. Não estou aqui para denunciar e detalhar aquilo que os jornais já tanto falam: os corpos no chão, as torturas, as vidas perdidas. Vou na direção e na intenção das vidas que resistem!

Contudo, de modo algum esta produção se caracteriza como a “voz e a verdade” da favela. De antemão, afirmo que não acredito neste tipo de discurso que por ser dito por alguém que supostamente conhece a realidade teria validade. Tampouco poderíamos falar de realidade, já que, falar de uma suposta realidade implica o achatamento do campo de análise, que só oferece como possibilidade propostas altamente fascistas, simbolizadas por clamores do tipo “pobres no poder”. Logo, percebemos mais interessante do que pensar “a realidade” é atentar para o emaranhado de relações e

⁸ Tim Lopes, jornalista da Rede Globo, foi assassinado brutalmente em 2002 no Complexo do Alemão quando descobriram que pesquisava a ação dos traficantes na região. Sobre o tema ver: JAKOBSKIND, Mário Augusto. Dossiê Tim Lopes: Fantástico/Ibope. Rio de Janeiro: Ed. Europa, 2003.

⁹ Publicado na Revista Marie Claire, caderno Reportagem/Entrevista do mês em 27 de setembro de 2011.

virtualidades que à medida que se atualizam forjam modos de vida altamente complexos. E é este potencial de criação de novos modos de vida que impulsionará a escrita, tanto quanto será renovado por ela.

O maior desafio que enfrento até o momento na feitura deste texto é preencher o nós, tão academicamente correto, de sentido. A busca por outros moradores que preencham este nós, está sendo o fio condutor de todo o processo de trabalho. Pois cheguei a pensar que eu estava só. A indignidade de falar pelos outros, que, conforme Deleuze¹⁰, foi um dos maiores ensinamentos deixados por Foucault, me atordoava e não era simplesmente o falar em nome deles, como representante, porta-voz dos pobres e indefesos. O que já seria terrível! Mas, era algo pior, era usar o nós para falar de algo que pelo visto eu pensava sozinha. O sentido do uso da primeira pessoa do plural no meu texto foi um desafio, eu só pude assumir este uso à medida que encontros potentes me alertaram para o modo como eu estava lidando com o conceito de resistência. Tomando-o somente como um levante, uma rebelião ou um combate direto e isso não me permitia atentar para as possibilidades inventivas das silenciosas e sutis práticas cotidianas de resistência. Como afirmou Foucault (1979: 92):

(...) os pontos, os nós, os focos de resistência disseminam-se com mais ou menos densidade no tempo e no espaço, às vezes provocando o levante de grupos ou indivíduos, de maneira definitiva, inflamando certos pontos do corpo, certos momentos da vida certos tipos de comportamento. Grandes rupturas radicais, divisões binárias e maciças? Às vezes. É mais comum, entretanto, serem pontos de resistência móveis e transitórios, que introduzem na sociedade clivagens que se deslocam, rompem unidades e suscitam reagrupamentos, percorrem os próprios indivíduos, recortando-os e os remodelando, traçando neles, em seus corpos e almas, regiões irreduzíveis.

E são as resistências que nos interessam neste trabalho, pois nossa intenção é analisar as lutas diárias travadas no território, supostamente pacificado, e assim promover fissuras nos discursos que forjam a UPP como um consenso para sociedade em geral, principalmente para os moradores das favelas. Faço do mestrado um espaço de invenção destes possíveis, pois os encontros nas orientações, nas aulas e nos

¹⁰ Segundo Deleuze, Foucault “foi o primeiro a nos ensinar - tanto em seus livros quanto no domínio da prática — algo de fundamental: a indignidade de falar pelos outros. Quero dizer que se ridicularizava a representação, dizia-se que ela tinha acabado, mas não se tirava a consequência desta conversão ‘teórica’, isto é, que a teoria exigia que as pessoas a quem ela concerne falassem por elas próprias” (Foucault, 1979:72).

corredores me põem novamente em movimento e me lançam no campo de lutas de forças com novas armas.

No primeiro capítulo, **“O apaziguamento do povo para pacificação”**, analisamos a preparação da favela para a instalação das UPP’s. Iniciaremos correlacionando a chamada pacificação com a produção de uma cidade segura para atrair pessoas e investimentos com os eventos que acontecem no RIO a partir de 2013. Em seguida, apontamos a importância dos discursos midiáticos como meio de promoção de “subjetividades pacificadas”; depois falamos do exercício da soberania biopolítica da favela, marcada pela limpeza do território e pelo silenciamento dos moradores. Apontamos o que acreditamos ser uma mudança neste processo de ocupação que passa a usar como estratégia de controle o convencimento e a solicitação da nossa fala e colaboração. O capítulo termina aprofundando a análise da preparação dos moradores para que deixem de ser povo da favela e se transformem em “população da cidade”, processo administrado pelas UPP’s, e da produção dos moradores como “cidadãos-BOPE”, principalmente as crianças.

No segundo capítulo, **“O latido dos cachorros e a invenção de possíveis”**, falamos da aparente tranqüilidade da favela após a chegada da UPP e do surpreendente encontro com os cachorros; analisamos a proliferação de discursos apaziguadores que forjam realidades e operam convocando os moradores a falar e a produção de diferentes silêncios.

No terceiro capítulo, **“A UPP e uns ninguéns”** abordamos: Na primeira parte, trataremos uma história acontecimento, “Um ninguém e um ninguénzinho” que nos ajudou a pensar a “polícia em nós”. Na segunda parte, falaremos da “Nova (Velha) Polícia”, pensamos como a “velha” prática de fazer polícia, marcada pela promoção da matança e do terror, funciona na chamada “nova polícia”. Na seqüência apresentaremos “a Urbanização Pela Polícia”, onde analisamos a produção de uma determinada cidadania veiculada à transformação dos moradores em empreendedores de si ajustados à biopolítica neoliberal da favela; Abordamos a gestão do lazer como mecanismo de governo; analisamos a ação do PAC e dos programas de regularização fundiária no Cantagalo e como estes se agenciam com a chamada política de pacificação e apontamos o Museu da Favela-MUF como prática de resistência. Na última parte deste capítulo, levamos adiante a análise das práticas de condução das crianças e adolescentes pela polícia, iniciada no capítulo 2. Problematicamos de que modo esta aproximação

com os policiais, que passam a ser professores e amigos, funciona como estratégia de continuidade do controle e como as crianças criam escapes.

Na conclusão, falamos da dificuldade de por em análise uma política que está em vigor e os desdobramentos dos encontros da escrita com os acontecimentos que revitalizaram as ruas nos últimos meses e que nos surpreenderam e encorajaram a viver-escrever.

2. CAPÍTULO I: O apaziguamento do *povo* para pacificação



Figura 1 - Foto durante operação do Bope na favela da Providência divulgada no Jornal Extra on-line de 26 de março de 2010.

2.1 A ‘paz’ para gringo ver: “O Rio de Janeiro continua lindo...”¹¹

“Na cidade cartão postal nada acontece; a beleza ou a barbárie estampadas bloqueiam o suceder de algo além do previsto; são imagens da identificação, das quais nada aturde, é estranhado, apenas incitam um apaziguador reconhecimento.”

(BAPTISTA, 2008 a: s/p.)

A atenção do mundo está voltada para a cidade do Rio de Janeiro, que foi eleita Patrimônio da Humanidade pela UNESCO, em 2012, e a partir deste ano sedia grandes eventos mundiais: a Jornada Mundial da Juventude e a Copa das Confederações em 2013, a Copa do Mundo em 2014 e os Jogos Olímpicos em 2016. Por isso, somos levados a problematizar: que cidade está sendo forjada para atender aos interesses político-financeiros relacionados a esta visibilidade?

¹¹ GIL, Gilberto. *Aquele abraço*. Cd: Acústico MTV, 1994.

A produção do Rio para agradar aos olhos, ouvidos e narizes do mundo passa pela desconstrução da cidade que por muito tempo fora produzida como violenta, suja e desordenada e cuja causa fora atribuída às favelas, como afirma Coimbra (1995:25):

As diferentes faces da violência presentes nos centros urbanos são interpretados por muitos como se originando, principalmente das favelas e das periferias. Tais visões têm sido competentemente produzidas e fortalecidas também pelos meios de comunicação de massa que, cotidianamente, apontam serem esses locais – onde predominam a fome e a miséria- os espaços da desordem e do crime, da marginalidade e da bandidagem. Esses locais devem ser evitados, e mesmo isolados, porque perigosos.

A proposta atual do governo para combater a violência na cidade é a chamada pacificação de algumas favelas, que será feita através da intervenção do Batalhão de Operações Policiais Especiais-BOPE e das Unidades de Polícia Pacificadoras-UPPs¹². O curioso é que afirmam que essa policialização é feita em nome da proteção, da paz e da liberdade dos moradores. No entanto, as favelas ‘contempladas’ com UPP não são as consideradas mais violentas, e sim, as que estão localizadas na Zona Sul- área nobre da cidade-, no Centro- área de intensa movimentação comercial- e na Grande Tijuca- onde há os Centros Esportivos do Maracanã e Maracanãzinho. Como demonstra o relatório

¹² O Decreto de lei nº 42787 de 6 de janeiro de 2011 estabelece no artigo 1(§ 1) três critérios para a seleção dos locais onde serão instaladas as UPP's: a) comunidades pobres; b) de baixa institucionalidade e alto grau de informalidade; e c) com a presença de grupos criminosos ostensivamente armados.

De acordo com este mesmo artigo (§ 2º), os objetivos centrais das UPPs são dois:

“a. consolidar o controle estatal sobre comunidades sob forte influência da criminalidade

ostensivamente armada; b. devolver à população local a paz e a tranquilidade públicas necessárias ao exercício da cidadania plena que garanta o desenvolvimento tanto social quanto econômico”.

E divide o programa de pacificação em quatro etapas, a saber:

I - INTERVENÇÃO TÁTICA – Primeira etapa, em que são deflagradas ações táticas, preferencialmente pelo Batalhão de Operações Policiais Especiais (**BOPE**), pelo Batalhão de Polícia de Choque (**BP Choque**) e por efetivos deslocados dos Comandos de Policiamento de Área, CPA, com o objetivo de recuperarem o controle estatal sobre áreas ilegalmente subjugadas por grupos criminosos ostensivamente armados.

II – ESTABILIZAÇÃO – Momento em que são intercaladas ações de intervenção tática e ações de cerco da área delimitada, antecedendo o momento de implementação da futura UPP.

III – IMPLANTAÇÃO DA UPP – Ocorre quando policiais militares especialmente capacitados para o exercício da polícia de proximidade chegam definitivamente à comunidade contemplada pelo programa de pacificação, preparando-a para a chegada de outros serviços públicos e privados que possibilitem sua reintegração à sociedade democrática. Para tanto, a UPP contará com efetivo e condições de trabalho, necessários ao adequado cumprimento de sua missão.

IV – AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO – Nesse momento, tanto as ações de polícia pacificadora, quanto às de outros atores prestadores de serviços públicos e privados nas comunidades contempladas com UPP passam a ser avaliados sistematicamente com foco nos objetivos, sempre no intuito do aprimoramento do programa.

da pesquisa “*Os donos do morro’: uma avaliação exploratória do impacto das unidades de polícia pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro*” (2012: 178)¹³:

O projeto (de pacificação) tem apresentado uma forte seletividade geográfica abrangendo, sobretudo, a Zona Sul, o Centro e a Tijuca em torno do estádio do Maracanã, obviamente em função da celebração da Copa do Mundo. As UPPs, portanto, deixam em segundo plano justamente as áreas mais violentas da Região Metropolitana, que são a Baixada Fluminense e as Zonas Oeste e Norte do município do Rio. Na Zona Oeste existem apenas duas UPPs, Batam e Cidade de Deus. A última foi resultado da iniciativa de um comandante local e a primeira foi escolhida em função de um famoso episódio de tortura de jornalistas por um grupo de milicianos.

Segundo informações da pesquisa, a razão de policiais militares por habitantes, que é de 2,3 por 1.000 habitantes no Estado do Rio de Janeiro, passa para 18 por 1.000 no conjunto das primeiras 13 UPPs¹⁴. E até mesmo entre as favelas ditas pacificadas há uma significativa diferença nesta relação, como aponta a matéria “*UPP’s de áreas turísticas e menos perigosas possuem mais policiais*”¹⁵ do Jornal Folha de São Paulo, do dia 18 de julho de 2012, pois na Cidade de Deus, que fica em Jacarepaguá, na Zona Oeste, uma área de grande densidade populacional (aproximadamente 34.500 moradores) e reconhecida por ser uma área de conflito, a relação é de 9 policiais para cada 1.000 habitantes. Já no Chapéu Mangueira, localizado no bairro do Leme na Zona Sul, (com pouco mais de 1.100 moradores), a razão é de 88 policiais por 1.000 habitantes na favela. Uma das possíveis justificativas para esta disparidade está no Decreto de lei 42787¹⁶, artigo cinco (§ 2º), que determina que nenhuma UPP poderá ter um efetivo menor do que 100 policiais.

A proteção dos moradores também foi usada como justificativa para construção de muros na linha Amarela e Vermelha, que são as principais vias de acesso para o Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro. Esses muros, ou melhor, “barreiras

¹³ A pesquisa “*Os Donos do Morro: Uma Avaliação Exploratória do Impacto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio*” foi coordenada pelo professor Ignácio Cano da UERJ e apresentada em maio de 2012 no Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

¹⁴ As 13 UPPs são: Santa Marta, Cidade de Deus, Jardim Batam, Babilônia/Chapéu Mangueira, Cantagalo/Pavão-Pavãozinho, Tabajaras/Cabritos, Providência, Borel, Formiga, Andaraí, Salgueiro, Turano e Macacos.

¹⁵ A matéria foi baseada na pesquisa supracitada. Publicada na Folha Online, caderno Cotidiano, em 18 de julho de 2012.

¹⁶ Ver nota de rodapé 2.

acústicas”, segundo os governantes¹⁷, servem para proteger os ouvidos dos moradores do Complexo da Maré¹⁸ do barulho dos carros que circulam na via e do risco de atropelamento. Contudo, quem está nos carros também não consegue ouvir nem tampouco ver o que se passa dentro das favelas, onde está sendo instalada a nova base do BOPE na cidade.

Se algumas favelas estão com “dificuldade” de serem notadas pelos turistas, outras deverão ser vistas por eles em todos os ângulos através de teleféricos, visitas guiadas, mirantes etc. É a transformação das favelas ditas pacificadas em pontos turísticos. A primeira favela a receber oficialmente este título foi o Dona Marta¹⁹ em Botafogo através do projeto chamado “*Rio Top Tour: o Rio de Janeiro sob um novo ponto de vista*”, que tem o apoio do Ministério do Turismo, da agência de fomento do governo do estado e do Sebrae. Durante a cerimônia de inauguração, a secretária estadual de esporte e lazer, Márcia Lins, declarou que “o projeto deverá ser levado para todas as ‘comunidades pacificadas’”²⁰. Possibilitando que os olhos, ouvidos e narizes atentos do mundo se “maravilhem” com a vida policiada naquele território. É a produção de uma ‘paz’ armada e de uma ‘liberdade’ vigiada na favela como garantias de que o Rio de Janeiro continua lindo...

2.2 A pacificação como biopolítica: “*A paz invadiu o meu coração*”²¹ ...”

*“A paz
Como aquela grande explosão
Uma bomba sobre o Japão
Fez nascer o Japão da paz*”

¹⁷ Segundo informações publicadas no site do Jornal do Brasil, caderno Rio, em 13/10/2009, o prefeito Eduardo Paes alegou que o objetivo dos muros é proteger as comunidades do barulho e não aumentar a segurança dos motoristas por causa dos assaltos. E ainda afirmou se tratar de um projeto democrático, visto que:

“Não são muros altos. Você tem as pessoas com uma autoestrada passando em frente, com um barulho infernal. E a Linha Amarela é o auge do elitismo. Só tem barreiras nas áreas ricas. Quer dizer que pobre pode ouvir barulho e rico não?”

¹⁸ O Complexo da Maré é um bairro da zona norte do Rio de Janeiro, composto por 15 favelas e mais de 135.000 moradores.

¹⁹ A favela Dona Marta também é conhecida como Santa Marta.

²⁰ Publicado no Portal Brasil em 30 de outubro de 2010.

²¹ Trecho da música A Paz de Gilberto Gil. Em: GIL, Gilberto. A Paz. Cd. Acústico MTV, 1994

*Eu pensei em mim
Eu pensei em ti
Eu chorei por nós
Que contradição
Só a guerra faz
Nosso amor em paz”*

(A Paz- Gilberto Gil)

Nesta pesquisa, como já assinalado, iremos investigar as resistências produzidas nas favelas a essa política de pacificação que se configura como uma biopolítica da população carioca, principalmente da que vive nas favelas.

O termo biopolítica foi usado por Foucault para designar a maneira pela qual o poder tende a se transformar, entre o final do século XVIII e o início do século XIX, a fim de governar²² não somente os indivíduos através de certo número de procedimentos disciplinares, mas o conjunto de viventes que constituem a população: a biopolítica – através dos biopoderes locais - se ocupa da gestão da saúde, da higiene, da alimentação, da sexualidade, da natalidade etc., na medida em que estes são produzidos nos jogos políticos.

No entanto, Revel (2005: 25-26) destaca que a noção de biopolítica em Foucault apresenta uma variação: nos primeiros textos onde aparece o termo, ele parece estar ligado ao que os alemães chamaram, no século XVIII, de *Polizeiwissenschaft*, quer dizer, a manutenção da ordem e da disciplina através do crescimento do Estado. Mas, em seguida, a biopolítica parece, ao contrário, assinalar o momento de passagem da tradicional dicotomia Estado/sociedade para o surgimento de uma economia política da vida em geral.

Ao longo deste trabalho, pretendemos apontar como a “Política de Pacificação” opera com estas diferentes abordagens do conceito foucaultiano de biopolítica. No início, o BOPE exerce a soberania do Estado que é marcada pela recuperação e administração do território das favelas; pelo Racismo de Estado que, para proteger e promover algumas vidas, deixa matar os indesejáveis traficantes e suspeitos e pela suposta “libertação” dos favelados. Em seguida, a UPP potencializa a instauração do

²² Entendendo governo como sendo “tipos de racionalidade que envolvem conjuntos de procedimentos, mecanismos, táticas, saberes, técnicas e instrumentos destinados a dirigir a conduta dos homens” (Gadelha, 2009, p. 120)

que acreditamos ser uma ressonância do chamado “Estado de Polícia”, que se configura como a gestão da vida através de práticas de disciplinarização do *povo da favela* a fim de que este, à medida que vá deixando de ser povo, integre a *população carioca* possibilitando o *esplendor* do Estado. A UPP fará este esplendor se maximizar, exercendo a função de polícia urbanizadora, incitando o empreendedorismo do favelado-cidadão, segundo os interesses do mercado mundial onde o Rio de Janeiro ocupa um lugar privilegiado, pois sediará diversos Jogos Esportivos Mundiais a partir de 2013, azeitando assim o funcionamento do que chamaremos de biopolítica neoliberal da favela.

Neste capítulo iremos analisar a preparação da favela pela mídia e pelo BOPE para receber a UPP.

2.3 A mídia apaziguando as almas

“Os meios de comunicação falam pelos e para os indivíduos.”

(GUATTARI e ROLNIK, 2005: 68)

A política de pacificação chegou ao Complexo do Cantagalo, Pavão-Pavãozinho antes do BOPE. Na verdade, ela invadiu nossas casas pelas telas da televisão, pois os telejornais estavam repletos de reportagens sobre os benefícios da UPP para o Dona Marta²³- que foi a primeira favela “pacificada” da cidade - e para o bairro de Botafogo onde ela está localizada. Geralmente, as matérias sobre a UPP eram apresentadas antes ou depois das que anunciavam mais um conflito armado com mortes de ‘inocentes’ em outras favelas e o aumento no número de casos de mortes, assaltos etc. nos demais cantos da cidade. Toda desordem e insegurança eram atribuídas à ação dos traficantes, que eram constantemente apontados como os inimigos da sociedade. Na reportagem de 29 de março de 2009, do Jornal O Dia²⁴ a matéria “*A retomada do espaço público nas favelas*” dizia que a sensação de segurança dos moradores do Santa Marta e Cidade de Deus ambas “com policiamento comunitário” aumentou em 40% em relação ao ano anterior, enquanto no Salgueiro e no Complexo Pavão, Pavãozinho e Cantagalo, aos quais se referiram como “ainda dominados por bandidos fortemente armados”, este índice era de apenas 8% e 24% respectivamente. A matéria também trazia uma

²³ A favela Santa Marta em Botafogo foi ‘pacificada’ em 19/12/2008.

²⁴ O Dia. Rio de Janeiro, 29 de março de 2009, p. 2-3.

entrevista com uma senhora moradora do Santa Marta há 60 anos que afirmara - “*A vida sempre foi difícil aqui. Mas nunca vi a comunidade tão bem. Durmo sem medo. São anjos da guarda (os policiais). Me ajudam a subir, carregar bolsas e até me levam ao médico.*” Em seguida, havia uma foto com o policial amparando-a. Já no final da reportagem havia uma nota, ao lado de uma foto de um prédio com cercas de arame farpado, dizendo “*Moradores da Tijuca, cercados e insatisfeitos*” e informava que mais de 45% dos moradores do Salgueiro entrevistados consideraram péssima a atuação da polícia e que os moradores do bairro reivindicavam uma UPP para o local.

Nesta época (2008-2009), estávamos vivendo um período difícil no Cantagalo, Pavão, Pavãozinho, pois a venda do crack interferia diretamente na vida de quem era ou não usuário. Alguns usuários de crack, chamados pejorativamente de *cracudos*, começaram a fazer pequenos roubos nos bairros próximos o que despertava a atenção da mídia e da polícia e enfurecia os traficantes que quando descobriam o autor do crime ou o suspeito, o condenavam com as mais diversas formas de tortura. Os roubos também passaram a acontecer dentro da favela, fazendo com que os moradores mudassem alguns hábitos como, por exemplo, o de deixar as portas e janelas de suas casas abertas durante o dia e de estender roupas “de marca”²⁵ no varal. Além disso, era muito devastador passar diariamente pelas *cracolândias*²⁶ e assistir a degradação dos usuários que viravam farrapos humanos e saber de casos de vizinhos que por desespero acorrentavam seus filhos para evitar que fossem comprar a droga. Outra prática que incomodava a muitos moradores era cometida pelos traficantes de 16 e 17 anos que perambulavam com armas de grosso calibre e costumavam brincar de engatilhar e desengatilhar a arma nos becos escuros da favela o que aterrorizava os moradores.

Neste contexto, víamos sair da tela da televisão e das páginas dos jornais aquilo que era apresentado como a solução: a pacificação das favelas pela polícia, que supostamente além de acabar com o controle do tráfico, atrairia serviços públicos e investimentos. A produção da polícia como salvadora da população já tinha sido anunciada no filme ‘*Tropa de Elite*’²⁷ (2007) cujo protagonista capitão Nascimento

²⁵ Roupas “de marca” são roupas de empresas esportivas como Nike e Adidas bastante cobiçadas pelos jovens da favela.

²⁶ Cracolândias: como são chamados os locais onde os usuários se reúnem para consumir a droga.

²⁷ O filme recebeu em 2008 o Urso de Ouro do Festival de Berlim, um dos maiores prêmios do cinema mundial. No mesmo ano, o documentário “Standard Operating Procedure”, de Errol Morris, sobre as torturas a presos iraquianos em Abu Ghraib recebeu o Urso de Prata.

tortura e mata como sinal de bom desempenho da sua função policial. Ele teria sido inspirado no ex-capitão do BOPE e co-autor do livro *Elite da Tropa*²⁸, Rodrigo Pimentel, que a partir de novembro de 2009 virou âncora de telejornal²⁹, tecendo diariamente dicas e comentários de segurança para os cidadãos. Além disso, o personagem, capitão Nascimento, virou brinquedo infantil, máscara e fantasia de carnaval e as ameaças ditas por ele no filme passaram a ser usadas como bordão nas ruas.

Embora nossa memória nos fizesse desconfiar do uso da polícia como promotora da paz, a UPP estava sendo tão elogiada, inclusive, nos depoimentos de moradores das favelas “pacificadas” aos repórteres, que ficava difícil não se deixar seduzir pelos encantos da ‘pacificação’. O simples fato dos moradores aceitarem falar sem nenhum tipo de recurso para evitar que fossem identificados já funcionava como propaganda, pois sinalizava que eles confiavam e se sentiam protegidos pela ‘nova polícia’³⁰. Demarca-se aí uma diferença em relação às favelas não “pacificadas” onde o falar é um ato de coragem perante o silêncio imposto pelo tráfico. Nós sabíamos e muitas vezes presenciávamos as torturas, assassinatos e venda de drogas, porém quando indagados pelos repórteres dizíamos não saber de nada. Nota-se que a “pacificação” é produzida como libertação não só dos corpos como também da voz dos moradores. Esta voz é desejada, ela serve para atestar a verdade midiática de que a favela virou o paraíso. Como afirma Coimbra (1995:22):

quando se vende a imagem da ilha de “tranquilidade”, de “progresso”, de “bem estar”, de “euforia”, tanto interna como externamente, há uma produção massiva de subjetividades coletivas, o que mostra as dificuldades, neste período, de se questionar a ordem social que está sendo produzida, fortalecida e imposta

Contudo, esses discursos de promoção da UPP eram arranhados quando encontrávamos pessoas conhecidas que moram nas favelas ‘pacificadas’. Elas falavam o que não aparecia na televisão: os abusos de autoridade, as agressões, a dificuldade que é

²⁸ SOARES, Luiz Eduardo; PIMENTEL, Rodrigo; BATISTA, André. *Elite da Tropa*. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2006.

²⁹ O Capitão Rodrigo Pimentel é co-autor do livro *Elite da Tropa* (2006: Ed. Objetiva) que foi base para o filme *Tropa de Elite*, cujo personagem principal é o Capitão Nascimento. Acredita-se que este personagem foi inspirado em Pimentel, que atualmente é comentarista de segurança da Rede Globo e faz participação no RJTV 1ª Edição e no Bom Dia Brasil.

³⁰ ‘Nova polícia’ é o termo usado pelos governantes e pela mídia para demarcar uma diferença entre a polícia que atua nas UPPs, composta por oficiais recém-formados que supostamente receberam uma formação diferenciada, da polícia tradicional reconhecida pela truculência e corrupção.

viver quando se está sendo continuamente vigiado, o modo como a polícia encerrava as festas etc. Estas vozes eram reverberadas nas rodas de conversa, nas biroscas, nas festas e soavam como um alerta para que continuássemos atentos, não nos deixando impressionar tão facilmente.

Além disso, esses discursos de resistência passaram a circular por outras vias, os próprios moradores começaram a usar os aparelhos de celular com câmera para registrar constrangimentos, ameaças e agressões cometidos pela polícia e divulgar estes vídeos na internet. Este movimento produz uma espécie de mídia alternativa que deflagra pequenas fissuras no consenso de aprovação da “pacificação” promovido pela grande mídia, que prontamente tenta minimizar o impacto destas vozes afirmando que a sociedade, principalmente os moradores das favelas, deve compreender que estes ‘desconfortos’ são inerentes ao combate ao tráfico e ao processo de implantação da ordem e da paz.

A função da mídia neste mecanismo biopolítico de pacificação não é impedir nem mesmo dificultar a emissão desses discursos outros; ao contrário, mais lhe interessa fazer com que os vídeos caseiros, as imagens de celular, as denúncias dos moradores, enfim, estes ‘discursos-furos’, cheguem em primeira mão até ela. Isto para que possa regulá-los, inserindo-os na sua grade de programação e determinando o horário e o modo como eles irão ser divulgados, a fim de diminuir os riscos que eles oferecem.

Ao longo de todo processo dito de pacificação, essa grande mídia desempenha a função estratégica de produção e regulação de verdades, forjando, assim, um modo de subjetivação policiado e policiante que aprova e solicita novas operações policiais. A eficiência da gestão policial como prática de controle da vida está diretamente vinculada à proliferação destes discursos ditos verdadeiros e à sensação de liberdade que estes promovem. Como afirma Foucault:

Em uma sociedade como a nossa, mas no fundo em qualquer sociedade existem relações de poder múltiplas que atravessam, caracterizam e constituem o corpo social e estas relações de poder não podem se dissociar, se estabelecer nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação e um funcionamento do discurso. Não há possibilidade de exercício do poder sem uma certa economia dos discursos de verdade que funcione dentro e a partir desta dupla exigência. Somos submetidos pelo poder à produção da verdade e só podemos exercê-lo através da produção da verdade. (FOUCAULT, 1979: 179-180)

Os moradores das favelas ‘pacificadas’ nunca estiveram tão vigiados como agora e, paradoxalmente, se afirmando tão livres. O apaziguamento das almas pela mídia fora competente à medida que todo o cerco policial na favela era entendido não como a produção de uma favela-prisão, mas como uma forma de proteger os moradores contra os traficantes. Afinal, se não houvesse traficantes perigosos, sanguinários ou se não acreditássemos que eles estavam ali ao nosso lado nos rondando, preparados para nos atacar, como seria possível transformar uma rejeição histórica à polícia em solicitação de UPP? Pois, como afirma Foucault:

Sem delinquência não há polícia. O que torna a presença policial, o controle policial tolerável pela população se não o medo do delinqüente? (...) Esta instituição tão recente e tão pesada que é a polícia não se justifica senão por isto. Aceitamos entre nós esta gente de uniforme, armada enquanto nós não temos o direito de o estar, que nos pede documentos, que vem rondar nossas portas. Como isso seria aceitável se não houvesse os delinqüentes? Ou se não houvesse, todos os dias, nos jornais, artigos onde se conta quão numerosos e perigosos são os delinqüentes? (FOUCAULT, (1979:138)

No início da madrugada de 30 de novembro de 2009, policiais do BOPE iniciaram o processo de ocupação do Complexo Cantagalo, Pavão, Pavãozinho...

2.4 Considerações sobre o exercício da soberania para pensarmos o BOPE

“As armas necessitam da guerra, como os abrigos necessitam do inverno.”

(Eduardo Galeano, 2012)³¹

No curso “Segurança, Território e População” (Foucault, 2008), Foucault aborda a intensificação do biopoder a partir do século XVIII, sobretudo na virada para o século XIX, como forma de governo que se concentrava na figura do Estado e cujo objetivo era administrar a vida do corpo social. Contudo, como afirma Foucault (2008, 10-11), o biopoder não substitui a soberania e a disciplina.

Se tomarmos os mecanismos de segurança tais como se tenta desenvolvê-los na época contemporânea, é absolutamente evidente que isso não constitui de maneira nenhuma uma colocação entre parênteses ou uma anulação das estruturas jurídico-legais ou dos mecanismos disciplinares.(...)Portanto, vocês não têm uma série na qual os elementos vão se suceder, os que aparecem fazendo seus

³¹ Entrevista de Eduardo Galeano à Revista Fórum em 29 de março de 2012.

predecessores desaparecerem. Não há a era do legal, a era da disciplina e a era da segurança. Vocês não têm mecanismos de segurança que tomam o lugar dos mecanismos disciplinares, os quais teriam tomado o lugar dos mecanismos jurídico-legais. Na verdade, vocês têm uma série de edifícios complexos nos quais o que vai mudar, claro, são as próprias técnicas que vão se aperfeiçoar ou em todo caso, se complicar, mas o que vai mudar, principalmente, é a dominante ou mais exatamente o sistema de correlação entre os mecanismos jurídico-legais, os mecanismos disciplinares e os mecanismos de segurança.

No último capítulo do História da Sexualidade I, “*Direito de morte e poder sobre a vida*”, Foucault(1999) destaca a mudança no exercício do poder soberano a partir do momento em que ele tomou a vida como alvo principal. A relação tradicional que o poder soberano havia estabelecido desde a Antiguidade, em relação à vida dos súditos, era de “fazer morrer, deixar viver”, de modo que a vida era apenas a consequência resultante de uma concessão do poder constituído e ‘fazer morrer’ não constituía um problema político porque se acreditava que os súditos mortos pelo Estado passavam de uma soberania terrena a outra divina. Assim, qualquer crime cometido era transformado numa ofensa ao próprio soberano que investido de autoridade divina demonstrava através do espetáculo do suplício do acusado toda sua força. O crime tinha um caráter moral e religioso e sua punição tinha caráter exemplar: era para atingir os espectadores, desencorajando-os a cometer novos crimes. No entanto, gradativamente a punição pelo suplício vai sendo abandonada, pois não atingia mais o resultado esperado e emergem as técnicas disciplinares de correção e formação através do esquadramento do espaço e monitoramento do tempo aplicadas nas instituições para promover a docilização dos corpos para maior proveito econômico dos mesmos: é o surgimento da *anatomopolítica*. No final do século XVIII, o poder soberano se transforma num poder que visa preservar a vida, instaura-se assim a *biopolítica* cuja lógica é “fazer viver, deixar morrer” e o principal objeto e objetivo é a população.

A partir de então, interessa ao poder estatal purificar, preservar e intensificar a vida do corpo social e isso se dá através do Racismo de Estado que estabelece os que devem morrer para que os demais possam viver melhor. Vide as práticas higienistas e eugênicas do século XIX que tiveram no nazismo e no stalinismo do século XX seu ápice. Assim, no momento em que a vida se constitui no alvo principal do poder, é quando mais se operam formas de extermínio. Sobre isto, afirmou Foucault (1999:305):

De uma parte, de fato, o racismo vai permitir estabelecer, entre a minha vida e a morte do outro, uma relação que não é uma relação

militar e guerreira de enfrentamento, mas uma relação do tipo biológico: “quanto mais as espécies inferiores tenderem a desaparecer, quanto mais os indivíduos anormais forem eliminados, menos degenerados haverá em relação à espécie, mais eu – não enquanto indivíduo, mas enquanto espécie- viverei, mais forte serei, mais vigoroso serei, mais poderei proliferar”. A morte do outro não é simplesmente a minha vida, na medida em que seria minha segurança pessoal; a morte do outro, a morte da raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado, ou do anormal) é o que vai deixar a vida em geral mais sadia e mais pura.

Contudo, o Racismo de Estado não acabou junto com o fim dos estados totalitários. Ao contrário, nos estados democráticos ele foi se refinando, se revestindo de discursos em defesa da segurança da sociedade e possibilitando a instauração do ‘estado de exceção’, que faz da suspensão dos direitos a regra. O soberano contemporâneo é aquele que demarca uma separação entre a vida a ser protegida e a vida abandonada. Esta vida foi denominada por Agamben (2010) como sendo ‘vida nua’ e aquele que é lançado nesta condição é chamado *homo sacer*, isto é aquele cuja vida é entregue ao bando, banida da comunidade política e que tem seus direitos suspensos, podendo, por isso, ser facilmente eliminado sem que isto se configure em crime.

Interessa-nos, neste primeiro momento, pensar de que modo a ocupação do BOPE nas favelas se configura como uma atualização deste exercício do poder soberano de matar em nome da vida.

2.5 A “limpeza” do território pelo BOPE:

Os policiais do BOPE perguntaram se poderiam entrar na minha casa para fazer a revista. Naquele momento, estranhei. Afinal, sou nascida e criada em favela, lá onde os corpos são marcados pelas solas de coturnos que arrombam portas. Aparentemente nada os distinguia dos conhecidos *Caveiras*³², porém algo ali estava diferente, pois eles estavam PERGUNTANDO se poderiam entrar. E isso me deixou confusa. Até que ponto havia espaço para uma resposta diferente de sim? Não saberei o quanto de possível havia... Gostaria de ter arriscado, mas meu corpo foi prudente e respondeu por mim: abri a porta e acenei positivamente com a cabeça. A mesma pergunta, seguida da mesma resposta se repetiu por longos dias com os *Caveiras* sempre muito gentis - o que me causava mais espanto e desconfiança.

³² Caveira ou Homem de Preto é o modo como são chamados os policiais do BOPE por usarem nas suas fardas o emblema de uma caveira atravessada por uma faca.

As “visitas” do BOPE eram realizadas por diferentes grupos e mais de uma vez por dia. Muitas vezes não havia ninguém em casa, o que não os impedia de entrar usando o velho pé na porta. Quando os moradores chegavam, encontravam suas casas reviradas e alguns davam falta de pertences. Para evitar possíveis prejuízos, muitos moradores mudaram suas rotinas: faltavam ao trabalho e não saíam de casa ou, ao sair, deixavam as chaves com vizinhos e pediam para eles receberem e acompanharem os “visitantes” do BOPE. Alguns, mais corajosos, deixavam bilhetes afixados nas portas de entrada, dizendo que aquela casa já havia sido revistada, na vã tentativa de evitar outro arrombamento pelo Estado. O aviso na porta foi uma prática de resistência usada por muitos moradores em diferentes favelas, este abaixo foi no Complexo do Alemão:

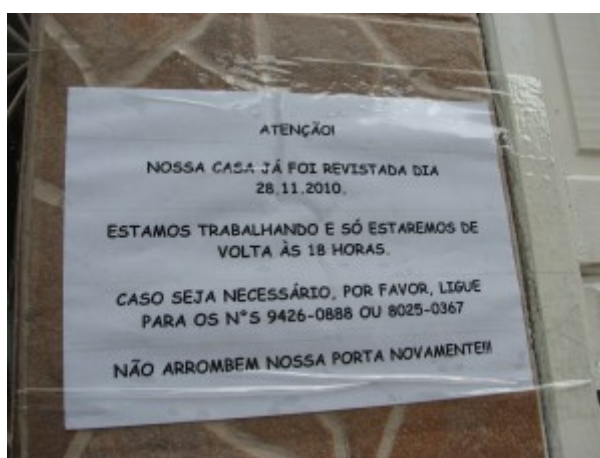


Figura 2³³

De fato, o gesto não impedia a revista, mas sinalizava que nós estávamos atentos a esta nova de forma de governo. Em uma dessas casas no Cantagalo, havia um cartaz afixado no portão que informava os direitos do cidadão de não ter sua casa invadida; afirmando, inclusive, que a casa só poderia ser “visitada” pela polícia com mandado judicial, a não ser na iminência de perigo. Mas, nas nossas casas esta norma nunca se aplicou. Vivemos permanentemente naquilo que Agambem (2003: 63) definiu como estado de exceção:

O estado de exceção é, nesse sentido, a abertura de um espaço em que a aplicação e norma mostram sua separação e em que uma pura força-de-lei realiza (isto é, aplica desaplicando) uma norma cuja aplicação foi suspensa.

Contudo, esta desaplicação da lei não deveria ser compreendida como um crime ou abuso de autoridade, todas as atitudes extra-legais cometidas contra nós eram

³³ Publicada no Blog de Patrick Granja em 17 de dezembro de 2012.

justificadas como um desconforto necessário rumo à paz. E nós moradores deveríamos aceitar estas intervenções como um cuidado do Estado para garantir nossa segurança.

Na ocupação do Cantagalo pelo BOPE, assim que os policiais constatavam que não havia nenhum indício de crime ou traficante na casa, eles diziam tranquilamente num tom amigável que estavam ali para nos libertar e que permaneceriam na favela para garantir a retomada e a “limpeza” do *território* até a instalação das Unidades de Polícia Pacificadora.

A preparação dos policiais, em especial os do BOPE, para estas operações inclui a repetição dos “cânticos de extermínio”, que são assim chamados porque incitam, anunciam e comemoram a prática da tortura e da matança contra os considerados inimigos: os suspeitos e traficantes. O uso destes cânticos não é oficialmente permitido nos treinamentos policiais e nem tampouco é reconhecido pela polícia. Contudo, sabemos que eles são entoados diariamente pelas ruas da cidade. Como demonstrou a matéria “*Batalhão da PE vai apurar ‘cântico de morte’*”³⁴ do Jornal O Globo de 13 julho de 2012:

soldados do quartel, onde funcionou o DOI-Codi na ditadura militar, correram na quarta-feira pela manhã na Rua Barão de Mesquita, na Tijuca, cantando: “Bate, espanca, quebra os ossos. Bate até morrer”. O instrutor então perguntava: “E a cabeça?”. Os soldados respondiam: “Arranca a cabeça e joga no mar”. No final o instrutor perguntava: “E quem faz isso?”. E os soldados respondiam: “É o Esquadrão Caveira!

O som que anuncia a “limpeza da favela” não é direcionado somente para os policiais, caso fossem, seriam feitos dentro dos quartéis. A repetição diária destes cânticos age nos corpos daqueles que entoam, ajudando-os a naturalizar a matança que promovem, mas servem como conforto para os temerosos “cidadãos de bem” que passam, ouvem e vão sendo embalados pelo anúncio de que será derramado sangue nas favelas. Assim, é possível compreendermos a ausência de uma demonstração coletiva de reprovação, desconforto ou estranhamento. Revelando, como afirmou Baptista (2008b), que os cânticos de horror são compostos por múltiplas vozes

Vozes másculas, ritmadas, exibem para o Rio de Janeiro a força militar solicitada pela população que exige segurança e paz. Jovens guerreiros apresentam-nos todas as manhãs o espetáculo musical,

³⁴ Em: O GLOBO, Rio de Janeiro 13 de julho de 2012, p. 11.

indicando-nos as origens das mazelas urbanas e o modo de combatê-las. Nesta música, vozes civis de donas de casa, aposentados, profissionais liberais, parlamentares participam de vários cantos estranhos à caserna, compondo o coro uníssono capaz, segundo eles, de enfrentar as sombras da cidade. Para esse coro polifônico, os males que ameaçam o Rio de Janeiro congelado em cartão-postal devem ser extirpados pela raiz.

Percebemos assim, que o treinamento cantarolado é útil para a instauração capitalística-midiática de um clima de guerra na cidade. Nesta chamada “guerra”, o cântico do dito oponente, traficante, seriam os “proibições”, que são músicas de funk proibidas de serem executadas sob acusação de fazerem “apologia ao tráfico”, mas que trazem em suas letras o mesmo teor de agressividade, valorização das torturas e chacinas dos cânticos de extermínio que motivam os treinamentos policiais.

Ainda na matéria do jornal O Globo, o comandante do 1º Batalhão de Polícia do Exército, coronel Aroldo Cursino, diz que abrirá sindicância para apurar o comportamento do grupo, mas, logo em seguida, ele questiona a veracidade da acusação, dizendo:

Nós nunca levamos nenhuma canção agressiva à comunidade. [...] Nossos grupamentos são pelotão ou companhia. Não temos um “esquadrão caveira”. Não estou dizendo que não foi cantado, mas não é usual. A primeira transgressão grave é a falta com a verdade. Não vou dizer que é impossível, mas a probabilidade (de alguém ter mentido) é pequena.

Para sanar qualquer dúvida sobre a veracidade do uso de “cânticos de extermínio” durante os treinamentos policiais, basta assistirmos ao vídeo que foi exibido recentemente, em maio de 2013, pelo canal de televisão Globo News³⁵ sobre o treinamento de policiais do BOPE nas ruas do bairro de Laranjeiras, onde fica o Palácio Guanabara, casa oficial do governador, e a sede do BOPE. No vídeo, os soldados da “tropa de elite” aparecem correndo sem camisa e entoando os seguintes versos: “*É o Bope preparando a incursão / E na incursão / Não tem negociação / O tiro é na cabeça / E o agressor no chão. / E volta pro quartel / pra comemoração*”³⁶ E quando o comandante afirma que “*nunca levaram nenhuma canção agressiva à comunidade*” ele não necessariamente está enganado... Estes cânticos podem não ser percebidos como

³⁵ Publicado no O Globo em 30 de maio de 2013.

“agressivos”, ao contrário, são cânticos “defensivos”, já que anunciam o extermínio diário dos ditos maus, para “proteger” os considerados bons.

É importante destacar que o que está sendo problematizado é a formação dos policiais, não nos interessa qualquer tipo de individualização e culpabilização do policial. O alvo da nossa análise é a Instituição Polícia composta pelos discursos e práticas, efeitos e agenciamentos que atuam diretamente na fabricação do policial, ao mesmo tempo em que este os reafirma e atualiza. E sabemos que a polícia transborda o policial. Ela nos alcança! Como dissemos, os “cânticos de extermínio” nos acompanham e, diversas vezes, nós os cantarolamos.

A prática de “limpeza social” entoada nesses cânticos é uma função atribuída a polícia desde o final do século XIX. Como afirma Holloway (Thomas Holloway, apud Lobo, 2008: 317, grifo meu):

em 1831, Feijó, num momento politicamente tenso, criou o Corpo Municipal de Permanentes, uma polícia militar fora das Forças Armadas, que tinha o consentimento das elites, “porque entenderam que as ruas da cidade precisavam de uma instituição específica para manter a ordem”. [...] Um dos primeiros comandantes dessa nova polícia foi o Duque de Caxias, [que ficou conhecido como o *Pacificador*]. Foi ele quem fez com Feijó uma espécie de acordo [...] Caxias aceitou a incumbência de “*limpar a cidade*”, trazer a paz para burguesia, mas com a condição de que tivesse força e autonomia sobre os seus atos e a instituição que comandava. Essa liberdade [...] era muito grande e a sociedade, desde o início, fechou os olhos aos possíveis abusos de autoridade, à violência e a corrupção.

No final dos anos 1950, foi criado o Serviço de Diligências Especiais, que contava em seus quadros com egressos da terrível Polícia Especial do Estado Novo. A nova corporação ficou conhecida nos anos 60 e 70 como “Esquadrão da Morte”, porque poderia adotar as medidas drásticas que julgasse necessárias para “limpar” a cidade do Rio de Janeiro da “bandagem”. Em 1964, para vingar a morte do delegado Milton Le Cocq de Oliveira- que teria sido morto pelo bandido Cara de Cavalo³⁷- foi criada a *Scuderie Le Cocq* cujo símbolo era uma caveira com duas tíbias cruzadas, que muito faz lembrar a caveira do BOPE.

³⁷ Manoel Moreira, conhecido como “Cara de Cavalo”, era considerado um dos principais ‘bandidos’ da década de 60. Para maiores informações, consultar VENTURA, Z. Cidade Partida, São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

Apesar dos esforços do governador Leonel Brizola (1983-1986)³⁸, que proibiu durante seu mandato as incursões policiais violentas nas favelas, a prática de extermínio dos “Esquadrões da Morte” não acabou com o final da Ditadura Civil-Militar. Ao contrário, quanto mais o traficante era produzido como inimigo público principal, mais atuante e solicitada se tornava esta “limpeza”.³⁹ Um dos sinais da eficiência desta produção do traficante-inimigo a ser eliminado foi a eleição como deputado, em quatro mandatos, de um dos principais integrantes e presidente de honra da Scuderie Le Cocq, Guilherme Godinho Ferreira- o Sivuca- com o lema “*bandido bom é bandido morto.*”

Em 1987, Moreira Franco assumiu o governo do Rio com forte apoio midiático e com uma proposta de enfrentamento da criminalidade baseado na idéia de promoção de “uma guerra santa contra as drogas⁴⁰”, os confrontos na favela se tornaram cada vez mais freqüentes e sangrentos. É neste contexto que o BOPE⁴¹ surge como o conhecemos atualmente. Segundo Ramos (2011: 56-57):

Um caso merece destaque e é com frequência apontado como a grande virada ou o “batismo de fogo” que decretou a mudança final na atuação da tropa de elite da Polícia Militar. Foi quando, enfim, o BOPE deixou de lado as operações nos bancos para se especializar em incursões nas favelas. Em 1988, dez anos depois do surgimento do NuCOE, durante uma disputa pelo domínio das “bocas” de venda de drogas ilícitas na Rocinha, a Polícia Militar decidiu acionar a sua companhia de operações especiais para intervir no conflito. (...) Desde então, o BOPE não saiu dos morros cariocas.(...) Com isso as táticas e os treinamentos passaram a se orientar para esse novo cenário. E em pouco tempo a unidade se tornou especializada em incursões militares sobre grandes territórios urbanos. A favela passou a ser uma escola. Um novo “teatro de operações.

³⁸ Por ter tomado esta decisão, o então governador passou a ser acusado de “defensor dos direitos humanos de criminosos” e de “esquecer os direitos das vítimas”. Para maiores informações consultar: CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth. O Futuro de uma Ilusão: o sonho de uma nova polícia, Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia; Freitas Bastos Editora; Fundação Ford, 2001, p. 49.

³⁹ Nos anos 90, segundo Coimbra (2001: 128), “*Por ocasião da chacina de Vigário Geral (28/08/83), foi registrada a existência de 183 grupos de extermínio atuando em território fluminense.*”

⁴⁰ Para maiores informações ver: BATISTA, Nilo. “Política criminal com derramamento de sangue”. In: Discursos sediciosos: crime, direito e sociedade. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, número 5/6, 1998.

⁴¹ O BOPE foi criado oficialmente em 19 de janeiro de 1978, ainda no período da Ditadura Civil Militar, como Núcleo da Companhia de Operações Especiais (NuCoe) da Polícia Militar do Rio de Janeiro com objetivo de intervir militarmente em “situações emergenciais” de alta complexidade que envolvessem reféns. Para maiores informações consultar: STORANI, Paulo. Vitória Sobre a Morte: a Glória Prometida – O “rito de passagem” na construção da identidade dos caveiras do Batalhão de Operações Policiais Especiais – BOPE. Dissertação (Mestrado em Antropologia). UFF, Niterói, 2008. p. 28.

Em 1990, Brizola foi novamente eleito governador do Rio. Neste mandato, nomeou para o posto de secretário de Estado da Polícia Militar o coronel Carlos Magno Nazareth Cerqueira, que retomou a política de segurança pública de evitação do confronto armado, de respeito aos direitos dos pobres e, principalmente, da produção de uma polícia não letal, o que desagradou a muitos policiais. Após forte pressão da mídia e de setores conservadores da polícia, o então governador Nilo Batista⁴² aceitou a intervenção das Forças Armadas na cidade. Esta operação militar começou em novembro de 1994 e terminou em maio de 1995, foi um dos períodos mais violentos do Rio, conhecido como “Operação Rio⁴³”.

A partir de 2002, as incursões de “limpeza” pela polícia passaram a ser feitas com auxílio do Caveirão⁴⁴ que é um veículo blindado com mais de 8 toneladas, pintado de preto e estampado com o símbolo da caveira do BOPE, com capacidade para transportar até 12 policiais e que tem pequenas aberturas na lateral e uma torre central para que os policiais apoiem seus fuzis. Além de auxiliar na matança, o Caveirão é um instrumento de terror, como demonstra o relatório da Anistia Internacional (2006:03):

O tom e a linguagem utilizados pela polícia durante as operações com caveirão são hostis e autoritários. As ameaças e os insultos têm um efeito traumatizante sobre a comunidade, sendo as crianças especialmente vulneráveis. Alto-falantes montados na parte externa do veículo anunciam repetidamente a chegada do caveirão: “Crianças, saiam da rua, vai haver tiroteio” ou de forma mais ameaçadora: “Se você deve, eu vou pegar a sua alma.

Em 2007 foi realizada uma mega-operação policial no Conjunto de Favelas do Complexo do Alemão e que terminou com a morte de 19 pessoas. A operação foi realizada alguns dias antes do início dos jogos Pan-americanos e teve por alvo "apaziguar" o Complexo do Alemão para evitar que supostos "traficantes" atrapalhassem o referido evento. Esta “limpeza” ficou conhecida como “Chacina do

⁴² Leonel Brizola havia se afastado do governo para concorrer à Presidência da República e seu vice- Nilo Batista- assumiu o cargo de governador do estado do Rio de Janeiro.

⁴³ Sobre a chamada “Operação Rio” ver: COIMBRA, Cecília. Operação Rio: O mito das classes perigosas, Rio de Janeiro: Ed. Oficina do Autor, 2001

⁴⁴ O Caveirão também era chamado de “Pacificador” em lembrança a Duque de Caxias, assim conhecido por ter reprimido muitos movimentos sociais ocorridos no Império. Aliás, a mais alta comenda do Exército- cujo patrono é Caxias- é a Medalha do Pacificador, distribuída fartamente a civis e militares de confiança do regime ditatorial. Em 2012, o BOPE inaugurou durante uma operação no Complexo da Vila Cruzeiro-Penha uma versão mais moderna do “Caveirão”, o “Caveirinha”, que por ser menor e mais leve, consegue circular nos becos estreitos das favelas facilitando as operações policiais. Publicado no O Globo em 28 de junho de 2012.

Pan”. (Alvarenga Filho, 2010: 11)⁴⁵. No ano seguinte, 2008, período em que a cidade enfrentava uma epidemia de dengue, após uma operação do BOPE realizada na Vila Cruzeiro que deixou 9 “traficantes” mortos, o então comandante de policiamento da capital, coronel Marcus Jardim, declarou, rindo, que *“A PM é o melhor inseticida contra a dengue. Conhece aquele produto, [inseticida] SBP? Tem o SBPM. Não fica mosquito nenhum em pé.”*⁴⁶

No entanto, queremos destacar uma mudança que a política de “pacificação” está empreendendo nesta prática. Não se trata exatamente de promover a tradicional “limpeza”. No Rio dos mega-eventos mundiais, mais interessa ocupar a favela para pasteurizá-la, visto que, a favela é um lugar de diferenciação contínua, para torná-la lucrativa é necessário esquadrinhá-la, maquiá-la, achatando seus modos de vida e gerindo os riscos de acúmulo e transbordamento de lixo, de “funk proibidões”, de gente pobre; enfim, de tudo que é visto como feio. É preciso, para obter lucro, transformar a favela em um cartão-postal e cenário de novela⁴⁷, promovendo uma espécie de “neutralização dos paradoxos”⁴⁸ que possibilitará o esplendor, o brilho ofuscante da cidade maravilhosa. Por isso, acreditamos que o objetivo da política de pacificação é a urbanização do terreno e das condutas. O BOPE, nesta dinâmica se ocupa daquilo e daqueles que são considerados inadaptáveis. Ele promove a “limpeza” como meio para ocupar o *território*, que não é simplesmente o terreno da favela. Na verdade, *“ele é, antes de tudo, uma noção jurídico-política: aquilo que é controlado por um certo tipo de poder.”* Foucault (1979,157).

⁴⁵ Para maiores informações ver: ALVARENGA FILHO, José Rodrigues de. A “Chacina do Pan” e a produção de vidas descartáveis na cidade do Rio de Janeiro: “Não dá pé não tem pé nem cabeça. Não tem ninguém que mereça, não tem coração que esqueça”. Dissertação (MESTRADO PSICOLOGIA), UFF, Niterói, 2010.

⁴⁶ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u392620.shtml>, acessado em: 20/02/2013.

⁴⁷ Entre 2012 e 2013, três novelas da Rede Globo tiveram partes importantes da trama desenvolvidas em favelas: “Cheias de Charme”, “Lado a Lado” e “Salve Jorge”. Nesta última, a personagem principal era moradora do Complexo do Alemão e se apaixonou por um capitão do Exército que feito um príncipe circulava em cima do seu cavalo branco pelas vielas da favela da Grota, onde fora gravada grande parte da novela. Falaremos novamente desta trama no quarto capítulo na parte chamada “A condução das crianças e os corpos que vibram”.

⁴⁸ Iremos aprofundar este tema no capítulo 4, quando tratarmos dos dispositivos que se ocupam da urbanização do território da favela.

Esta operação do BOPE pode ser analisada pelo que Agamben (2010:105) definiu como sendo soberania e vida nua/sacra⁴⁹:

Soberana é a esfera na qual se pode matar sem cometer homicídio e sem celebrar um sacrifício, e sacra, isto é matável e insacrificável, é a vida que foi capturada nesta esfera.(...)Aquilo que é capturado no bando soberano é uma vida humana matável e insacrificável: *o homo sacer*(...) A sacralidade da vida, que se desejaria hoje fazer valer contra o poder soberano como um direito humano em todos os sentidos fundamental, exprime, ao contrário sua origem, justamente a sujeição da vida a um poder de morte, a sua irreparável exposição na relação de abandono

Agamben (2010, 105) ainda aproxima aquele cuja vida é matável e insacrificável, o *homo sacer* de uma outra *categoria usada* na antiguidade germânica – a do *friedlos*, “o sem paz”⁵⁰:

Assim, por volta da metade do século XIX, o antigo direito germânico fundava-se sobre o conceito de paz (Fried) e sobre a correspondente exclusão, da comunidade, do malfeitor, que se tornava por isto *friedlos*, sem paz, e, como tal, podia ser morto por qualquer um sem que se cometesse homicídio.

Os traficantes são os “sem paz” da atualidade. Eles sabem melhor do que todos ali na favela o poder de morte dos Caveiras. No segundo semestre de 2009, já circulava no Cantagalo boatos dizendo que o BOPE poderia chegar a qualquer momento e isso deixava os traficantes agitados. Toda noite eles faziam rondas nos becos escuros da favela e passavam gritando: “*Nós é programado pra morrer! Tamo aí pro que der e*

⁴⁹ O uso da soberania por Agamben como paradigma para pensar a biopolítica foi criticado por Paul Rabinow e Nikolas Rose em “O Conceito de Biopoder hoje”(2006) pois segundo estes autores, “ *O poder para comandar sob ameaça de morte é exercido pelos Estados e seus subordinados em múltiplas instâncias, em formas micro e em relações geopolíticas. No entanto, isto não demonstra que esta forma de poder- comandos reforçados pela ameaça em última instância de morte- é a garantia ou o princípio subjacente de todas as formas de biopoder nas sociedades contemporâneas. Tampouco é útil utilizar este diagrama único para analisar todas as instâncias contemporâneas de tanato-política- das mortes de Ruanda à epidemia de AIDS na África.*”(Rabinow e Rose, 2006:34) E ainda: “*A interpretação da biopolítica contemporânea como a política de um Estado modelado sobre a figura do soberano, e de todas as formas de autoridade biopolíticas como agentes deste Soberano, é útil aos absolutismos do século XX, o nazismo e Stalin. Mas nós precisamos de uma descrição mais sofisticada do poder e do poder soberano para analisar as racionalidades contemporâneas e as tecnologias da biopolítica.*” Rabinow e Rose, 2006:36).

Apesar de concordarmos com os apontamentos de Rabinow e Rose, que sugerem um uso mais preciso e cauteloso do conceito de soberania, para que este não se transforme numa generalidade totalizadora da biopolítica, optamos por aproximar a prática do Bope do conceito de soberania forjado por Agamben, pois acreditamos que o BOPE, enquanto instrumento preciso e precioso desta biopolítica de pacificação, exercita o poder de fazer morrer, de fato ou em potencial, os tidos como delinquentes como possibilidade para a pseudoferta de um melhor viver para os chamados cidadãos.

vier!” Não se tratava apenas de uma afronta ou uma ameaça, esses berros denunciavam a condição de “vida nua” a qual eles estavam reduzidos. Havia nos gritos um potencial de insubmissão extrema que é imanente a esse estado, quando a vida só pode responder com a própria morte. Como afirma Pélbart (2003: 67):

Quando é designada pelos poderes como vida nua, desprovida de toda qualificação que a viria proteger, a vida não tem escolha, para resistir senão pensar-se para além do julgamento e da autoridade que a condenam, como potência se autorizando a si mesma, recusando toda autoridade. Então, a vida nua já não se submete a uma soberania que lhe é exterior, e afirma sua própria.

A soberania opera através do Racismo de Estado, pois como afirma Foucault “ o racismo é indispensável como condição para poder tirar a vida de alguém, para poder tirar a vida dos outros. A função assassina do Estado só pode ser assegurada, desde que o Estado funcione no mundo do biopoder, pelo racismo.” (1999: 306) Este Racismo de Estado, na política de pacificação, é estrategicamente camuflado pelos discursos que promovem a eliminação dos traficantes como “libertação” dos moradores.

O perigo de analisarmos a ação do BOPE como libertação é invalidarmos as relações de poder altamente complexas que são produzidas na favela e ao configurarmos o período de gestão da favela pelo tráfico como dominação, ou seja, como pura violência, sem margem de liberdade para promover formas de resistência, desqualificamos todas as lutas cotidianas e silenciosas empreendidas para tornar a vida mais leve e que não necessariamente são lutas contra o tráfico, mas lutas a favor de outros modos de vida, de emprego, de moradia, de saúde, de escola, etc.

Na verdade, o que foi chamado de libertação serviu para instaurar novas eficazes práticas de controle, aprisionamentos a céu aberto, como por exemplo, o toque de recolher às 22h, que, apesar de não ter sido instaurado oficialmente, funcionava perfeitamente. A mensagem determinando que a partir daquele horário o morador-trabalhador deveria estar na cama e os que quisessem perambular pelos becos aceitavam os riscos de serem confundidos com traficantes circulava e deixava a favela tão silenciosa, tão calma, completamente apaziguada...

É importante destacar que todas as vidas na favela são potencialmente *homo sacer*, já que, historicamente os ‘pobres’ são produzidos como os perigosos e desordeiros, haja vista as políticas de erradicação das favelas que marcaram o século

XX⁵⁰. Porém, entre os pobres os traficantes são eleitos como os mais perigosos. Por isso, ser trabalhador acaba sendo um refúgio para evitar ser reduzido a esta condição. Diante de uma revista mais agressiva, ou uma fala mais áspera, a afirmação “sou trabalhador” tenta produzir uma escapatória e reforça a regra pela exceção. Nestes corpos, apesar de ser possível, não se costumam inscrever diretamente as marcas da violência, o que se desdobra na constatação de que a regra é: sobre o corpo do traficante, toda forma de violência é permitida.

É como se toda valorização e toda “politização” da vida implicasse necessariamente uma nova decisão sobre o limiar além do qual a vida cessa de ser politicamente relevante, é então somente ‘vida sacra’ e, como tal, pode ser impunemente eliminada. Toda sociedade fixa este limite, toda sociedade – mesmo a mais moderna- decide quais sejam os seus ‘homens sacros’. É possível, aliás, que este limite, do qual depende a politização e a exceptio da vida natural na ordem jurídica estatal não tenha feito mais do que alargar-se na história do Ocidente e passe hoje – no novo horizonte biopolítico dos estados de soberania nacional – necessariamente ao interior de toda vida humana e de todo cidadão. A vida nua não está mais confinada a um lugar particular ou em uma categoria definida, mas habita o corpo biológico de cada ser vivente. (AGAMBEN, 2010, p. 135)

Durante o período em que houve a ocupação do BOPE na favela do Cantagalo, onde moro, eu estagiava numa ONG e o irmão da coordenadora desta ONG foi torturado na frente dela por ter no braço a inscrição de uma facção criminosa. A pergunta do coordenador executivo da ONG, antes de intervir em favor do jovem, era para se certificar se ele não estava devendo nada, se não era foragido ou envolvido com o tráfico. Caso fosse, nada poderia fazer.

⁵⁰ Ao longo de todo o século XX, as favelas sofreram ameaças de remoção, atentados e, até mesmo, incêndios de causas duvidosas, numa tentativa do governo de enxotar aqueles que eram, ou melhor, ainda são considerados indesejáveis, os pobres. A começar pelas ações do Prefeito Pereira Passos, no início do século XX, que almejando construir um Rio à moda parisiense, colocou abaixo os cortiços onde viviam os pobres, passando por Carlos Sampaio que mandou destruir o morro do Castelo; pelas remoções da Era Vargas; pelo recrudescimento das remoções no governo de Carlos Lacerda (1960-1964); pela remoção da favela da Praia do Pinto em 1967 em decorrência de um incêndio cujas causas ainda são nebulosas; e, principalmente, pela ação da Coordenação de Habitação de Interesse Social na Área Metropolitana-CHISAM criada em 1968, cuja missão era “*acabar em dez anos com as favelas do Rio de Janeiro*” (Perlman, 1981:242). Devido à ação da CHISAM, entre 1968 e 1975, cerca de 60 favelas foram destruídas e mais de 100 mil moradores foram desalojados na cidade. Para maiores informações consultar:

ZALUAR, Alba e ALVITO, Marcos. Um século de favela. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

PERLMAN, Janice F. O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

Poucos dias depois, 09 de dezembro de 2009, houve uma reunião entre o comando do BOPE e a comunidade do Cantagalo. O comando do Bope, alegando que os moradores não consentiram, proibiu a imprensa de participar desta reunião - o que não era verdade, pois em nenhum momento nos perguntaram se queríamos ou não os repórteres na sala. Esta reunião foi a primeira após a ocupação e tinha como finalidade o esclarecimento das ações do BOPE na favela. Dentre os presentes, estavam alguns moradores visivelmente machucados, e um grupo de mototaxistas, dentre os quais havia um com o rosto desfigurado. O primeiro a falar foi um morador de Ipanema que perguntou o motivo de os policiais não usarem identificação durante a operação. O comandante disse que eles estavam num perímetro de combate e, por isso, não havia tempo-espço para preocupação com identificação; que os policiais a usavam, mas acidentalmente ela poderia ficar encoberta. O clima do encontro era de tensão: desde o início houve uma preocupação do comandante em desqualificar denúncias, antes mesmo que elas surgissem, dizendo que muitas inverdades e boatos estavam sendo ditos na favela para confundir a população de bem e que tudo seria averiguado. O silenciamento dos moradores era a estratégia de poder que permitia a eficácia do controle. Em meio a este silêncio, eis que surgiram falas corajosas que denunciaram ameaças, saques e torturas. O comandante prontamente dizia que tudo seria verificado. Os representantes de ONG's falaram das denúncias que estavam recebendo de pais que diziam que seus filhos estavam sendo ameaçados e coagidos a denunciar o esconderijo de armas, drogas e traficantes. A resposta do comandante foi direcionada para a gestora da ONG onde eu estagiava. Ele disse: "Já estou sabendo da cartinha para o Governador". Ele se referia a uma suposta carta, que o coordenador executivo da ONG teria feito, relatando o ocorrido com o irmão da coordenadora para o governador. O tom de desdém da fala do comandante demonstrava que aquilo fora ineficaz e que aqueles policiais tinham o respaldo do Estado. Estávamos tão apavorados que nos esquecemos de observar o óbvio: endereçávamos as denúncias para os algozes.

A reunião com os moradores realizada no Cantagalo também aconteceu em outras favelas. Na favela da Providência, conforme o Jornal O Globo⁵¹, ao mesmo tempo em que os moradores questionavam o comandante do BOPE sobre a entrada dos policiais sem autorização nas residências, outros policiais colavam na favela cartazes

⁵¹ Publicado no O Globo em 25 de março de 2010.

que mostravam soldados do Bope, o Cristo Redentor e uma comunidade, com a frase: "*Um novo tempo de paz começa agora*", com os telefones do Bope. (Figura 3).



Figura 3⁵²

Já na favela da Rocinha, a reunião com o comandante do BOPE ocorreu no dia 16 de novembro de 2011 e compareceram cerca de 500 pessoas entre moradores, governantes e a imprensa. A quadra, que era conhecida como ponto de encontro dos traficantes, foi ornamentada com uma grande bandeira com o símbolo do Bope e com cartazes dizendo '*UPP eu apoio*'. Na ocasião, o comandante do BOPE, coronel René Alonso, declarou⁵³:

Vimos trazer Paz. Não estamos aqui por causa dos bandidos, mas por causa de vocês. Vimos para lhes defender. Para defender a Ordem, os Direitos Humanos e a Democracia. Mas lembro que todos aqui têm sua parcela de responsabilidade. Estamos aqui para retirar as armas e drogas da favela e para prender os criminosos e marginais com a certeza de que estaremos lhes defendendo. Mas estas medidas vão gerar incômodos e precisamos da sua compreensão. Estamos aqui para vasculhar e revistar. Isto é incômodo, eu concordo. Mas são ações que vão acontecer nos primeiros dois, três meses. Mas os policiais estão orientados a fazer isso com educação e respeito. E é importante que a população colabore.

A presença de governantes prometendo melhorias para a favela ajuda a “apaziguar” os ânimos e a desviar o rumo da reunião. Na ocasião, o comandante disse

⁵² Publicado no Jornal O Globo em 25 de março de 2010.

⁵³ Publicado em Jornal O Globo em 16 de novembro de 2011.

aos mototaxistas, que por anos pagaram aos traficantes para poderem trabalhar na Rocinha, que eles estavam *livres*, a partir de então não precisavam pagar nada a ninguém, apenas deveriam respeitar as normas de segurança.

Ao compararmos a reunião do BOPE no Cantagalo, em 2009, com a da Rocinha, em 2011, notamos algumas mudanças. A principal é a estratégia usada pela polícia. Enquanto no Cantagalo havia um clima de terror, toque de recolher não oficial e de repressão com mototaxistas visivelmente feridos, na Rocinha há a presença de governantes que anunciam diante da imprensa que vão investir na favela, do anúncio da ‘libertação dos motaxistas’ e de que tudo está permitido, desde que se cumpra a lei. Assim, o discurso do terror foi ao longo desses anos sendo ultrapassado pelo da lei e da ordem. Como afirmou o Coronel⁵⁴:

Não há toque de recolher decretado na comunidade, nem ordem para que comerciantes e mototaxistas paguem taxas para funcionar. No entanto, cobrarei o cumprimento da legislação. Tudo é possível desde que sejam obedecidos os parâmetros legais. As festas e bailes funk não estão proibidos. Mas é preciso nos organizar. Eventos públicos exigem uma autorização dos órgãos públicos e nós vamos cobrar. Da mesma forma, os mototaxistas devem ter habilitação e andar com o equipamento adequado. Pedimos que todos tenham bom senso para que evitemos problemas que já vivemos em outros processos de pacificação”

Acreditamos que esta mudança de estratégia da polícia esteja vinculada com a chamada ‘Guerra ao terror’ que aconteceu, em novembro de 2010, no Rio.

2.6 A “Força de pacificação” e a “Pacificação à força”

A política de extermínio teve um recrudescimento no período posterior à implantação das primeiras Unidades de Polícia Pacificadora na cidade. Nos últimos dias do mês de novembro de 2010⁵⁵, ônibus foram queimados, comércios e escolas foram fechados, bombas foram encontradas.⁵⁶ Ações como estas já ocorreram em outros

⁵⁴ Publicado em Jornal O Globo em 16 de novembro de 2011

⁵⁵ Nos últimos dias do mês de novembro de 2010 foram registrados mais de 50 veículos incendiados no Rio de Janeiro. Publicado no R7 em 25 de novembro de 2010.

⁵⁶ O site da Folha de São Paulo noticia que em 23 de novembro de 2010, quatro rapazes --dois deles adolescentes-- foram detidos com bombas caseiras em Copacabana, zona sul do Rio. Segundo a Polícia Militar, eles são acusados de tentar instalar os artefatos explosivos embaixo de dois veículos no bairro.

Em outra reportagem o mesmo site divulga que quatro ocupantes de uma van incendiada na manhã do dia 24 de novembro de 2010, na zona oeste do Rio, tiveram queimaduras de primeiro e segundo grau.

momentos,⁵⁷ porém naquelas ocasiões, foram qualificadas pela mídia e pelas autoridades policiais como atos de vandalismo, de depredação do patrimônio e seus autores eram tratados como parentes de traficantes insatisfeitos. Desta vez, estas ações foram convertidas em “ataques” que supostamente tinham o intuito de desarticular a Política de Paz e os autores dos ataques seriam os traficantes que conseguiram fugir das favelas pacificadas e estavam aterrorizando a cidade. A produção desta “ameaça terrorista” serviu para justificar a promoção midiática de uma nova guerra, que seria uma reação da polícia à ação dos traficantes. Como afirma Foucault (1999: 29):

As guerras já não se travam em nome do soberano a ser defendido; travam-se em nome da existência de todos; populações inteiras são levadas à destruição mútua em nome da necessidade de viver. Os massacres se tornaram vitais. Foi como gestores da vida e da sobrevivência dos corpos e da raça que tantos regimes puderam travar tantas guerras, causando a morte de tantos homens. E, por uma reviravolta que permite fechar o círculo, quanto mais a tecnologia das guerras voltou-se para a destruição exaustiva, tanto mais as decisões que as iniciam e as encerram se ordenaram em função da questão nua e crua da sobrevivência.

A chamada “Guerra no Alemão” teve seu campo ‘sem’ batalha no Complexo do Alemão, um conjunto composto por 13 favelas localizadas entre 5 bairros da Zona Norte Carioca e considerada pelo governo e pela mídia como Quartel Geral do Comando Vermelho, facção acusada de organizar e empreender os ataques terroristas. Para combatê-los foi criada a chamada ‘Força de Pacificação’ composta por mais de 2.200 homens entre policiais militares e civis e soldados do Exército⁵⁸. A Marinha também colaborou cedendo tanques e blindados que foram colocados nas entradas das favelas. O toque de recolher também foi praticado nesta ocupação ao conjunto de

O site do UOL de 25 de novembro de 2010 anuncia que 33 escolas ficaram fechadas deixando mais de 12 mil alunos sem aula e informa que no dia anterior 17 mil estudantes da rede municipal do turno da tarde também tiveram as aulas suspensas por causa dos ‘ataques criminosos’ (grifo meu).

⁵⁷ Segundo informações do site do portal Terra, em 18 de outubro de 2006, o Caveirão do BOPE ficou instalado numa via de acesso à favela da Grota, no Complexo do Alemão. Os moradores tentaram impedir que os policiais ocupassem a favela e colocaram fogo em caixotes de madeira. A matéria dizia que havia informações de que o protesto dos moradores ocorreu a pedido dos traficantes da comunidade, que estariam incomodados com a presença da polícia.

⁵⁸ O artigo 15, § 2º, da Lei Complementar 97/1999 determina que a atuação das Forças Armadas, na garantia da lei e da ordem, por iniciativa de quaisquer dos poderes constitucionais, ocorrerá de acordo com as diretrizes baixadas em ato do Presidente da República, após esgotados os instrumentos destinados à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, relacionados no art. 144 da Constituição Federal (PIÑON, 2007).

favelas do Complexo do Alemão. A mensagem de “guerra” foi reforçada pelo então Comandante da Polícia Militar- Mário Sérgio Duarte- levando muitas famílias a largarem suas casas e saírem da favela aterrorizadas, como foi divulgado pelo jornal O Globo:

A população de bem, nós queremos protegê-los, sem causar danos. Pedimos para a população se manter abrigada e não sair nas ruas. Quem transitar nas ruas e vielas vai ficar sob o risco de fogo - disse o comandante.

Após o pedido do comandante, cerca de 50 famílias deixaram o morro. São famílias inteiras, que levaram bolsas, travesseiros, ventiladores e até cachorro. Sem se identificar, eles dizem que estão saindo do morro por causa da guerra.⁵⁹

A chamada guerra carioca estava em consonância com as políticas de tolerância zero lideradas pelo Governo Norte Americano. Segundo Agamben (2004) os EUA invadem, ocupam e matam milhares de pessoas nos países que elencaram como uma ameaça real ou virtual aos seus interesses político-econômicos, sem que isto seja considerado crime. Já que, estas pessoas perdem seu estatuto jurídico de indivíduo e são encapsuladas na posição de terroristas, não gozam sequer do estatuto de POW (Prisoners Of War)⁶⁰. Os que sobrevivem ficam na condição de *detainnes*, isto é, objeto de uma pura dominação de fato, de uma detenção indeterminada não só no sentido temporal, mas também quanto à sua própria natureza, porque totalmente fora da lei e do controle judiciário. Vide Guantânamo, por exemplo. (AGAMBEN, 2004:14)

As práticas em defesa da humanidade justificam a suspensão de direitos de suspeitos e o tratamento desumano que é dado àqueles que estão reduzidos a condição de homo sacer. Os EUA justificam a matança que promovem afirmando que estão lá para fazer respeitar os direitos humanos que, no entanto, eles mesmos suspendem quando lhes convém. Argumentam que sua ação militar é uma política de libertação da população local do domínio dos grandes déspotas que há anos a subjugava, e também em defesa da sociedade e soberania norte-americanas que estavam em perigo devido à presença de bombas, ogivas e mísseis nucleares que poderiam causar um novo atentado contra a humanidade, mas que só os EUA têm prova de existirem. Como afirma Agamben (2004:14):

⁵⁹ O GLOBO. Rio de Janeiro, 27 de novembro de 2010.

⁶⁰ Prisioneiro de guerra.

O significado imediatamente biopolítico do estado de exceção como estrutura original em que o direito inclui em si o vivente por meio de sua própria suspensão aparece claramente na “military order”, promulgada pelo presidente dos Estados Unidos no dia 13 de novembro de 2001, e que autoriza a “indefinite detention” e o processo perante as “military commissions”(…) dos não cidadãos suspeitos de envolvimento em atividades terroristas.”

Historicamente, sabemos que colocar o Exército para combater os cidadãos é uma política incentivada pelo governo dos EUA nos territórios estrangeiros, vide o incentivo que deram à implantação dos regimes ditatoriais no Brasil, Argentina, Chile etc., mas que eles mesmos não aplicam no solo norte-americano, pois os riscos de serem cometidas grandes violações dos chamados direitos civis que a participação das Forças Armadas produz são muito altos. Isso não significa que eles não usem no território norte-americano mecanismos arbitrários de controle, como as políticas de ‘tolerância zero’, baseadas na ‘teoria da vidraça quebrada’⁶¹, que inspiraram as UPP’s.

A justificativa usada pelo governo do estado em coligação com o governo federal para intervenção militar do Alemão era que devido aos “ataques” na cidade, a ocupação do Alemão foi adiantada e não havia, ainda, um contingente de oficiais da polícia suficiente⁶². Por isso, foi necessária a colaboração do Exército e a permanência dele a fim de evitar que os bandidos retomassem o território e para garantir que quando os novos policiais recém formados chegassem tudo estaria na mais perfeita ordem.

Nesta suposta guerra, as ameaças, as pilhagens, os sons de tiros à queima roupa, as torturas, as revistas agressivas, os assassinatos; enfim, as irregularidades cometidas pelos soldados foram praticamente negadas para não arranhar a imagem da “pacificação”. A produção do terror foi tão eficaz que a população em nome da segurança e da paz aplaudiu as ações do BOPE. É o que demonstra a chamada de primeira página do Jornal O Globo se referindo ao dia 26 de novembro de 2010 como o

⁶¹ A teoria da vidraça quebrada (*broken window theory*) foi proposta em 1982 pelos americanos James Q. Wilson e George Kelling com o título *The Police and Neighbourhood Safety (A Polícia e a Segurança da Comunidade)*. Segundo a teoria, ao se quebrar uma janela e nada ser feito para punir o culpado, estar-se-ia encorajando outras pessoas a fazerem o mesmo, o que levaria a uma crescente de violência, a desordem e ao abandono da cidade. Da mesma forma, aquele que quebra uma janela, se não for punido, pode se tornar um perigoso terrorista. (RUBIN, 2003)

⁶² Segundo o Secretário de Segurança, José Mariano Beltrame: “O Exército no Alemão nos permite redirecionar os contingentes que estão se formando.(...) A UPP no Alemão exigirá 2.200 homens. É muito. Por isso precisamos formar mais gente e fazer uma reposição gradual.”. Publicado na Revista Época, caderno Sociedade, em 16 de outubro de 2010.

“dia D” de combate ao tráfico e ainda: *“População aplaude polícia e acompanha operação pela TV em clima de Tropa de Elite 3”*.

A reivindicação por modos extra-legais direcionados para aqueles que representam uma ameaça à segurança dos bons cidadãos pode ser percebida na declaração de Mário Sérgio Duarte⁶³, ao ser questionado sobre o motivo dos policiais que estavam no helicóptero na ocupação da Vila Cruzeiro não terem metralhado um grupo de traficantes que fugia pela mata no alto do morro. Ele disse que matar não é a função da polícia, mas que “a polícia já mata sem pedir, então, imagine quando a população pede...”

Um ano após a ocupação do Alemão pela “Força de Pacificação”, as práticas de guerra continuavam a serem usados com a mesma justificativa de proteção aos moradores. Como demonstrou a matéria *“Complexo do Alemão em estado de sítio”* publicada na revista Veja, em 26 de outubro de 2011. Segundo a matéria, a justiça do Rio havia expedido um mandado de busca e apreensão coletivo que permitia os policiais vasculharem todas as 80 mil casas do Complexo e carros do Exército, equipados com alto-falantes anunciavam, em altos decibéis nas vielas das favelas (Veja, 2011: 14):

Senhores moradores, o Exército Brasileiro está realizando um mandado judicial em cumprimento da lei. Fechem suas portas e janelas e aguardem orientação. Quando solicitado, abra a porta e aja de maneira educada. Obedeça a todas as instruções. Qualquer ação contrária será considerada como ato hostil e receberá a resposta necessária.

Na ocasião, o major Marcus Vinícius Bouças, que é relações públicas das ‘Forças de Pacificação’ afirmou (Veja, 2011: 14):

Era importante ter a colaboração da população. Havia fortes indícios pela nossa inteligência de que havia armas no local. Poderia haver um encontro com bandidos e trocarmos tiros. Nossa maior preocupação foi com a segurança da população.(...) Consideramos extremamente eficaz (a mensagem). Não houve efeito colateral, as pessoas foram pacíficas, educadas e ficaram em suas casas. Possivelmente usaremos a tática em outras operações. Não visualizamos a mensagem como hostil, mas enfática. Orientamos que ficassem em casa pela segurança deles.

Na vida real não houve conflito armado, no entanto, não é possível medir o terror que estas operações produzem nos moradores, obrigados a permanecerem em suas

⁶³ A fala do Coronel Mário Sérgio de Brito Duarte foi durante a palestra *“A ética do combate ao crime organizado no Rio, da Filosofia à Guerra contra o Tráfico”*, na Casa do Saber, Rio de Janeiro, em 21 de março de 2011.

casas, sob alerta de que qualquer desobediência seria considerada ‘ato hostil’. Afinal, como não ser ‘pacífico’ diante de uma Força que anuncia a guerra?

Contudo, ainda que mínima, há sempre uma margem de liberdade que permite a feitura de novas conexões e incita atos anônimos de bravura, como na faixa seguinte aberta em uma viela do Alemão em dezembro de 2011:



Figura 4⁶⁴

É interessante analisar que os argumentos usados para deflagrar a operação não foram justificados. Visto que, toda esta mobilização não resultou em prisões de traficantes e nem tampouco em grandes apreensões. Foram encontrados apenas dois fuzis, parte de uma metralhadora, dinheiro, binóculos, rádios transmissores e drogas. Embora os acontecimentos, ou a ausência deles, não serviram para justificar este clima de terror, a ficção se ocupará de transformar os anúncios de guerra do Jornal Nacional em realidade. A matéria capa, “A tensão pré UPP no Alemão”, do Segundo Caderno do Jornal O Globo de um domingo de março deste ano⁶⁵, anuncia que produtores de cinema decidiram fazer um filme usando o clima de medo e tensão como entretenimento. O filme “Alemão”, com estréia em novembro de 2013, conta a história de um grupo de policiais disfarçados, que ficaram encurralados e correm risco de vida na favela. Lucra-se coma guerra, com a não guerra e com a ficção de uma guerra.

⁶⁴ Publicado no site institucional do Geledés Instituto da Mulher Negra em 15 de dezembro de 2011.

⁶⁵ Publicado no Jornal O Globo, Segundo Caderno, Rio de Janeiro, 31 de março de 2013.

2.7 A mudança de estratégia para matar em paz

Acreditamos que o possível desgaste que a chamada “Guerra no Alemão” causou a imagem do Rio no mundo pode ter colaborado na mudança de estratégia de ocupação das favelas. Nas primeiras favelas “pacificadas,” o BOPE entrava de surpresa, o que levava a tiroteios e mortes de alguns traficantes que estavam no local, aterrorizando os moradores. Desde o início de 2011⁶⁶, o governo anuncia com antecedência que haverá a ocupação, dando tempo para os traficantes saírem da favela e se refugiarem em outras áreas mais pobres da cidade e de cidades vizinhas, acirrando o conflito, os tiroteios e as mortes pelo comando dos pontos de venda de drogas nestes locais. E como estas regiões não estão em processo de “pacificação”, a polícia entra e cumpre a missão de “*deixar corpo no chão*”. Toda esta tensão acaba servindo de promoção da UPP, pois vivendo aterrorizados pelo confronto, os moradores dessas localidades, cada vez mais, solicitam policiamento. Por sua vez, os gestores pressionados pensam até em pagar PM’s para acelerarem o processo de implantação das UPP’s, como indicou a chamada da matéria do Jornal O Dia de 05/03/2013: “*Com medo, Baixada quer UPP -Receio é que mais bandidos do Rio se escondam na região. Caxias admite até pagar PMs.*”

Segundo informações do Instituto de Segurança Pública- ISP⁶⁷, entre maio de 2011 e abril de 2012, a taxa de homicídios no extremo norte da capital foi de 47,9 casos por 100 mil habitantes. Foram 254 vítimas de homicídio doloso ou roubo, lesão corporal e resistência seguidos de morte. O número fez da região que abriga 15 bairros, a área mais violenta da capital. No mesmo período, a taxa de homicídios na Zona Sul foi de 2,4 casos por 100 mil habitantes, a mais baixa da cidade. A região de Copacabana-Leme, onde está localizada o maior centro hoteleiro do Rio, recebeu três das seis primeiras UPPs da cidade. O resultado foi uma queda de 84% das mortes violentas, de 25 vítimas em 2009, ano da primeira unidade, para quatro entre maio de 2011 e abril de

⁶⁶ As primeiras UPPs anunciadas com antecedência foram as da área de Santa Tereza (São Carlos, Mineira e Fallet). O governador Sérgio Cabral deu a informação, em 25 de janeiro de 2011, à contragosto do Secretário de Segurança Beltrame que declarou que por uma questão de planejamento estratégico e para evitar criar uma expectativa nos moradores que pode não ser atendida, ele é contra o anúncio da UPP. Em: O Globo, Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 2011, p.14.

⁶⁷ Publicado no site UOL, caderno Cotidiano, em 2 de junho de 2012.

2012. Por outro lado, em maio de 2012, no Morro do Chapadão, na região da Pavuna, quatro suspeitos foram mortos num único dia em uma operação do Bope.

Somente em julho de 2012, nas regiões da cidade ditas ‘não pacificadas’, foram registrados 18 “autos de resistência”⁶⁸. Sobre este número a assessoria de imprensa da Secretaria de Segurança declarou⁶⁹:

em julho, houve um aumento significativo do número de operações em área fortemente dominadas pelo tráfico de drogas, sobretudo nas regiões do 3º BPM (Méier), onde está o Complexo do Jacarezinho, e também do 41º BPM (Irajá), que engloba as favelas de Costa Barros e Acari. Foi na área do 41º BPM que foi morta por uma bala perdida, anteontem, a menina Yasmin Camilo, de 6 anos, após a entrada da PM na favela.

No ano seguinte, junho de 2013, após um sargento do BOPE ter sido assassinado nas imediações da Avenida Brasil durante uma ação de combate a um arrastão que estaria sendo feito após a paralisação da via para realização de uma manifestação⁷⁰, policiais do BOPE realizaram uma “operação” na favela Nova Holanda, localizada no Complexo de favelas da Maré, para onde teriam fugido os suspeitos de terem promovido o arrastão. Esta ação do BOPE resultou em um intenso tiroteio e na morte de mais de 10 pessoas, deixando ainda parte da favela sem luz e os moradores aterrorizados. Como afirmou Jaílson de Souza, diretor da Ong Observatório de Favelas, em entrevista para o Jornal O Globo⁷¹:

Foi uma ação sem planejamento, que se deu supostamente em resposta a um arrastão ocorrido em Bonsucesso momentos antes. Uma operação vingativa, sem critério e sem respeito aos moradores. Foi uma ação sem nenhum sentido. Está acontecendo um massacre. [...]

⁶⁸ Auto de resistência é um termo regulamentado inicialmente durante a Ditadura Civil Militar pela Ordem de Serviço n.º 803, de 02/10/1969 e publicado no Boletim de Serviço do dia 21/11/1969 (VERANI, 1996). O termo é utilizado pelos policiais, ao registrarem Boletim de Ocorrência, para definir as mortes e os ferimentos ocorridos “em confronto” com a polícia. Na verdade, este termo é um instrumento legal usado para encobrir a prática recorrente de matança promovida pela polícia. Em junho de 2012, circulou na mídia a imagem de policiais atirando à queima roupa em um suspeito já imobilizado e o caso havia sido registrado como auto de resistência (publicado no Jornal Extra em 31 de julho de 2012). Para maiores informações sobre auto de resistência ver: CANO, Ignacio. Letalidade policial no Rio de Janeiro: a Atuação da Justiça Militar. Rio de Janeiro: ISER, 1998; SOUZA, Taiguara Libano Soares e. Constituição, Segurança Pública e Estado de Exceção Permanente: A Biopolítica dos Autos de Resistência. Dissertação de mestrado do Programa de Pós Graduação em Direito- PUC-RJ, 2010.

⁶⁹ Publicado no Jornal Extra em 21 de agosto de 2012.

⁷⁰ Falaremos da importância destas manifestações na conclusão deste trabalho.

⁷¹ Jornal O Globo, Rio de Janeiro, 26/06/2013, Caderno Rio, p. 19.

Temos notícias de 13 mortos. Os moradores contam que os corpos foram levados em caminhonetes pelos policiais. Duas pessoas morreram na Baixa do Sapateiro, uma delas era um adolescente de 15 anos. **Há muito sangue nas casas, mas sem corpos.** (grifo meu)

A organização Justiça Global e vários outros movimentos de direitos humanos enviaram informe a Organização dos Estados Americanos- OEA- solicitando que a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) requisitasse informações ao Estado brasileiro sobre mais esta matança e também sobre os assassinatos envolvendo PM's em favelas com intervenção militar (UPP's). Segundo informações divulgadas no site oficial da Justiça Global:

O policial militar que liderou a operação nas Favelas da Maré é o mesmo policial que esteve envolvido no caso Wallace de Almeida. O jovem Wallace, 18 anos, foi assassinado aproximadamente há 15 anos quando policiais o balearam fatalmente durante uma incursão no Morro da Babilônia. Os episódios que vitimaram 10 pessoas nas Favelas da Maré ocorreram de modo semelhante. O caso foi levado à OEA, que considerou o Estado brasileiro responsável pela morte e recomendou ao Brasil que investigasse e reparasse a família do menino. O fato de que o mesmo policial – que em 1998 era tenente da polícia militar e hoje ocupa o cargo de Major – esteja envolvido em ambas as intervenções é sintomático de uma política de Estado que não privilegia o respeito aos direitos humanos. Muito pelo contrário, premia estes agentes e os promove nas hierarquias da carreira policial.⁷²

Percebemos que cerca de 20 anos após a Chacina de Vigário Geral, a polícia continua matando, são 10 aqui, 2 ali, 3 ditos autos de resistência acolá, que somados contabilizam dezenas de corpos em decomposição espalhados pelos becos, valas e sumidouros enquanto a promessa de paz televisionada nos entretêm, abafando os gritos e súplicas desses morrentes.

Na Europa, no século XV, havia uma força do governo que se aproxima dessa polícia truculenta que tão bem conhecemos, era a chamada *maré-chaussée*, instituição responsável por reprimir e controlar os soldados que vinham da guerra e se revoltavam porque não recebiam seus soldos, passando a vagar pelas ruas e cometer crimes para prover seu sustento. (FOUCAULT, 2008a:452) No Brasil, em 1808, tivemos a criação da Intendência Geral da Polícia da Corte e do Estado do Brasil, demarcando o surgimento de uma polícia cuja função era proteger os interesses das elites, vigiando,

⁷² Publicado no site institucional da Justiça Global, seção Arquivo, em 28 de junho de 2013.

controlando, aterrorizando e punindo os pretos e pobres, inclusive, valendo-se de castigos físicos em praça pública.⁷³ De lá para cá, diríamos que pouca coisa mudou, ou melhor, mudou-se muito para continuar o mesmo. Os nomes da instituição, as cores das fardas, os líderes, os discursos dos especialistas, enfim, tudo veio dissimular a função da polícia que continua sendo conter e, se preciso for, contar os corpos dos ditos perigosos.

No final do período que antecede a UPP, encena-se a “dominação do território”: o BOPE hasteia a bandeira do Brasil e a do Estado do RJ no ponto mais alto do morro. A idéia de “reconquista” que este gesto representa desconsidera que aquele espaço já era ocupado de diversos modos e é cotidianamente recriado pelos seus moradores com suas obras, histórias e memórias que lutam para afirmar formas mais livres e leves de viver.

Mas caso os moradores não concordem com a importância da UPP para suas comunidades, o BOPE permanece um pouco mais. Como sugeriu a fala de Beltrame, Secretário de Segurança, que, ao ser questionado sobre a data prevista para instalação da UPP na Mangueira, respondeu: “Tivemos que adiar um pouco a conselho das psicólogas. A comunidade precisa entender melhor o que é a polícia pacificadora. Por enquanto vai ficando o Bope até chegar o momento certo.”⁷⁴

Apesar desta fala, acreditamos que a função principal do BOPE neste processo de pacificação não seja exatamente promover o extermínio e sim, como veremos a seguir, garantir o aumento das forças do Estado mantendo ao mesmo tempo a ordem.

⁷³ Para maiores informações, ver: BATISTA, Vera Malaguti. O medo na cidade do Rio de Janeiro. Dois tempos de uma história. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2003.

HOLLOWAY, Thomas H. Polícia no Rio de Janeiro – Repressão e resistência numa cidade do século XIX. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1997.

⁷⁴ ÉPOCA, 16 de outubro de 2011. A partir desta grave fala do Secretário, procuramos pesquisar a atuação de psicólogos nesta fase de preparação para a UPP, mas, infelizmente, não encontramos maiores informações. No capítulo 4, (p.110), falaremos sobre a atuação destes profissionais depois da chegada da UPP nas chamadas UPP social e PAC social.

2.8 O BOPE e o povo da favela:

O objetivo da polícia, até mesmo do BOPE, é garantir o aumento das forças do Estado mantendo ao mesmo tempo a ordem. Nós podemos pensar essa atribuição policial como sendo uma ressonância da função policial apresentada por Foucault no curso Segurança, Território e População (2008a).

Nos séculos XV e XVI, segundo Foucault, a polícia designava uma região administrada por uma autoridade pública, o regimento aplicado nesta comunidade e o resultado positivo e valorizado de um bom governo. Já no século XVII, o estado usa a polícia como meio de explorar ao máximo suas potencialidades de crescimento e manter a ordem interna, garantindo assim seu esplendor, mas sem causar desajustes na dinâmica de forças entre os estados europeus. Internamente a polícia passa a se ocupar mais da disposição, da circulação e da regulamentação das mercadorias e dos homens e da coexistência e da combinação dos fluxos entre eles no território. Para tanto, ela precisa cuidar da atividade dos homens e da sua felicidade, isto é, do seu viver ao seu mais que viver, focando e intervindo principalmente nas coisas miúdas, nos detalhes e agindo pronta e imediatamente sobre eles. Externamente esse equilíbrio era garantido na relação entre os Estados pelo dispositivo diplomático-militar cujo objetivo era promover a paz, combatendo a possível dominação de um Estado sobre o outro, evitando a restauração de um império e garantindo, assim, a preservação da pluralidade de Estados. Esses dois dispositivos, polícia e diplomático-militar funcionavam de forma integrada compondo os chamados mecanismos de segurança.

Neste contexto, um dos principais instrumentos usados para assegurar a paz e o equilíbrio era a guerra, como afirma Foucault (2008a: 402)

Agora vamos ter uma guerra que vai funcionar de outra maneira, pois de um lado não se está mais numa guerra de direito, está-se numa guerra de Estado, da razão de Estado. No fundo já não é necessário alegar uma razão jurídica para deflagrar uma guerra, uma razão puramente diplomática - o equilíbrio está comprometido, é necessário restabelecer o equilíbrio, há um excesso de poder de um lado e não se pode tolerá-lo.

Um segundo instrumento para tentar manter esse equilíbrio era a diplomacia uma espécie de “física dos Estados”, isto é, uma relação de negociação, troca e transferência de renda e território e de estabelecimento de tratados políticos entre os países. O terceiro é a criação de um aparato militar permanente, preparado para atuar diante de qualquer ameaça ou possibilidade de guerra.

A política de pacificação se aproxima do dispositivo diplomático-militar uma vez que, afirma que vivemos uma guerra ao tráfico e faz da polícia o meio para defender a sociedade e o que chamam de paz dos supostos ataques do ‘inimigo’. Porém no caso do Rio de Janeiro, o ‘inimigo’ não é externo, ao contrário, está dentro do território, mas em outro espaço em relação aos demais da cidade - a favela. A alegação de um permanente risco de confronto na cidade serve de justificativa para manutenção de um aparato bélico militar com armamento pesado e caveirões e de uma preparação e organização constantes de uma tropa de elite, o BOPE, que deve superar em força e tática a ação dos traficantes para supostamente libertar a favela e atestar a soberania do Estado.

O exercício da função de polícia dependia do conhecimento prévio das forças que o Estado e os demais dispunham para manter um equilíbrio entre elas. O instrumento usado para este fim era a estatística. Ela foi o saber fundamental que possibilitou a emergência da população ao estabelecer que esta possuía uma regularidade e lógica próprias que poderiam ser medidas, anotadas, modificadas e reguladas. O surgimento da população como objeto de governo possibilita a governamentalização do Estado, que através dos cálculos e medições estatísticas formará um saber sobre esta população, permitindo, assim, uma atuação sobre ela através da polícia, visando garantir o desejado esplendor do Estado.

A estatística se torna necessária por causa da polícia, mas também se torna possível por causa da polícia. Porque é justamente o conjunto dos procedimentos instaurados para fazer as forças crescerem, para combiná-las, para desenvolvê-las, é todo esse conjunto, numa palavra o administrativo que vai permitir que se identifique em cada Estado em que consiste suas forças, onde estão as possibilidades de desenvolvimento. Polícia e estatística se condicionam mutuamente, e a estatística é, entre a polícia e o equilíbrio europeu, um instrumento comum. A estatística é um saber do Estado sobre o Estado, entendido como saber de si do Estado, mas também saber dos outros Estados. E é nessa medida que a estatística vai se encontrar na articulação dos dois conjuntos tecnológicos.(FOUCAULT, 2008^a, p. 424)

No entanto, o uso do dispositivo da polícia não teve a mesma forma de análise e institucionalização nos diferentes países europeus. Na Itália sob efeito da fragmentação territorial e do controle da Igreja o problema da polícia quase não aparece como forma de análise e nem como instituição, sendo mais relevante, o instrumento da diplomacia. Já na Alemanha, houve um uso intenso da polícia articulado com outra instituição, a universidade, que se tornou centro de formação dos administradores que deveriam assegurar o desenvolvimento das forças do Estado. Nas universidades alemãs surgiu uma nova ciência chamada *Polizeiwissenschaft* que é uma ciência da política que equivale à ciência da polícia, uma arte de governar e um método para analisar a população em um território. A partir desta mistura entre política e polícia surge o *Polizeistaat*, “Estado de polícia”, cujo principal interesse era preparar os moradores para deixarem de se conduzir feito povo e se organizassem e se deixarem governar como população. Compreendendo povo não como uma classe, mas como uma potência de insubmissão que promove contínuas rupturas no sistema de controle. Como afirma Foucault (2003):

Sem dúvida não há realidade sociológica da “plebe”. Mas há sempre, com certeza, alguma coisa no corpo social, nas classes, nos grupos, nos próprios indivíduos que escapa, de uma certa maneira às relações de poder. (...) “A” plebe sem dúvida não existe, mas existe “algo de” plebe. (...)Essa parte de plebe é menos o exterior, no que diz respeito às relações de poder, do que seu limite, seu avesso, seu contra-golpe; é o que responde a todo avanço do poder através de um movimento para dele se livrar.(FOUCAULT, 2003: 244, 245)

A fim de explicar melhor o manuseio que fizemos dos conceitos-ferramentas “povo” e “plebe” forjados por Foucault, achamos necessário apresentar um entendimento um pouco diferente que Michel Senellart, estudioso da obra de Foucault, teve destes termos.

No texto ‘Michel Foucault: plèbe, peuple, population’(2003) Michel Senellart analisa o uso desses termos na obra de Foucault. Segundo Senellart no século XIX, o povo era compreendido como uma instância mais geral composta pelo proletariado e o não-proletariado, que também era chamado de plebe ou populaça. Esta ruptura no seio do povo era o resultado de interesses sócio-econômicos da burguesia e era exercida principalmente através dos mecanismos judiciários e das instituições punitivas. O

objetivo da burguesia era evitar a sedição, os operários armados, o motim, já que, ela via naquela parcela do povo que recusava o status de proletário ou estavam excluídos dele, o risco da revolta e da insubmissão. Por isso, havia todo um investimento para introjetar no proletariado os valores burgueses de respeito à ordem, à propriedade privada, etc. para que eles aceitassem pacificamente seu lugar e as condições de exploração a que estavam submetidos. Ao mesmo tempo em que, a plebe-população era apresentada como marginal, perigosa, imoral enfim, como uma ameaça para toda sociedade. E suas revoltas eram reprimidas por um sistema complexo que envolvia justiça-polícia-prisão. (FOUCAULT, 1994, tII, “Sur la justice populaire”, p. 351)

Para demarcar sua insatisfação com esta cisão que marginalizava a parcela não proletária do povo é que Foucault, segundo Senellart, opta por usar o termo “plebe” de forma geral, chamando a atenção para necessidade de apagar esta linha divisória que separa o proletariado do não-proletariado.

Segundo Barros da Motta (2003:XXIX), Foucault aponta que até o século XVIII o bandido era visto como herói, é o caso de Mandrin, Guillery e de bandidos da Córsega, da Sicília e de Nápoles, mas estes ilegalismos tolerados pelo povo acabaram aparecendo como um sério perigo, quando o roubo cotidiano, a pilhagem, a pequena fraude se tornaram demasiado custoso no trabalho industrial e na vida urbana. Então uma série de valores morais e econômicos como honestidade, exatidão, respeito à propriedade foram disseminados em todas as classes da sociedade. O objetivo era “fazer com que o povo adquirisse frente aos ilegalismos uma atitude francamente negativa e esta nova visão juntamente com a prisão colaboraram para fazer aparecer um núcleo de delinquentes sem comunicação com a população: mas tolerado por ela. Devido a este isolamento ele era facilmente penetrável pela polícia e podia desenvolver a tecnologia do meio, que vimos se formar no decorrer do século XIX. Por isso, afirma Foucault: “Não há porque se surpreender por encontrar hoje no meio da população uma desconfiança, um desprezo, um ódio pelo delinqüente: é o resultado de 150 anos de trabalho político, policial.”

Podemos fazer uma aproximação desta separação com a que vem sendo cada vez mais difundida pelo governo e pela mídia entre moradores-trabalhadores e traficantes. O traficante no passado era tido como bem feitor, aquele que resolvia o problema dos moradores, garantindo os remédios, o gás, a cesta básica e, por isso, era bem querido e defendido pelos moradores como foi cantado por Bezerra da Silva na

música “Meu bom juiz”⁷⁵. Porém, observamos que ao longo dos anos, principalmente a partir do período pós-ditadura, eles foram cada vez mais sendo produzidos pela mídia e pelo Estado como homens cruéis, monstros, covardes, sem vínculo algum com a favela e responsáveis pelas mazelas do local, pelas incursões policiais violentas e, mais recentemente, pela ruína das famílias, devido à venda do crack.

Nesta nossa análise sobre o povo, o ponto mais importante é pensar de que modo esta negativização da delinquência favoreceu os mecanismos de controle dos trabalhadores. Pois como sinalizou Senellart, Foucault nos alerta para que tenhamos cautela e não entendamos o proletariado como disciplinado e submisso aos valores burgueses, em oposição aos não-proletários que seriam insurrecionais, portadores de um desejo natural de igualdade e liberdade, lembrando-nos, inclusive, que a plebe- não proletários- foi utilizada pelos mecanismos de poder contra o proletariado. Senellart afirma que:

Cette plèbe n’incarne donc pas le salut du peuple. Elle ne constitue pas les fondus latent, longtemps refoulé, d’une volonté collective d’affranchissement. Elle n’est l’héritière d’aucune attente messianique et ne porte pas en elle l’impatience, ou la rage, des grands soulèvements populaires. Elle est obtuse, brutale, méchante. Non par nature, mais par suite des mêmes mécanismes qui l’entretiennent dans son existence. Elle est le produit et l’agent de ce pouvoir qui ne peut fonctionner qu’à la condition de diviser le peuple et opposer ses éléments les uns aux autres [...] Foucault, en effet, montre comment le peuple est lui-même inséré dans le jeu du pouvoir. Il ne s’agit donc pas d’en appeler aux vertus du peuple contre l’injustice ou la corruption, mais de critiquer les mécanismes qui reproduisent, au sein du peuple, les formes de la domination sociale.⁷⁶ (Senellart, 2003, p. 307)

Optamos por não diferenciar o uso de povo e plebe neste trabalho, pois aqui estes termos não são propostos enquanto classes sociais, mas como uma potência de insubmissão presente nos grupos e nos próprios indivíduos que produz fugas, contra-

⁷⁵ “Meu bom juiz, não bata este martelo nem dê a sentença antes de ouvir o que meu samba diz/Pois este homem não é tão ruim quanto o senhor pensa/ Vou provar que lá no morro ele é rei/Coroadado pela gente[...]”. Disponível em: Bezerra da Silva (**Meu bom juiz**). Gravadora: CID / Ano: 2003.

⁷⁶ Tradução livre: “Esta plebe, então, não encarna a salvação do povo. Ela não constitui o fundo latente, por muito tempo reprimido, de uma vontade coletiva de libertação. Ela não é a herdeira de alguma espera messiânica e não carrega nela a impaciência, ou a raiva dos grandes levantes populares. Ela é obtusa, brutal, perigosa. Não por natureza, mas por seguir os mesmos mecanismos que a mantém na sua existência. Ela é o produto e o agente deste poder que só pode funcionar com a condição de dividir o povo e opor seus elementos uns aos outros. [...] Foucault, com efeito mostra como o povo é ele mesmo inserido dentro do jogo do poder. Ele não se propõe a chamar as virtudes do povo contra a injustiça e a corrupção, mas de criticar os mecanismos que reproduzem, no seio do povo, as formas de dominação social.”

condutas, desestabilizações e outros modos de gestão e afirmação da vida. Como sugere Guattari e Rolnik (2005: 376):

Será que existe um povo desterritorializado que atravessa todos estes sistemas de reterritorialização capitalística? Ora certamente não é nem proletariado, nem o mito da autonomia que vai responder a isso. Sim, eu acredito que exista um povo múltiplo, um povo de mutantes, um povo de potencialidades que aparece, desaparece, encarna-se em fatos sociais, em fatos literários, em fatos musicais.

No entanto, não podemos desconsiderar que os termos povo, povinho, povão geralmente referem-se às pessoas mais pobres e a seus modos de vida. Conforme Agamben (2010: 172-175):

toda interpretação do significado do termo “povo” deve partir do fato singular de que, nas línguas européias modernas, ele sempre indica também os pobres, os deserdados, os excluídos. Um mesmo termo denomina, assim, tanto o sujeito político constitutivo, quanto a classe que, de fato, se não de direito, é excluída da política.[...] O “povo” carrega, assim, desde sempre, em si, a fratura biopolítica fundamental. Ele é aquilo que não pode ser incluído no todo do qual faz parte, e não pode pertencer ao conjunto no qual já está desde sempre incluído.[...] se poderia dizer que a biopolítica moderna é regida pelo princípio segundo o qual “onde existe vida nua, um Povo deverá existir” e “onde existe um Povo, lá existirá vida nua.

Por isso, acreditamos que a favela mais do que outros espaços da cidade funciona como um catalisador que facilita a produção de um povo, já que lá o exercício do poder é mais incisivo sobre os corpos, que estão cotidianamente expostos à condição de vida nua. E como as práticas de resistência emergem desta mesma vida sobre a qual os exercícios de poder incidem, os moradores forjam um povo à medida que recusam o lugar de ‘pobres vítimas indefesas’ a serem amparadas e conduzidas por ong’s, programas assistencialistas e “pacificadas” pela polícia escapando assim da subjetivação capitalística e afirmando outros modos de viver. O povo desajusta o sistema e, por isso, constantemente suas práticas são criminalizadas e suas vidas tornam-se facilmente descartadas. Como afirma Abeille (1763)⁷⁷, citado por Foucault (2008a: 57-58):

o povo é aquele que se comporta em relação a essa gestão da população, como se não fizesse parte desse sujeito-objeto coletivo que

⁷⁷ Louis Paul Abeille(1719-1807) foi um economista francês que ocupou o cargo de Inspetor Geral de Manufaturas e Comércio e de Secretário de Comércio,publicou, entre outros, o texto “*Lettre d’un négociant sur du commerce des grains*”(Cartas de um negociante sobre o comércio de grãos) em 1763. Para maiores informações ver: FOUCAULT, Michel. Segurança, Território e População. São Paulo; Martins Fontes, 2008: 69-71.

é a população, como se se pusesse fora dela, e, por conseguinte, é ele que, como povo que se recusa a ser população, vai desajustar o sistema. [...] o povo aparece como sendo de uma maneira geral, aquele que resiste à regulação da população, que tenta escapar desse dispositivo pelo qual a população existe, se mantém, subsiste num nível ótimo.

Neste processo que visa à transformação do povo em população, o BOPE exerce a soberania eliminando os que considera inadaptáveis e disciplinariza os corpos dos demais moradores por meio do discurso da legalidade atrelado à conquista da cidadania. Assim, o que não está conforme a lei é proibido de funcionar e só volta a ser autorizado quando são cumpridas as exigências legais ou do comandante, como no caso dos mototáxis e dos bailes funk.

No entanto, esse processo de transformação não se dá somente pela via da imposição, pois mais eficaz do que a repressão é o processo de convencimento. É a mudança de opinião e a obediência que permitem a progressiva transformação do *povo* em *população*, como afirma Foucault (2008a: 370-371):

quando se fala da obediência – e, para o governo, o elemento fundamental da obediência é o povo que pode entrar em sedição - vê-se que a noção de “população” está ligeiramente presente (...) quando se fala do público, desse público sobre cuja opinião é necessário agir, de maneira a modificar seus comportamentos, já se está bem perto da população (...) que vai ser elaborada por intermédio de um aparelho instalado para fazer a razão de Estado funcionar. Esse aparelho é a polícia.

Os moradores vão sendo ensinados que as práticas que forjaram ao longo dos anos como meios de inserção na sociedade de consumo, como os gatos de luz, de internet e TV a cabo devem ser abandonadas e que pagando regularmente suas contas se tornarão cidadãos. Essa “Vontade de cidadania”⁷⁸ que nos assola é um desdobramento e ao mesmo tempo um facilitador da implantação e do avanço de procedimentos da biopolítica neoliberal que transformam a cidadania em uma mercadoria fabricada em série comprada à prestações que devem ser pagas junto com as taxas de IPTU, luz, TV a cabo, cartão de crédito etc. Atualizando uma idéia de cidadania que, historicamente, como afirmou Fonseca (1997), “*vem contribuindo para a sustentação de múltiplas formas de sujeição. Uma idéia que acaba por reproduzir uma série de fascismos que ao*

⁷⁸ Expressão usada por Denise Farias da Fonseca em sua dissertação: “Avessos da Cidadania, um exercício analítico” (1997) para por em análise: “*uma idéia de cidadania que, historicamente, vem contribuindo para sustentação de múltiplas formas de sujeição e na qual permanecem decalcadas as ‘impressões digitais’ do Estado, suas bases capitalísticas, racionais, legais e morais utilizadas enquanto instrumentos poderosos na docilização dos corpos e no enfraquecimento do corpo social.*” (1997, p. 89)

mesmo tempo seduzem e aprisionam os corpos tornando-os cada vez mais submissos.”
(Fonseca, 1997, p.89)

Assim que entraram no Complexo do Cantagalo, Pavão, Pavãozinho os policiais do BOPE desativaram centrais de distribuição de gatos de internet e canais de TV a cabo. Poucos dias depois, companhias privadas passaram a oferecer pacotes com estes serviços na favela. Para facilitar a compra dos pacotes, as empresas contrataram moradores que vão de porta em porta oferecendo ‘as vantagens’ de se ter TV por assinatura e internet a preços promocionais. A matéria “*Moradores de áreas com UPP têm mais celulares do que a média do país*” do jornal O Globo⁷⁹ de 20 de julho de 2012 divulgava que o ‘Pavão, Pavãozinho’⁸⁰ depois da ‘pacificação’ é a favela com maior número de casas com TV a cabo do Estado (52,9%), valor que é o dobro do registrado em todo o Brasil (20,7%). O Cantagalo é a segunda favela entre as “pacificadas” com mais casas com acesso a internet (38%), embora este índice ainda esteja abaixo da média nacional (40%). Estas informações presentes na matéria foram retiradas da pesquisa desenvolvida entre 2010 e 2011 pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro- FIRJAN em 16 favelas da cidade, entre elas o Cantagalo e o Pavão, Pavãozinho. A Pesquisa chama-se “*Diagnóstico Sócioeconômico de Comunidades com UPP do Rio de Janeiro*” e apresenta como objetivo a coleta de informações para o desenvolvimento do projeto “SESI Cidadania”⁸¹ quanto às dimensões de educação, saúde, cultura, esporte, lazer e pequenos negócios e a contribuição para elaboração de políticas públicas de desenvolvimento do estado do Rio de Janeiro.

Além desses dados apresentados na matéria, a pesquisa investigou a renda domiciliar, a escolaridade, o uso de celulares, o modo como os jovens estavam ou não

⁷⁹ Publicado no Jornal O Globo em 20 de julho de 2012.

⁸⁰ A pesquisa considerou o Pavão-Pavãozinho como sendo uma única favela. Neste trabalho também compartilho desta visão, o Complexo do Cantagalo, Pavão, Pavãozinho apesar de ter três regiões denominadas de formas diferentes, é reconhecido pelos moradores como sendo dois territórios contínuos, porém bastante singulares: o Cantagalo e o Pavão, Pavãozinho. Abordaremos este tema no capítulo 4 “Remoção pela Urbanização”.

⁸¹ SESI é a sigla para Serviço Social da Indústria. O SESI CIDADANIA, segundo informações do site da FIRJAN, é “o programa do Sistema FIRJAN que está levando para as comunidades pacificadas do estado do Rio educação, esporte, lazer e cultura. São serviços gratuitos que estão transformando para melhor a vida de milhares de pessoas.”

inseridos no mercado de trabalho (jovens que trabalham com carteira assinada, que não trabalham, que trabalham e estudam etc.) e a ocupação. Na nota de rodapé da pesquisa era esclarecido que foram designados como ocupados as pessoas que na semana de referência tinham trabalho durante ou em parte deste período, incluindo os casos de pessoas que não estavam trabalhando por motivo de férias, licença, ou greve.

A ocupação policial das favelas foi o que possibilitou a realização desta e de outras pesquisas, cujo objetivo é a produção de saberes sobre os moradores e o território. Estes conhecimentos favorecem a formulação de táticas precisas de intervenção que facilitam a ação policial de transformação do povo em população e a regulação desta de acordo com os interesses mercadológicos.

Não é difícil entender porque os moradores aceitam fornecer estas informações. Afinal, os discursos que afirmam que os problemas das favelas são causados pelo tráfico e pela ausência de Estado são competentes e vem produzindo subjetividades ávidas pela pacificação. Além disso, as pesquisas são anunciadas como um cuidado do Estado e de seus parceiros da iniciativa privada com as nossas vidas e como o reconhecimento de que é necessário traçar o perfil de cada favela para poder atuar, respeitando a especificidade de cada território. Ou seja, a adesão dos moradores à pacificação e a colaboração com as pesquisas e com a polícia não se dá através da imposição e da força, pois estas poderiam ocasionar a revolta e a recusa. A transformação do povo em população se dá pela promoção de discursos que afirmam a pacificação como oferta de democratização, de cidadania e dos direitos humanos para os moradores que ficaram por anos à mercê da violência do tráfico. Portanto, é pela via do convencimento que grande parte dos moradores aceita e passa a desejar ser governado de maneira policiada e policiante.

No entanto, como nos lembrou Senellart não estamos fazendo uma ode ao povo em revolta, já havia falado da minha recusa ao lugar de porta-voz da favela, tampouco aceito o lugar de proclamadora de revoltas. O povo tal qual o pensamos não requer combinados, não tem tempo e hora programada para surgir, ele é intempestivo, mas está atravessado pelas mesmas forças com as quais confronta.

Por isso, aqueles que potencialmente forjam o povo podem servir aos dispositivos que combatem. Estes usos da delinquência foram sinalizados por Foucault, ao analisar dois casos emblemáticos do final do século XVIII, início do XIX: Vidocq e

Lacenaire. O primeiro era um nômade que percorria as cidades realizando saques e contrabandos e foi condenado a trabalhos forçados, já saiu da prisão como informante, tornou-se policial e, finalmente, chefe de polícia. “Simbolicamente, ele foi o primeiro grande delinqüente utilizado como delinqüente pelo aparelho de poder.” (Foucault, 2003: 166). O caso de Lacenaire era diferente, ele era o criminoso da burguesia, aquele que teve boa educação e procurava se distinguir dos demais delinqüentes os chamando de animais rudes. Na verdade, Lacenaire nem era de fato um criminoso, mas foi produzido como um e elevado a categoria de novo herói dos romances policiais. Na atualidade também temos casos de ex-detentos e traficantes que são usados pelos mecanismos de poder.

No Rio de Janeiro, estamos assistindo uma disputa legal entre dois dos maiores gestores desse tipo de projeto, o gestor da Ong Afroreggae e o Gestor da Igreja Evangélica Assembléia de Deus dos Últimos Dias. Uma das ações lideradas pelo Afroreggae denomina-se “Comandos em Ação”, trata-se de uma palestra comandada por ex-chefões das grandes facções criminosas e milicianos que atualmente atuam na instituição, representantes do BOPE e da UPP. Nesta palestra são narrados com riqueza de detalhes os conflitos entre os grupos rivais, as atrocidades cometidas contra os considerados “inimigos” e a importância de terem tido uma oportunidade de levar uma “nova vida”, como dizem ao se referir a conquista de um emprego, trabalhando para evitar que mais jovens entrem para o tráfico. De fato, é muito difícil para um egresso com baixa escolaridade conseguir sobreviver fora da criminalidade e estes projetos acabam facilitando esta que talvez seja a condição indispensável para atender a imposição capitalista de uma renda mínima que garanta a contenção dos corpos e o endividamento. O que está para além dessa proposta é o financiamento milionário de multinacionais, principalmente bancos, e do governo para realização desses projetos e a utilização dos ex- criminosos para manutenção dos considerados bons índices de violência.

Outro uso dos considerados delinqüentes foi noticiado no Jornal O Globo⁸² na matéria “*Do tráfico para a passarela da moda*”, que apresenta a história do jovem Diego dos Santos, conhecido nas páginas policiais como o temido Mister M e como aquele jovem que durante a ocupação da “força de pacificação” foi convencido a se

⁸² Publicado no Jornal O Globo, Segundo Caderno, Coluna Gente Boa, Rio de Janeiro, 7, em de novembro de 2011.

entregar e conduzido por sua mãe até as viaturas de polícia usando uma blusa cara de uma grife famosa. Depois deste episódio, a marca o contratou, por intermédio do Afroreggae, como garoto propaganda. Estamos diante de uma forma de governo que, potencialmente, transforma tudo e todos em lucro. Como veremos a seguir, é a “cidadania-BOPE” que está sendo fomentada.

2.9 Os ‘cidadãos-BOPE’:

O governo, o sábio governo, tendo em vista que a Pátria, o solo sagrado da Pátria, o chão onde estão os ossos dos nossos avós, precisa de defesa eficiente contra os inimigos prováveis, resolveu muito acertadamente criar linhas de tiro, onde os jovens, nas horas de lazer, se exercitassem de modo cabal no manejo das armas de guerra, formando assim economicamente uma reserva do Exército, aguerrida e hábil.[...] Os periódicos daqui, ao saber do sucesso do fato, gabaram longamente o benemérito Dudu, ministro da Guerra, pela sua capacidade de organização, pelo seu tato social, capaz de transformar um povo indisciplinado em soldados hábeis. (Lima Barreto, Defesa da Pátria)

A operação híbrida do BOPE, “matar e educar”, que antecede as UPP’s, é realizada há mais de dez anos na favela Tavares Bastos, no Catete, onde funciona desde o final de 2000 a Base do Bope. onde são dadas aulas de ginástica para os moradores, como informou a matéria “*No tatame dos Caveiras*” do jornal O Globo⁸³:

Ao primeiro grito de ATENÇÃO, TROPA! o burburinho termina. Em seguida uma turma de mulheres deixa a fofoca para tomar conta do tatame, encostado em uma parede com a caveira símbolo do BOPE. Com idades entre 46-76 anos...mostram no muque que fazem parte da tropa de elite

O treinamento é considerado pelos praticantes um “elixir da juventude”, pois após entrarem no tatame dos Caveiras as mulheres “*emagreceram, abandonaram remédios e agora exibem autoconfiança e saúde*”. Durante o treinamento externo, na praia, as “aprendizes do BOPE” repetem os “gritos de guerra” dos policiais: “*Caveira, caveira, pedaço de osso seco, desejo de muitos privilégio de poucos.*”⁸⁴

⁸³ Publicado no Jornal O Globo em 18 de julho de 2011, p. 14

⁸⁴ Idem.

Esta incorporação do treinamento policial foi, inclusive, associada à diminuição da incidência de crimes na área. Segundo informações dadas no site G1 da Globo⁸⁵:

a tropa de elite da PM comemora índices de violência comparados a estatísticas de países ricos. De acordo com o Bope, há pelo menos dez anos não há registro de assassinatos no local. Além da presença permanente da polícia, a região ganhou ao longo de uma década, projetos sociais e cidadania que conquistaram os moradores e melhoraram a qualidade de vida.

A favela virou um centro de formação de cidadãos-BOPE, a começar pelas crianças que passaram a fazer aulas de defesa pessoal e artes marciais com os professores Caveiras.⁸⁶ Segundo informações do site do governo do Estado⁸⁷: “*Para participar das oficinas com professores do BOPE, os jovens precisam ter bom rendimento escolar e possuir excelente relacionamento interpessoal durante os treinos.*” A produção de uma ‘tropa mirim’ remete ao ‘Birô de Polícia’ que segundo Foucault (2008a: 429), era usado no ‘Estado de polícia’ com a função de formar e instruir as crianças e os jovens para que eles aprendessem uma função no reino, o manuseio das armas e também cuidando para que eles, ao final da formação, tivessem uma ocupação.



Figura 5

⁸⁵ Publicado no Jornal O Globo em 3 de junho de 2010.

⁸⁶ Publicado no site institucional da Subsecretaria de Comunicação Social do Governo do Estado do RJ em 26 de maio de 2012.

⁸⁷ Publicado no site institucional do Governo do Estado do RJ na seção Servindo ao Servidor (sem data de publicação).

A nosso ver, elas são os principais alvos deste modo de subjetivação cidadãos-BOPE⁸⁸, pois elas crescem atravessadas pela produção do Capitão Nascimento-herói, do ‘tio Caveira’ que ensina artes marciais, das fantasias de carnaval do BOPE e até mesmo do papai Noel do Bope que distribui presentes trazidos dentro do Caveirão. Como demonstram as imagens:



Figura 6⁸⁹

⁸⁸ Iremos falar sobre este tema no capítulo 4, na parte chamada “Condução das Crianças”.

⁸⁹ Publicada no Portal Terra em 5 de dezembro de 2011.



Figura 7⁹⁰

Conforme Foucault (1979), a repressão é uma das facetas do exercício do poder, mas as relações de poder não se caracterizam pela sua negatividade, elas produzem, elas dizem sim. Logo, a permanência do BOPE na favela por mais de uma década não se sustentaria se ela fosse somente marcada pela repressão e truculência. Foi necessária a produção de uma positivação do modo de vida dos policiais do BOPE, para que suas condutas pudessem ser admiradas, ensinadas e copiadas pelos demais moradores. Assim, o grito “faca na caveira” passou de uma ameaça de morte a uma filosofia de vida que visa transmitir valores como disciplina, respeito à hierarquia, superação e dedicação. E esta estratégia foi eficaz, na medida em que, diante da iminência da saída do Bope, os moradores reclamaram por uma UPP no local:

Os moradores do Morro Tavares Bastos, onde está a base do Batalhão de Operações Especiais da PM (Bope), temem que a rotina de paz seja

⁹⁰ A foto acima está na matéria “*Beltrame distribui presentes na Vila Cruzeiro*” ⁹⁰ de 29 de dezembro de 2010 do jornal O Globo. A matéria informava que o secretário de segurança José Mariano Beltrame e o ex-chefe da Polícia Civil, Allan Turnowski, que deixou o cargo de ex-chefe da polícia civil em fevereiro de 2011 sob suspeita de ter recebido propina de traficantes, foram à Vila Cruzeiro e distribuíram cerca de 10.500 presentes para as crianças na chamada **Operação Papai Noel**. Os presentes foram trazidos dentro do Caveirão. A ação ainda contou com a exibição de policiais da Coordenadoria de Recursos Especiais (CORE) e do Serviço Aeropolicial (SAER) que desceram de rapel pelo helicóptero da Polícia Civil de onde também foram lançadas pétalas vermelhas sobre a favela.

interrompida pela saída da tropa de elite da comunidade localizada no Catete, na Zona Sul do Rio.

Percebe-se que a missão do BOPE de limpar o território e preparar os moradores estava cumprida, a nova ‘população’ deseja a UPP. No final do período que fica na favela, o BOPE hasteia a bandeira do Brasil e a do Estado do RJ no ponto mais alto do morro. Esta “cena teatral”⁹¹ simboliza para os moradores e para os que vêm a favela de longe, que aquele território passou a ser controlado pelo Estado e que em breve será instalada uma UPP.

⁹¹ Segundo Foucault, a razão de estado cria uma necessidade que politicamente justifica a suspensão da lei e a adoção do uso da violência sobre alguns em defesa da população. Este processo é chamado de “Golpe de Estado” e uma das características desse golpe é a teatralização do feito e, segundo Foucault, a polícia “É o golpe de Estado permanente que vai se exercer, que vai agir em nome e em função dos princípios da sua racionalidade própria, sem ter de se moldar ou se modelar pelas regras de justiça que foram dadas por outro lado.” (Foucault, 2008, p.354).

3. CAPÍTULO II: O latido dos cachorros e a invenção de possíveis...

O mar cresce secretamente e é precisamente essa sinalética, essa semiótica da revolta que é preciso estabelecer. Em período de calmaria, como se pode identificar a possibilidade de uma sedição que está se formando? (FOUCAULT, 2008 a, p.357)

Após os primeiros meses de UPP, nossos corpos pareciam estar amansando, se ajeitando para caber nessa nova forma de vida, policiada e policiante. Tudo que aprendêramos ao longo de nossas vidas a identificar como ameaçador estava sendo diluído em meio a inúmeras propagandas da pacificação.

Lembro-me de uma das primeiras propagandas⁹² onde as portas de um camburão eram abertas ao chegar à favela e ao invés de transportar corpos presos ou amontoados, como era de costume, víamos sair médicos, lixeiros, professores; enfim, toda uma variedade de profissionais que sempre foram necessários e reivindicados pelos moradores aos governantes, mas que não eram oferecidos porque, supostamente, os traficantes impediam a atuação destes profissionais no território. Assim, a privação de serviços públicos que, historicamente, facilitou o surgimento e o fortalecimento do tráfico nas favelas era transformada em efeito da presença e da atuação do tráfico. Uma tentativa descarada de nos fazer esquecer das políticas de “deixar morrer” que fizeram da favela território de grandes matanças e de pequenas mortes cotidianas. Fazendo do simples anúncio da oferta de serviços básicos de atenção um mecanismo de aceitação imediata e solicitação das UPP’s. Como afirmam Guattari e Rolnik (2005: 173):

O Estado assistencial começa pela organização de uma segregação que empurra para fora dos circuitos econômicos uma parte considerável da população. E num segundo momento ele vem socorrer, vem dar assistência essa população, mas com a condição de ela passar por esse sistema de controle. Só haverá uma verdadeira autonomia, uma verdadeira reapropriação da vida, na medida em que os indivíduos, as famílias, os grupos sociais de base, os grupos sociais primários forem capazes de escolher por si próprios o que querem como equipamentos em seu bairro. Portanto, trata-se de assumir a gestão dessa problemática, sem ficar toda hora pedindo subvenção, pedindo um equipamento padronizado que o Estado vem construir em tal ou qual lugar.

Além da oferta dos serviços, as propagandas também promoviam a UPP como condição para se resgatar uma suposta época “de ouro” da favela, na qual apesar da pobreza vivia-se na mais perfeita harmonia. Como no comercial de final do ano de 2011

⁹² Procuramos nos sites do governo do Estado e nos sites de busca da internet, mas, infelizmente, não encontramos o link com esta propaganda.

do Governo do Estado, onde um grupo de adolescentes moradores de favelas ditas pacificadas emocionavam o expectador cantando “*o sol há de brilhar mais uma vez, a paz a de chegar nos corações, do mal será queimada a semente...*”⁹³, um dos mais belos sambas de Nelson Cavaquinho. Este uso da música popular nas propagandas do governo como meio de promoção dos interesses capitalistas remete ao Estado Novo, período em que o samba malandreado foi perseguido pelos órgãos de censura como o temível DIP⁹⁴ e a produção do chamado samba exaltação⁹⁵, que enaltecia os feitos do trabalhador e o amor à pátria, foi estimulada ganhando projeção nacional.

Em outra propaganda⁹⁶, as crianças iam tranquilamente para escola, soltavam pipa e jogavam bola enquanto cantavam um funk “do bem”⁹⁷: “*eu só quero é ser feliz andar tranquilamente na favela onde eu nasci e poder me orgulhar e ter a consciência que o pobre tem seu lugar...*”⁹⁸ e na frente da imagem apareciam dizeres informando que “*mais de 200 mil famílias haviam sido libertadas do domínio de criminosos, levando mais segurança para os bairros vizinhos*”.

⁹³ Trecho da música “Juízo Final” composta por Nelson Cavaquinho (1911-1986), que foi policial e junto ao seu cavalo de nome “Vovô” patrulhava o Morro da Mangueira, local onde deveria combater a boemia e a dita “vagabundagem”, mas trabalhando, Nelson fez amizade com sambistas renomados e, curiosamente, ao conhecer Cartola, na Quadra da Mangueira, se esqueceu do tempo, do trabalho e do seu cavalo Vovô que voltou sozinho para o Batalhão, por isso Nelson foi detido. No ano de 1938, antes de ser expulso da corporação, conseguiu dar baixa e dedicou-se à música, caindo na boemia que outrora combatia. Para completar sua mudança de vida, foi morar na Mangueira em 1952. Publicado no Dicionário MPB.

⁹⁴ DIP é a sigla para Departamento de Imprensa e Propaganda, órgão de censura criado em 1939, durante a Ditadura do Estado Novo com o objetivo de centralizar e coordenar a propaganda nacional, interna e externa, e servir como elemento auxiliar de informação dos ministérios e entidades públicas e privadas. Publicado no site institucional da Fundação Getúlio Vargas.

⁹⁵ Como sinaliza Paranhos: “o novo samba urbano carioca, que teve no Estácio de Sá o seu centro de propulsão, soldara o sambista ao malandro. Desatar esse nó era tarefa concebida como urgente e inadiável. Vargas, as instituições estatais e as “pessoas de bem” deveriam mover um combate sem tréguas à malandragem tradicional.[...] os compositores populares, em especial os sambistas, começaram a ser estrita e estreitamente vigiados. Paralelamente, buscava-se atrair os artistas para a área de influência governamental: usando a moeda de troca dos favores oficiais, tentava-se capturá-los na rede do culto ao trabalho. Escorada na atuação do DIP, a ditadura estado-novista procurava, desse modo, assegurar a instauração de um determinado tipo de sociedade disciplinar, simultaneamente à fabricação de um perfil identitário do trabalhador brasileiro dócil à dominação capitalista.”(PARANHOS, 2006, p.22)

⁹⁶ CONSPIRAÇÃO FILMES, 2 de junho de 2010.

⁹⁷ Chamamos de funk “do bem” o funk considerado politicamente correto, cujas letras enaltecem o funkeiro-trabalhador. Servindo aos interesses dessa nova forma de governo. Falaremos mais sobre isto na parte “Gestão do lazer”.

⁹⁸ Trecho da música, “Rap da Felicidade” do CD “Eu só quero é ser feliz” (1995), dos MC’s Cidinho e Doca que são moradores da Cidade de Deus. Na mesma música há um trecho que diz: “*Diversão hoje em dia não podemos nem pensar/ Pois até lá nos bailes eles vem nos humilhar/ Ficar lá na praça que era tudo tão normal/ Agora virou moda a violência no local...*”

No entanto, ao mesmo tempo em que éramos bombardeados por estas propagandas, ouvíamos, na “boca-miúda”, casos de policiais que cometiam agressões, intimidações e abusos de poder, mas, apesar da contundência desses relatos, a impressão era que as pessoas preferiam acreditar mais nos informes da televisão do que nesses sons emitidos do lado de fora de suas portas, e, assim, começavam a se aproximar cada vez mais da polícia. As mulheres já haviam se matriculado na aula de ginástica cujo professor era o policial da UPP; as crianças estavam freqüentando a escolinha de futebol do professor-policial, além de terem aula de percussão com o capitão da UPP; alguns jovens já eram conhecidos pelo nome e cumprimentados antes da revista por alguns policiais. Tudo parecia caminhar para a mais perfeita harmonia e eu insistindo em desconfiar... Fui me sentindo sozinha, pensei em desistir do mestrado, afinal não achava justo escrever sobre algo que pelo visto só incomodava a mim. Foi quando um acontecimento me encorajou a continuar... Enquanto eu descia o morro, vi que mais a frente, também descendo, estava um grupo de policiais da UPP e, de repente, surgiu na frente deles um cachorro vira-lata que começou a latir ferozmente, já se armando para o ataque, ou seria defesa? Não importa! Ele estava se posicionando para luta, para o combate e o enfrentamento, ali o medo não o paralisava, mas fazia-o rosnar, dando visibilidade à estranha sensação que a presença dos policiais produzia em seu, já tão meu, corpo. Naquele instante, percebi que eu não estava só...éramos nós: o cachorro e eu acreditando e lutando por uma outra forma de vida!

Passei a observar se outros cachorros da favela também apresentavam o mesmo comportamento e vi a cena se repetir algumas vezes. E isso não aconteceu só no Cantagalo. Na Rocinha, policiais da UPP usaram spray de pimenta para espantar uma cadela que latiu quando eles passaram, como podemos ver na imagem⁹⁹ a seguir:

⁹⁹ O GLOBO, 6 de maio de 2012.



Figura 8

Outro caso envolvendo “policiais pacificadores” e cachorros aconteceu na Mangueira: um jovem que estava acompanhado de seu cão da raça pitbull foi agredido por policiais por ter, supostamente, se recusado a colocar focinheira no animal. O jovem nega a versão dos policiais e diz que:

Meu cachorro Bleg estava sem focinheira porque bebia água. Dois PMs chegaram tranquilos, mas outro ficou revoltado porque o pitbull latiu para ele. O cara chegou a destravar o fuzil e apontar a arma na direção do animal, dizendo que poderia matá-lo¹⁰⁰

O encontro com os cachorros me fortaleceu, pois via neles aliados que recusavam escancaradamente o adestramento promovido pela UPP. Foram eles que me fizeram insistir na pesquisa. Contudo, comecei a pensar que outras possibilidades eram lançadas no campo de análise através daqueles corajosos latidos em meio ao silêncio. Foi, então, que percebi que mais potente do que tomar o latido como uma reação quase suicida à presença da polícia seria pensar que os cães latem porque farejam *milagres*, como indica Guimarães Rosa: “*Tudo, aliás, é a ponta de um mistério, inclusive os fatos. Ou a ausência deles. Duvida? Quando nada acontece há um milagre que não estamos vendo.*” (Rosa, 2005, p.113) Podemos fazer uma aproximação do que Rosa

¹⁰⁰ O DIA, 13 de julho de 2012.

chamou de milagres daquilo que Roland Barthes definiu como silêncio, pois como afirma Roland Barthes¹⁰¹ (2003) silenciar e calar não eram sinônimos na antiguidade. (2003, p.50) *Tacere* seria o silêncio da interrupção da fala, o silêncio de alguém que se recusa e/ou se cala e *silere* é o silêncio da natureza, da literatura e da política configurando-se como a potência do por vir, do que ainda não tem uma forma estabelecida, é o silêncio das virtualidades e instensividades. Acredito que este silêncio do que despontará era o que estava sendo anunciado nos latidos, o *silere*, anunciando a existência e a invenção de milagres, estes que eu não conseguia identificar, porque via a aparente tranquilidade dos demais moradores e estava tão envolvida com a procura de conhecidas práticas de resistência¹⁰², aquelas que diante do exercício de poder truculento que impõe a “lei do silêncio” como forma de controle se exercem na “coragem do grito”, da denúncia e do levante, que não atentei para “o ronco surdo da batalha”¹⁰³. Como na narrativa de José Godoy Garcia...

Mas não, os cães surgiram ao acaso, atraídos pelo delírio e pelo pânico. Farejavam. Tocados pelos gritos, os praças avançaram mas foram repelidos pelos cães. Houve certa alegria, uma certa alegria que veio dos humildes, veio de ébrios, de marginais. Um silêncio enorme. (GARCIA: 1999, p. 78)

Importante atentar que a todo instante a mídia se ocupava de instaurar com suas palavras de ordem o binarismo cretino “UPP ou Tráfico”, nos dizendo “*aquilo que julgam que devemos crer, ou nem mesmo crer, mas fazer como se acreditássemos.*” (DELEUZE, 1999, s/d). Ela nos ensinava um certo jeito de narrar a nossa história, segundo o qual, deveríamos afirmar que a época anterior a UPP era um passado inglório, bastante sofrido, repleto de privações e marcado pela violência dos traficantes. Em seguida, deveríamos proclamar a “vida nova” que supostamente alcançamos com a

¹⁰² Importante afirmar o primado da resistência nos estudos de Foucault sobre as relações de poder. Para que haja relação de poder é necessário que haja liberdade para resistir, visto que, “*um poder só pode se exercer sobre o outro à medida que ainda reste a este último a possibilidade de se matar, de pular da janela ou de matar o outro.*” (FOUCAULT, 2004, p.277) As práticas de resistência remetem a lutas transversais e imediatas forjadas dentro das relações de poder. E estão ligadas à invenção de si já que envolvem a recusa a modos de viver atados a determinados diagramas de poder despotencializadores e a invenção de modos intensivos de viver.

¹⁰³ Expressão usada por Michel Foucault no final do seu livro *Vigiar e Punir* ao afirmar que sempre há resistência nas relações de poder: “Nessa humanidade central e centralizada, efeito e instrumento de complexas relações de poder, corpos e forças submetidos por múltiplos dispositivos de “encarceramento”, objetos para discursos que são eles mesmos elementos dessa estratégia, temos que ouvir o ronco surdo da batalha.” (Foucault: 2004, p.254)

dita “pacificação”, fazendo de nossa fala um potente instrumento de reforço e validação da UPP. como sinalizou Foucault:

Momento importante este em que uma sociedade emprestou palavras, torneios e frases, rituais de linguagem à massa anônima de pessoas para que pudessem falar de si mesmas – falar delas publicamente e sob a tripla condição de que esse discurso fosse dirigido e posto em circulação em um dispositivo de poder bem definido, que fizesse aparecer o fundo até então apenas perceptível das existências, e que a partir dessa guerra ínfima das paixões e dos interesses ele desse ao poder a possibilidade de uma intervenção soberana.[...] Como o poder seria leve e fácil, sem dúvida, de dismantelar, se ele não fizesse senão vigiar, espreitar, surpreender, interditar e punir; mas ele incita, suscita, produz: ele não é simplesmente orelha e olho: ele faz agir e falar. (FOUCAULT, 2003, p.219-220)

Este “fazer falar” produzia um coro uníssono que não admitia ruídos e interferências, desencorajando a emissão de qualquer discurso outro. Pois como indica Foucault ao citar um trecho do *Discurso sobre a Paz de Isócrates*:

Vejo que não concedeis igual audiência a todos os oradores. A uns, emprestais vossa atenção, enquanto não suportais a voz de outros. Não há nada de espantoso, aliás, em que ajais assim, porque em todos os tempos tendes o costume de expulsar da tribuna todos os oradores que não são os que falam no sentido de vossos desejos. [...] De minha parte, sei que é difícil opor-se a vosso estado de espírito e que em plena democracia não há liberdade de palavra (parresía). (FOUCAULT:2011, p.35)

Neste contexto, a companhia dos cachorros, me fez atentar para o exercício daquilo que Rodrigues¹⁰⁴ chamou de “coragem do silêncio”: a coragem de nada dizer quando somos convocados a falar. Portanto, o *tacere*, enquanto recusa da fala, também emerge como estratégia de luta, pois usávamos o silêncio para fazer barulho, produzindo cortes nos discursos. Estes modos de fazer silêncio são afirmações do silêncio potência, que não se confundem com o silêncio involuntário efeito do “fazer calar” imposto pelos mecanismos de controle e repressão, como o tráfico e a polícia. Na gestão do tráfico, este último silêncio funcionou como mecanismo de proteção que permitiu que continuássemos vivos. Era uma prudência necessária que nos lançava para outras vias de resistência.

¹⁰⁴ Em conversa com a professora Heliana de Barros Conde Rodrigues, em maio de 2012, ela se referiu a atitude ética de Foucault como um exercício da “coragem do silêncio”, pois, em uma das vezes em que esteve no Brasil, Foucault foi interrogado por membros do aparato da repressão sobre quem eram as pessoas que assistiram a sua palestra, ele silenciou.

Apesar dos anúncios midiáticos de libertação das falas com a chegada das UPP's, os avisos nos muros das favelas nos alertam que este período não acabou e lembram dos riscos que o dizer ainda oferecem:

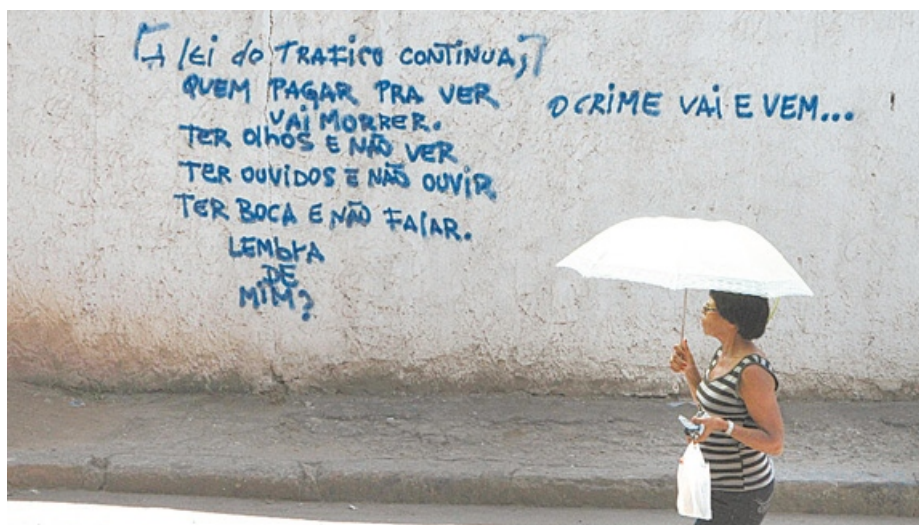


Figura 9¹⁰⁵

Por isso, quando uma voz da favela rompe com esse silenciamento, ela lança um grito de combate ao intolerável que não é simplesmente uma denúncia, é um levante! É um dizer verdadeiro que assume o risco da própria morte. Tornando qualquer ato de dizer o que se passa nas madrugadas naqueles becos escuros, um exercício perigoso, próximo daquilo que Foucault nos seus estudos sobre a cultura de si na Antiguidade Grega chamou de a *coragem da verdade*, isto é, o dizer-a-verdade ou falar-franco enquanto ato político ligado à constituição ética de si, exercido no jogo estabelecido com o outro e que requer liberdade e coragem para se arriscar, visto que, aquilo que se diz põe em risco até mesmo a vida daquele que o diz. (Foucault: 2011).

Por sua vez, esta fala-depoimento-denúncia libertária facilmente é capturada pelas grandes emissoras de televisão, sendo inserida na grade de programação e transmitida de um modo que visa amortecer a sua força. Deste modo, ela acaba sendo utilizada pela indústria da segurança para comprovar o quão perigosa é a vida na cidade; e pelos defensores da expansão da judicialização da vida, que se valem desses casos para por na pauta do dia a discussão de formas mais severas de punição e até mesmo pelos chamados defensores de direitos humanos, que defendem a oferta de oportunidades para a chamada ressocialização dos ex-presos e ex-traficantes

¹⁰⁵Publicada no Jornal O Dia em 5 de março de 2013

fomentando, assim, a vinda das grandes empresas com seus sub-postos de trabalho para as favelas como solução para os riscos da criminalidade. Nota-se que há todo um mecanismo de regulação da fala que de acordo com o conteúdo e os interesses envolvidos opera um “fazer calar” ou um “fazer falar”.

Um encontro com o texto “*A filosofia e seus cães: dos cínicos à canalha*” de Diogo Sardinha(2011) foi importante neste processo. No texto, Sardinha correlaciona a expressão francesa “*cannaille du peuple*” usada por Kant com os estudos de Foucault sobre o filósofo cínico, dizendo que a raiz etimológica de *canaille* e de cínico é a mesma: cão.

Os cínicos são aqueles que levam a “coragem da verdade” além dos limites do aceitável. Havia entre o seu modo de vida e aquilo que diziam uma certa harmonia, pois faziam da sua forma de vida uma condição essencial para dizer a verdade. Ele é banido da cidade, ou melhor, é ele que à medida que traz uma verdade crua, intolerável aos considerados cidadãos, acaba por se excluir, indo andar no meio da plebe.

Em seguida, Sardinha afirma, baseado em Kant, que existe um elemento selvagem no interior do povo que ele chama “a canalha”. É ela quem se esquivava da chamada cidadania, isto é, das regras supostamente comuns e compartilhadas por todos, forjando-se como “os cães do povo” aqueles que quando se reúnem de forma contrária à lei, desencadeiam um motim. A matilha e o motim derivam da mesma origem latina: *motus*, o movimento. O filósofo cínico é aquele que compartilha com a canalha esse desdém pela civilidade e, por isso, é capaz de produzir movimentos. Conforme Sardinha:

É a proximidade que ele se encontrado povo, sublinhando nessa palavra não o conjunto dos cidadãos cultos, mas a plebe ignara. Vagabundo, ele se aproxima daqueles que são, [...], seus iguais. O filósofo está no meio do povo, da arraia-miúda, mas ele está ainda mais entre aqueles que se revoltam, que se sublevam, as gentes dos movimentos populares [...].” (SARDINHA, 2011, p.71)

A produção deste texto está permeada por esta vontade de favorecer movimentos, produzidos nas falas e nos acontecimentos inesperados que desenharam o rumo da escrita para que ela possa ferir e incomodar, tal qual um cão raivoso e sarnento,

aos defensores deste modo capitalístico que gere a vida na favela e no mundo. Que este texto se faça movimento, que sirva de coro à matilha e ganhe corpo nos motins¹⁰⁶!!!

Um dos encontros mais potentes que este trabalho possibilitou foi com Deize de Carvalho, moradora do Cantagalo, que teve o filho Andreu Luis da Silva Carvalho, torturado e brutalmente assassinado por agentes do Departamento Geral de Ações Sócioeducativas - DEGASE na madrugada do dia 1 de janeiro de 2008. Segue a charge do Latuff, para o Jornal A Nova Democracia, sobre o caso Andreu:



Figura 10¹⁰⁷

Desde então, Deize tem se mobilizado para provar que a morte do filho não foi causada por uma queda, como declarou o laudo do legista, e a sua coragem de dizer a verdade a tornaram referência para demais moradores da favela que sofrem abusos e truculências dos policiais. Assim que começou esta movimentação, circulava-se na favela discursos que afirmavam que ela era louca tal qual sua irmã, ou que queria chamar a atenção, e, ainda, que o filho dela era bandido e ela defensora de marginal etc. Trata-se da produção de um outro tipo de silenciamento: o da desqualificação da fala.

A insistência da sua luta, a convicção na responsabilidade do Estado pela morte de seu filho e o apoio de renomadas organizações de direitos humanos colaborou para amenizar estas produções. Deize passou a atuar como representante de uma organização

¹⁰⁶ Sardinha atentou que as palavras “matilha” e “motim”, partilham a mesma origem latina, *motus*, o movimento. (SARDINHA, 2011:79)

¹⁰⁷ Publicado em A Nova Democracia em, fevereiro de 2011.

chamada “Rede de Comunidades Contra a Violência”¹⁰⁸, seu trabalho se ampliou e junto dele os incômodos e provocações dos policiais. Conforme ela mesma afirmou:

O soldado Rodrigo começou a solicitar minha carteira de Conselheira me chamando de indigente, então eu comecei a gravar a conversa, onde ele disse que se você não tem uma identificação, não é ninguém para ele. [...] Não bastando ele e o soldado Lessa tiraram a carteira de policial do bolso só faltando esfregar em meu rosto de maneira hostil e debochada. Um deles disse, "eu sem minha farda sou policial, você pra mim não é nada e nem ninguém."¹⁰⁹

Os demais filhos de Deize passaram a sofrer constantes revistas e alguns, segundo ela, sofreram ameaças e agressões. Recentemente, ela perdeu a guarda do filho mais novo, porque queimou a mão deste filho com uma colher quando soube que ele estava roubando em lojas de Ipanema. Assim que viram a mão do menino, os policiais da UPP a denunciaram por maus-tratos. Ela disse que sabe que cometeu um grave erro, mas que foi um gesto de desespero, pois não queria vê-lo sendo levado para uma instituição de correção e morrer como acontecera com Andreu. Disse também que os policiais se aproveitaram para tentar silenciá-la mais uma vez, mas que aquilo não a conteria, pois, sua luta havia se ampliado, ela não estava só.

Acreditamos que o que Deize ensaia com sua vida e luta é o que Foucault ao estudar a antiguidade grega chamou de cuidado de si – cuidado dos outros. Trata-se de uma arte da existência pautada na relação que o sujeito voluntariamente ensaia estabelecer consigo mesmo e com os demais buscando construir, através de exercícios constantes de enfrentamento e superação das limitações, uma coerência entre o falar verdadeiro e o viver de acordo com esta verdade, uma vida mais ética, livre, original e, portanto, bela. (Miranda e Cascais, 1997, p.25)

¹⁰⁸ A Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência se define como “um movimento social independente do Estado, de empresas, partidos políticos e igrejas, que reúne moradores de favelas e comunidades pobres em geral, sobreviventes e familiares de vítimas da violência policial ou militar, e militantes populares e de direitos humanos. A Rede se constrói pela soma, com preservação da autonomia, de grupos de comunidades, movimentos sociais e indivíduos, que lutam contra a violência do Estado e as violações de direitos humanos praticadas por agentes estatais nas comunidades pobres.” Cabe ressaltar a importância desta organização na divulgação de informações que não são noticiadas na mídia convencional. As reportagens e a ação dos integrantes da Rede nas favelas têm sido fundamentais para fortalecimento de articulação e ensaio de resistências à “pacificação.” Publicado no site institucional da Rede de Comunidades e Movimentos Contra a Violência, na seção Casos, em 12 de junho de 2011.

¹⁰⁹ Publicado no site institucional da Rede de Comunidades e Movimentos Contra a Violência, na seção Notícias, em 22 de agosto de 2012.

Nesse contexto de risco de dizer e de apropriação do que se diz, escrever uma dissertação foi uma escolha política. A minha escrita foi marcada por hesitações, Pouco tempo antes da minha qualificação, familiares foram agredidos por policiais da UPP¹¹⁰. Eu parei de escrever com medo de por em risco a vida da minha família, além de ficar desmotivada com as constantes indagações de amigos, vizinhos, parentes e até da minha analista sobre o que eu afirmava e propunha criticando a UPP. A minha resposta “quero afirmar outro modo de vida” não parecia ser suficiente e eles prontamente retrucavam, dizendo que o que tem hoje como alternativa é o tráfico. Para eles o ensaio de invenção de outros possíveis era bonito de se ler, comovente no papel, mas na vida não fazia sentido. Por isso, estavam tentando me convencer a parar, a procurar outro tema, a falar de algo menos perigoso. Mas cada vez que eu pensava em parar, lembrava dos latidos, das vozes dos colegas durante as orientações. A escrita precisava romper a barreira do medo e a do “eu”. Era preciso escrever como um cão!

Em novembro de 2012, a UPP decretou “toque de recolher” no conjunto de favelas do Borel. A partir das 21h nenhuma vida deveria circular nos becos, somente eles e o som dos seus coturnos. Aqueles mesmos que arrombam portas e amassam corpos. Neste contexto, encontrei uma amiga, moradora do Borel, pelos corredores da UERJ, e me vi naquele olhar de aflição e revolta, dizendo que precisava pegar o ônibus, porque já eram 20h. Nós nos despedimos falando que a favela produz sons, às vezes, insuportáveis, mas estes ruídos, geralmente, sinalizam que “tá tranquilo”, o problema são os silêncios. Não sabemos bem o que nos espera quando os becos estão desertos...

Porém, já não era mais possível se deixar conduzir pelo medo e muito menos respeitar esse silenciamento pacificador e eis que desta inquietação coletiva surge uma movimentação chamada Ocupa Borel.

As ruas daquela favela ficaram repletas de corpos em ebulição que se recusaram a obedecer, respondendo ao “toque de recolher” com barulhentos “toques de espalhar”, tamborins, latas de água, panelas, palmas, enfim, tudo que fazia som era acionado. Não

¹¹⁰ Em setembro de 2012, um familiar foi preso acusado de tráfico de drogas, o tio dele acusou o policial da UPP, responsável pela unidade naquele dia, de tê-lo agredido com um tapa no rosto. Pouco tempo depois, este tio foi à sede da UPP para reconhecer o policial que o teria agredido. Tentei gravar a cena, mas fui impedida pelos policiais. O suposto agressor disse que nunca encostou um dedo em meu tio, que por sua vez, o chamou de “covarde”, foi então que outro policial que estava próximo, disse que se meu tio se referisse novamente ao policial com aqueles termos, ele iria ser preso, autuado por “desacato”, que é atual arma de silenciamento usada pelos policiais. O caso foi registrado na 12ª Delegacia de Polícia de Copacabana e aguarda julgamento.

queremos UPP!!! Foi a primeira vez que eu ouvi isso ser dito por 10, 15, 20, 100 pessoas, eu era muitos. E nós éramos um *povo*.

4. CAPÍTULO III: A UPP

“Os passos estão se tornando mais nítidos. Um pouco mais próximos. Agora soam quase perto. Ainda mais. Agora mais perto do que poderiam estar de mim. No entanto continuam a se aproximar. Agora não estão mais perto, estão em mim. Vão me ultrapassar e prosseguir? É a minha esperança. Não sei mais com que sentido percebo distâncias. É que os passos agora não estão apenas próximos e pesados. Já não estão apenas em mim. Eu marcho com eles”.
(O recrutamento, Clarice Lispector)

Queria um texto mais leve, pois como diz Foucault (2001:133) “não precisamos ser tristes para ser militantes”, mas a morte de um *ninguém* mudou o rumo da escrita...

Já passava das 22h de domingo¹¹¹, eu estava me preparando para deitar quando ouvi homens no beco gritando: “*E se fosse minha filha? Tem que matar! Essa é a lei! Estuprador tem mesmo que morrer!*” Os gritos eram interrompidos pelo barulho dos tocos de madeira que batiam sem dó no *ninguém*. Enquanto isso, outros homens guardavam as entradas dos becos para alertar caso algum policial aparecesse. A criança foi levada para o hospital e pouco tempo depois, chegou o *ninguém* completamente quebrado. Enquanto o médico constatava que não havia indícios de estupro na criança, o *ninguém* morreu. Os executores após darem as condolências para a família, lembraram que o fato não poderia ser denunciado para a polícia, pois apesar da UPP, eles ainda estavam ali e não queriam causar um “mal maior” para os familiares, afinal, disseram eles, a UPP terminará em 2016 junto com a Copa e todas as dívidas serão cobradas com os devidos juros.

Durante o suplício em meio aos inúmeros gritos pedindo para matar o *ninguém*, havia uma solidariedade *do povo* com o *ninguém*, pois era possível ouvir vozes dizendo: Chega! O acusado de estupro só pôde sair vivo da seção de tortura porque estas vozes de desaprovação inibiram a ação dos traficantes. As pauladas e pedradas lançaram

¹¹¹ Em 17 de junho de 2012.

“estilhaços” que penetravam na carne da platéia deixando uma sensação incômoda de um corpo estranho que se familiarizava. Como sinaliza Foucault em *Vigiar e Punir* (2004:52):

(...) em nenhuma outra ocasião do que nesses rituais, organizados para mostrar o crime abominável e o poder invencível, o povo se sentia mais próximo dos que sofriam a pena; em nenhuma outra ocasião ele se sentia mais ameaçado, como eles, por uma violência legal sem proporção nem medida.

No dia seguinte, após a família do *ninguém* divulgar o resultado do exame médico como prova da inocência dele, o clamor noturno pela morte virou lamento.

A lógica punitiva se manteve, apenas inverteram-se os lugares, o *ninguénzinho* passou de “pobre vítima” a “culpado”. Dizia-se que *ninguénzinho*, não era como os demais de sua idade, que já haviam notado que a mentira fazia parte do comportamento dele e que herdara a maldade do pai que, por sinal, estava preso. Já o *ninguém* que morreu, passou a ser reverenciado e dito injustiçado por aqueles mesmos que na noite anterior o demonizaram. A *população* comentava o caso de uma moradora que chamou a polícia “pacificadora” e não os traficantes ao saber que sua filha de 8 anos fora assediada. E diziam que esta era a conduta certa, que se deveria ter denunciado o caso para polícia e não acionado o tráfico. E reclamavam a ausência dos policiais da UPP, pois durante os longos 15 minutos de tortura, não passou um policial sequer. Eu estava ali no meio da população desejando, assim como eles, que houvesse um policial de plantão em cada beco. Nós precisávamos de mais UPP!

O terror, seja ele imposto pelo tráfico ou pelo BOPE, é o maior promotor da UPP. Afinal, depois de tantas agressões, como não desejaríamos a polícia que afirma que nos protegerá da violência e que trará a paz? A restrição do campo de possibilidades operada com eficiência pelo governo com auxílio da mídia transforma a UPP em solução e dificulta a criação de outras estratégias. Esse desejo de intervenção policial não se restringe às ações do tráfico, cada vez mais endereça-se à UPP a responsabilidade pela resolução de todo tipo de problema, como discussões de vizinhos e brigas de casais. Assim, pouco a pouco, a polícia vai assumindo o lugar de regulação dos conflitos que era exercido pelo tráfico. A diferença é que o tráfico tomava para si este lugar independente da vontade dos envolvidos, já a UPP, está sendo acionada pelos moradores que ao invés de problematizarem e pensarem modos mais potentes e autônomos de lidar com os conflitos preferem delegar à polícia o poder de decisão sobre

os seus problemas, inclusive aqueles que o tráfico não se manifestava como as querelas de casal. Isto faz lembrar o conto “*Fatalidade*” de Guimarães Rosa (2005), quando Zé Centralife, um homenzinho, procura o delegado que, curiosamente, se chama “*Meu amigo*”, para se queixar de Herculinão Socó, um homem *desordeiro, vindico*, que paquerou sua mulher. O homenzinho disse ainda “ (*Herculinão Socó*) *É um homem de trapanças, eu sei. Aqui é cidade, diz-se que um pode puxar pelos seus direitos. Sou pobre no particular, Mas eu quero é a lei...*” Porém, o homenzinho não lembrara que *Meu amigo* dissera anteriormente que ali “ *não estamos debaixo da lei, mas da graça...*” Não tardou para que *Meu amigo* matasse Herculinão. Depois do feito *Meu amigo* dissera: “*Resistência à prisão, constatada...*” Em seguida, convida Zé Centralife, o homenzinho, para almoçar. (ROSA, 2005, p.101-105)

Sabemos que esta crescente solicitação do policial que vira “*meu amigo*” é efeito de práticas de judicialização da vida que desautorizam as partes envolvidas e transferem para a autoridade o poder de decisão dos conflitos. Respeitar esta norma é considerado um dos deveres do “bom cidadão”, o que acaba por favorecer o funcionamento do “Estado de polícia”. Os “meus amigos” vão sendo inseridos na dinâmica familiar não somente para agir sobre denúncias, mas de tão próximos conseguem fiscalizar as condutas, reprimir os considerados perigosos e atuar na identificação e prevenção de delitos, já que conhecem detalhadamente a vida de cada um.

Por isso, quando coloco em análise a “*pacificação*” não estou à procura de respostas que irão afirmar a UPP como melhor ou pior que o tráfico. Mas, para pensarmos que experimentação de possíveis e ampliação de margens de liberdade estão sendo engendradas. Pois ainda que sejamos governados, é necessário atentarmos para o modo como está se dando este governo e decidir se queremos ou não ser conduzidos de tal maneira. (Foucault 2011).

4.1. A Nova (Velha) Polícia

A Unidade de Polícia Pacificadora¹¹² é apresentada pelo governo como um *novo* modelo de Segurança Pública e de policiamento que promove a aproximação entre a

¹¹² A definição de UPP dada pelo governo está na Introdução deste trabalho, página 10.

população e a polícia, aliada ao fortalecimento de políticas sociais nas comunidades. Na verdade, a UPP já surge como promessa de felicidade: nos primeiros dias de ocupação há uma grande ação de coleta de lixo, que diminui o mau cheiro e os ratos, ao mesmo tempo, anuncia-se o fim da venda ostensiva de drogas, das armas nas mãos dos jovens, da cracolândia com suas crianças zumbizadas e a vinda de diversos serviços ditos públicos e turistas para a favela, o que por sua vez, irá movimentar a economia local.

No entanto, o que é chamado de novo, para nós moradores não é tão novo assim, pois faz lembrar outro projeto implantado no Complexo Cantagalo, Pavão-Pavãozinho em 2000 e que também era chamado de “policimento comunitário”: o Grupo de Policiamento em Áreas Especiais- GPAE:

O GPAE, no âmbito da prestação de serviços de segurança pública destina-se à implantação e implementação de uma nova modalidade de policiamento interativo em comunidades populares e favelas. Baseia-se no esforço de desenvolvimento de estratégias diferenciadas de prevenção e repressão qualificada do delito a partir da filosofia de Polícia Comunitária. Constitui pressuposto básico da ação que será desencadeada pelo GPAE a integração dos serviços públicos, através da participação articulada das agências do Estado, da Sociedade Civil, além da própria comunidade. O GPAE destina-se à execução permanente e interativa das atividades operacionais de policiamento em comunidades populares e favelas. A atividade desenvolvida é essencialmente preventiva e, eventualmente, repressiva. (DIRETRIZ 2000 em Albernaz, Caruso e Patrício 2007:45)

Segundo Albernaz, Caruso e Patrício (2007), o GPAE foi criado em decorrência do “pânico” em Ipanema, após cerca de 100 moradores do Cantagalo-Pavão-Pavãozinho terem descido o morro enfurecidos, protestando contra a matança de 5 jovens na favela. O GPAE surgiu exercendo a mesma função que atualmente desempenha a UPP, a gestão das condutas dos moradores. Naquele projeto, tal como acontece hoje, os policiais eram acionados para resolver os mais variados conflitos e cabia ao comandante a liberação para realização de bailes na favela, transformando o lazer em um poderoso instrumento de barganha entre a polícia e os moradores. Pois,

Se tudo corresse bem, se nenhuma regra definida pelo GPAE, fosse transgredida, o baile poderia ocorrer sem problemas, mas com horários e volume do som determinados pelo comando do grupamento. Ao contrário, se uma das regras fosse quebrada, haveria grandes possibilidades de, em represália, o baile ser temporariamente proibido. (ALBERNAZ, CARUSO e PATRÍCIO, 2007, p. 43)

Depois de dois anos de funcionamento, traficantes e policiais já conviviam na mais perfeita harmonia e o programa foi perdendo a credibilidade dos moradores. Assim

que as UPP's chegaram muitos moradores diziam que se tratava de um novo GPAAE, esta semelhança era prontamente negada pelos governantes, interessados nos futuros votos que os créditos por este programa poderiam angariar.

As UPP's, segundo os governantes, são compostas, em sua maioria, por policiais recém formados que receberam uma preparação diferenciada e que por serem novos na corporação, supostamente, não se contaminaram com as práticas de corrupção e violência tão frequentes na polícia carioca.¹¹³ Os novos policiais passariam a usar outras táticas de policiamento como a aproximação e o conhecimento da favela e dos moradores, aliada ao uso de instrumentos de correção considerados não letais como a pistola de choque, as armas com balas de borracha e o gás de pimenta.

Contudo, como aponta a pesquisa, *“Unidade de Polícia Pacificadora: o que pensam os policiais”*, realizada pelo Centro de Estudo Segurança e Cidadania-CESEC (SOARES e al.:2012), eles não abandonam os fuzis, sinalizando que para garantir a paz poderão usá-los quando acharem necessário. A pesquisa avaliou dois momentos das UPPs: dezembro de 2010- quando foram entrevistados 359 policiais de 9 UPPs inclusive do Cantagalo, Pavão-Pavãozinho- e março de 2012, com 420 policiais de 20 UPPs. Segundo a pesquisa, em 2010, dos 359 policiais entrevistados, 93,9% achavam necessário o uso do fuzil no dia- a-dia da UPP, ainda que as ocorrências mais comuns fossem consideradas de menor potencial ofensivo. Em 2012, o índice foi praticamente o mesmo, 92%. Em ambos os momentos, foram apresentadas duas justificativas para essa necessidade. A grande maioria referia-se ao risco de um ataque externo e à permanência de traficantes e armas no interior ou no entorno da comunidade. Outras justificavam que o fuzil era a arma mais apropriada para uso policial e importante para a ostensividade, a intimidação, a segurança e a prevenção do crime. Ou seja, na “pacificação” a lógica do terror e do extermínio permanece já que, o simples porte da arma sinaliza a possibilidade do seu uso, cujo único fim é o abate, a morte. Já que, um tiro de fuzil dado a curta distância jamais será um instrumento de imobilização de um suspeito.

¹¹³ Esta separação é simbolizada até mesmo na vestimenta, os mais antigos usam farda azul escura, já os mais novos a azul clara, sendo apelidados pejorativamente pelos mais velhos de Smurf's, desenho animado cujos personagens eram bonequinhos azuis bonzinhos e bobinhos. Transmitido na Rede Globo no início dos anos 90.

Para ajudar a compreender a “nova formação” que os policiais recebem, trarei o relato de Rui¹¹⁴, doutorando de psicologia da UFRJ, que apresentou trabalho em um congresso da Academia de Polícia do Rio de Janeiro em abril de 2012.

Rui foi o único não-militar a palestrar neste evento, ele havia inscrito 3 propostas de apresentação, duas que faziam críticas já no título à instituição polícia e uma terceira que versava sobre a história da polícia. Somente esta última foi aceita. Assim que chegou ao quartel geral, ele foi barrado por um policial no portão principal. Ao explicar que estava indo para o Congresso, Rui percebeu que o policial não estava muito contente com a realização deste evento. Pouco tempo depois, ele soube que os policiais ali presentes “tiveram” que atrasar suas férias em uma semana para participarem do Congresso, o que explicava suas expressões de insatisfação. Outro fato que logo chamou sua atenção foi os soldados chamando um “superior” que estava a dois passos de distância deles, mas que não podiam se aproximar porque havia entre eles uma linha no chão. Rui foi informado que estas linhas de diferentes cores sinalizavam quem estava ou não autorizado para circular em determinada área do quartel e esta liberação dependia da patente. Demonstrando a atualidade e a eficácia do esquadrinhamento do espaço para docilização dos corpos de que falara Foucault em *Vigiar e Punir* (2004), pois para cumprir a missão de ordenar a vida na cidade, esta ordem antes deveria ser bem introjetada na alma desses oficiais.

Na época, Rui estava de cabelos raspados e sem barba, podendo facilmente ser confundido com um dos novos policiais da UPP e foi esta semelhança que lhe possibilitou transitar pelo quartel sem ser imediatamente identificado pelos militares. No segundo dia de evento, um tenente o convidou para percorrer a exposição com armamentos dos diferentes departamentos de polícia da cidade. Em um dos estandes, o oficial responsável bateu continência para o tenente que o acompanhava e também para ele, Rui percebeu o equívoco, mas, estrategicamente, preferiu não esclarecê-lo. Em seguida, o oficial apresentou os instrumentos usados pelo Batalhão de Choque para conter as manifestações nas ruas, Rui disse ter ficado impressionado com a engenhosidade e a diversidade dos armamentos. Havia até pistola de tinta, cujo tiro, conforme explicou o oficial, servia para marcar os líderes durante as manifestações, para logo em seguida os policiais do choque identificá-los e detê-los. Mas foi outra

¹¹⁴ Optamos por usar um nome fictício para proteger a identidade do colega.

descrição que deixou Rui mais perplexo: ao perguntar para que servia determinada arma, foi dito a ele que se tratava de um lançador descartável de bomba de gás que os policiais, devidamente protegidos com suas máscaras, usam nas incursões nas favelas para fazer com que os “vagabundos”, que estão escondidos, saiam e o policial consiga fazer a “caça ao pato”. Assim que o oficial deu esta explicação, o tenente que acompanhava Rui sinalizou para o amigo de farda que Rui era civil. Imediatamente, o instrutor do estande recontou a história dizendo que aquela arma servia para situações extremas, quando o “meliante” estava escondido e recusava se render, a arma então era usada para que ele se entregasse e os policiais pudessem “prendê-lo” e levá-lo para viatura. Apesar de chocante, a declaração de que quem é visto como vagabundo é caçado feito pato, não deve nos apavorar tanto quanto a forma desavergonhada como o discurso foi modificado. A fala do tenente não foi para repreender a atrocidade narrada pelo oficial, mas para alertá-lo que aquele discurso não poderia ser dito para um não militar. Por isso, temos que ficar bastante atentos a estes “deslizes” que deixam escapar esta política. A nosso ver, é esta falta de correlação entre o que é dito e o que é de fato feito na dita pacificação que desfaz qualquer possibilidade invenção- experimentação de paz. Um exemplo disso, é o paradoxo de em plena implantação da dita política de paz, o governo do estado comprar, segundo matéria do Jornal O Globo,¹¹⁵ oito novos caveirões para reforçar a frota de guerra no policiamento das favelas.

¹¹⁵ Jornal O Globo, Caderno Rio, 9 de abril de 2013.



Figura 11¹¹⁶

A matéria do Jornal O Globo que anuncia essas novas aquisições do estado informa que ele estava exposto em um evento, considerado o maior e mais importante evento no setor de Equipamentos de Defesa e Segurança da América Latina. Neste ano o evento contou com a presença de ministros de Defesa de 14 países. Essas ilustres visitas demonstram o grande interesse que o mercado e a política de (in)segurança no Rio de Janeiro despertam no cenário internacional. Na feira, é permitido ao público manusear armas de grosso calibre, como fuzis, possibilitando aos milhares de visitantes vestirem a fantasia de Capitão Nascimento.

Acreditamos que o que está sendo chamado de policiamento de proximidade é experienciado como policiamento de confronto. Muitos policiais agredem com as armas não letais, mas altamente dolorosas, os que consideram suspeitos e ainda ameaçam e desrespeitam os moradores. Quando as pessoas reagem são autuados por desacato à autoridade. Não sendo levadas em consideração as circunstâncias que deflagraram o suposto desacato. Como aconteceu com o morador do Cantagalo, R. visivelmente machucado, que disse ter sido alvejado por tiros e agredido, além de ter tido a casa revirada e familiares humilhados por policiais da UPP após ter fugido e atirado azulejos nesses mesmos policiais que o haviam abordado momentos antes usando gás de pimenta. Ele foi autuado por resistência, desobediência e desacato.

¹¹⁶ Publicado no Jornal O Globo em 9 de abril de 2013.

Eles (policiais) não me abordaram, não me chamaram, já vieram com o spray de pimenta. Eu havia bebido na festa, mas não fiz nada contra eles. Eu fiquei sem ar por causa do spray e, quando um deles chegou mais perto, eu o empurrei e corri para a minha casa. Eles foram atrás de mim. Eu subi na laje e eles subiram na laje da casa ao lado e atiraram quatro vezes, algumas na minha direção.[...] Eles botaram o meu irmão e o meu afilhado só de cuecas do lado de fora da casa. Pode perguntar a todo mundo aqui, os vizinhos viram. Jogaram tudo no chão, dizendo que procuravam uma arma. Eles me agarraram. Eu tentei me desvencilhar, mas não consegui. Eles subiram em cima de mim e me algemaram. Um deles bateu com o fuzil no meu ombro.¹¹⁷

Tal qual o “Bonde do Foucault¹¹⁸”, serei acusada de tentar inverter os papéis tornando bandidos mocinhos e policiais vilões. Afirmando que estas definições de nada interessam, sendo mais relevantes as forças que agem para criá-las. Pois, como já dissemos em outro momento, os policiais não apenas reproduzem a dita política de pacificação como também são produzidos por ela para se perceberem como heróis e aceitarem com orgulho a missão de “melhorar a vida na favela”. Ao contrário do que anuncia o governo do estado, constatamos na fala do Secretário de Segurança, José M. Beltrame que os novos policiais são fabricados em série:

Agora, entramos num ritmo bom. Todo mês vão entrar 500 na Academia e vão sair 500. Estamos formando uma média de 6 mil homens por ano. Estamos querendo atrair para a corporação policiais que venham com outra mentalidade. Eles precisam vir não para matar. Hoje, ainda, quando você tira o fuzil de um policial ele se sente nu. Não pode ser assim. Um dia será diferente¹¹⁹

A vontade do Secretário de atrair para a corporação “policiais que não venham para matar” indiretamente atribui a responsabilidade pela matança a algum problema do policial, individualizando a ação e desconsiderando a permissão do Estado para atirar, pois nas aulas de tiro, ganha mais pontos quem acerta os órgãos vitais. Note-se que o alvo a ser atingido é uma cabeça e um tronco; não há braços e pernas. Esta licença para atirar (ou seria para matar?) sinaliza a fragilidade desta pacificação armada.

¹¹⁷ Publicado no Jornal R7 em 10 de abril de 2012.

¹¹⁸ A expressão “Bonde do Foucault” foi usada no filme Tropa de Elite em referência aos que usam o autor Michel Foucault como ferramenta para promover a crítica da polícia.

¹¹⁹ Publicado na Revista Época em 16 de outubro de 2011.

Um dos casos mais graves envolveu o primeiro registro de morte em área dita pacificada, segundo informações do site “Rede de comunidades e movimentos contra a violência”, André de Lima Cardoso Ferreira, de 19 anos, foi assassinado no Pavão em junho de 2011 por 3 policiais da UPP que estavam aparentemente alcoolizados e não estavam uniformizados. Os policiais após terem jogado André no chão e lhe agredido com socos e chutes, o liberaram. Quando o jovem estava caminhando lhe deram um tiro pelas costas. Ele foi encontrado caído e ensangüentado por moradores que o levaram para o hospital, mas André não resistiu e faleceu. Os policiais da UPP foram até a delegacia mais próxima e registraram o caso como “auto de resistência”.

Em julho de 2013, mais um caso envolvendo policiais e um morador. Desta vez foi na Rocinha. Um morador chamado Amarildo de Souza foi visto pela última vez quando entrava em uma viatura da UPP. Desde então, milhares de vozes do Brasil e do mundo somaram-se a dos familiares e amigos de Amarildo em um coro uníssono que pergunta: Onde está o Amarildo?

Sabemos que era frequente no período da Ditadura Civil Militar (1964-1985) a prática de “fazer sumir” durante os interrogatórios os ditos inimigos, muitos deles foram enviados para locais clandestinos conhecidos como “Casas da Morte”¹²⁰ onde eram submetidos a diversas torturas e acabavam morrendo, poucos eram os que conseguiam escapar e sobreviver. Ainda hoje, familiares, amigos e grupos organizados da sociedade civil lutam pelo direito à memória, à vida, ou ao menos a apresentação do corpo de desaparecidos deste cruel período da história brasileira. Notamos que não houve uma interrupção neste fazer morrer, o que mudou é que a divulgação de imagens que comprovam o envolvimento de policiais nestes sumiços torna mais difícil o processo de silenciamento e esquecimento destes casos. As cenas que no passado ficavam restritas aos olhos apavorados daqueles que presenciavam o momento do seqüestro e das mil mortes do dito suspeito, agora são noticiadas nos telejornais e disponibilizadas em vídeos na internet. A mesma tecnologia que nos mapeia e serve como instrumento de controle está sendo usada para produzir escapes. No caso do Amarildo, as câmeras do prédio da UPP da Rocinha estavam “coincidentalmente” desligadas ou em manutenção o

¹²⁰ O Jornal O Globo de 23 de junho de 2012 trouxe matéria sobre uma residência em Petrópolis (RJ) usada como centro de tortura pelos civis-militares do Exército, defensores do Regime Ditatorial. Estimase que pelo menos 22 pessoas tenham sido assassinadas em um desses lugares, conhecido como “Casa da Morte”.

que impossibilitou o registro do período em que ele ficou neste local, o GPS¹²¹ da viatura que levou Amarildo até a sede também estava “coincidentalmente” quebrado. Porém, um segundo aparelho de rastreamento, cuja existência só foi divulgada duas semanas após o desaparecimento do morador, possibilitou a identificação do estranho percurso omitido pelos policiais em seus depoimentos e que incluiu passagens pela Zona Portuária, pelo Batalhão do Leblon, pelo Hospital da PM e pelo Batalhão de Choque da Polícia Militar.

Na tentativa de diminuir a cobrança que o povo tem feito ao Estado sobre o desaparecimento dos incontáveis Amarildos, setores da polícia responsáveis pela investigação do caso, acusaram Amarildo, que trabalhava como pedreiro, de ser traficante. Querem minimizar a responsabilização da polícia e do Estado pelo seu desaparecimento e inverter a relação da sociedade com o caso, pois ao ser informada que Amarildo seria traficante, muitos deixariam de reprovar e protestar para agradecer e aplaudir a polícia pelo feito, o que ocorre sistematicamente.

O major Edson Santos que comandava a UPP da Rocinha no período em que Amarildo desapareceu foi substituído recentemente pela “carismática” Major Priscilla de Oliveira, que fora premiada internacionalmente e é vista como um dos maiores símbolos da “política de pacificação”. Pouco tempo depois da mudança, testemunhas do caso afirmaram que mentiram em depoimento porque teriam sido coagidas pelo comandante. Em casos como estes, os policiais acusados de envolvimento somente são afastados quando a divulgação de suas ações pela grande mídia ameaça a imagem da instituição. Eles são usados como “tranquilizantes sociais”, desligados da corporação para “supostamente” não contaminarem os demais e, assim, pretende-se preservar o padrão de qualidade do produto “UPP”.

Outro ponto importante é o dado divulgado na matéria do Jornal Extra de agosto de 2012: “UPP: mais da metade dos policiais mortos em serviço este ano estava em áreas pacificadas”.¹²² Sabemos que o policial é produzido para acreditar que veste junto à farda a capa de super-herói, aquele responsável por exterminar os inimigos, “cuidar” da favela, resolver brigas de vizinhos, carregar sacolas de compras, dar aulas

¹²¹ GPS é um aparelho de localização usados em veículos, geralmente por companhias de seguro, para diminuir o número de assaltos e rastrear veículos roubados.

¹²² Publicado no Jornal Extra em 18 de setembro de 2012.

para a molecada etc Porém, ele é tão programado para morrer quanto o traficante, ambos são forjados como vidas descartáveis expostas diariamente ao risco de terem em mãos uma arma e serem alvos da arma de outros.

Contudo, apesar de promover mortes e desaparecimentos, inclusive de policiais, a política de pacificação se direciona à vida. Os processos de mortificação do corpo e apaziguamento das almas dos moradores não ocorrem somente através da soberania do BOPE e da produção de verdade midiática, estes processos se potencializam com a instauração de biopoderes que pretendem, como veremos a seguir, estabelecer uma ordenação daquilo e daqueles que circulam em determinado território.

4.2 UPP: Urbanização Pela Polícia

Na última aula do curso Segurança, Território e População, em 5 de abril de 1978, Foucault diz que a polícia é uma “instituição de mercado”¹²³ que exerce através da regulamentação dos fluxos de mercadorias e pessoas a urbanização do território. Portanto, policiar é a mesma coisa que urbanizar. A polícia chegou a ser compreendida por Domat, teórico citado por Foucault, como condição de existência da urbanidade, porque delimitava o modo como os homens deveriam interagir entre eles.

A partir da leitura deste curso de Foucault, propomos que a Unidade de Polícia Pacificadora opera uma *Urbanização Pela Polícia*. Primeiro o BOPE promove a suposta libertação dos moradores através da perseguição aos traficantes e da reconquista do território. Em seguida, ele reforça práticas de docilização dos corpos e instaura uma nova regulação da vida dos moradores, delimitando o que é permitido e proibido de funcionar na favela e fazendo pela via da força e do convencimento que obedecêssemos às suas regras, a esta regulação das condutas chamaremos, usando uma expressão forjada por Leon Farhi Neto, de “biopolítica policial”. Pois, conforme explica Farhi Neto (2010):

Para o regime de polícia, para o Estado de Polícia, dos séculos XVII e XVIII, o domínio de atividades definido pela população era, todo ele, um extenso campo para a intervenção

¹²³ Ao falar sobre a relação entre a circulação de homens e mercadorias, Foucault afirma: “É todo o problema, justamente, desses vagabundos, das pessoas que se deslocam. Digamos, em suma, que a polícia é essencialmente urbana e mercantil, ou ainda, para dizer as coisas mais brutalmente, que é uma instituição de mercado, no sentido bem amplo.” (FOUCAULT, 2008 a:451)

governamental. Cada aspecto da vida da população, a moral, a religião, a reprodução e a saúde, a produção e o comércio das comodidades, deveria ser meticulosamente esquadrihado e orientado em função da razão de Estado, para a qual a valorização da vida da população era um dos fundamentos. **É com o Estado de Polícia que a vida da população ingressa nos assuntos estatais, aí começa algo que poderíamos chamar- essa não é uma expressão de Foucault- de biopolítica policial, já que a vida da população é assunto de polícia, de legislação e disciplina.** Todo o campo referente à população, ao conjunto de viventes que coexistem, e estabelecem entre si uma “sociedade”, ou dito com as palavras de hoje, que estabelecem entre si relações sociais, surge como domínio aberto à plena intervenção do Estado. (Farhi Neto, 2010, p. 177-78)

Como veremos esta regulação é potencializada com a chegada da UPP, que instaura regras para o estacionamento da favela, para as festas, para as crianças, para o uso da luz, para os birosqueiros etc. Saímos de uma dita falta de governo, para um excesso de intervenções nos modos de vida através da polícia. Essa biopolítica policial opera através de diferentes dispositivos¹²⁴ e tem a polícia como instrumento direto de produção da população.

No entanto, a UPP agindo enquanto “Estado de polícia” que regula as condutas, não é um fim em si. Na verdade, a sensação de liberdade produzida nos moradores pela dita pacificação funciona como condição de possibilidade para expansão na favela do que chamaremos de “biopolítica neoliberal”, que não necessariamente irá regular as condutas através da polícia, ela preferirá que, cada vez mais, eles se auto-regulem de acordo com os interesses capitalísticos, que faz de cada um uma empresa e transforma até mesmo os modos de vida da favela em produtos a serem consumidos em larga escala e exportados como a nova mercadoria “made in Brazil”. Como afirma Fahri Neto (2010):

Trata-se de dar liberdade à realidade do comportamento econômico da população, para que, nessa liberdade, o sistema

¹²⁴ Foucault define dispositivo como sendo: “antes de tudo, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais e filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos. [...] entre estes elementos, discursivos ou não, existe um tipo de jogo, ou seja, mudanças de posição, modificações de funções, que também podem ser muito diferentes. [...] entendo dispositivo como um tipo de formação que, em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência. O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante. (FOUCAULT, 1977, p.244)

como um todo se autorregule, se autocompense.[...] A liberdade, sobretudo, não é um direito ou um privilégio dos indivíduos, mas o que permite de modo mais eficaz o governo da população.(Farhi Neto, 2010, p.132)

A biopolítica policial surge como mecanismo de preparação da população da favela para o fortalecimento da biopolítica neoliberal naquele território. Não estamos com isso dizendo que o modo de vida capitalístico não vigorava na favela antes da UPP, é justamente o oposto, lá este modo de vida está em plena expansão, consome-se e consome-se muito, só que este dinheiro circula informalmente, não gerando arrecadação direta de impostos e taxas para os cofres públicos e para as grandes empresas que veem a favela como um mercado ainda não explorado, em pleno período de contenção e recessão econômica. Este governo das condutas está presente nos diferentes espaços da cidade, assim como as produções inventivas de contra-condutas, isto é, práticas e discursos que ensaiam escapes à programação e a esta forma de gestão da vida. Importante afirmar que este governo das condutas não emana do Estado, nem da polícia, nem mesmo do capital, mas de diversas relações entre micropoderes, cujas articulações entre seus pontos possibilitam a emergência dessas grandes integrações e é dentro dessa rede, sempre móvel e instável, que também surgem as práticas de resistência, locais, inventivas e que operam mudanças na trama das relações. Usaremos o sistema de iluminação do asfalto e da favela como analisadores dos jogos entre as estratégias de condução das condutas e as contra-condutas nestes espaços.

No ‘asfalto’ a regulação das condutas é mais sutil tal como o sistema de iluminação que opera no subterrâneo sem ser visto, regendo silenciosamente os circuitos, determinando onde e como os fluxos de fios/ corpos devem passar ao mesmo tempo em que age sobre cada um deles evitando que eles se encostem demais, pois isso poderia ser perigoso. Por isso, cada fio/ corpo é envolvido por um *conduite*¹²⁵ que estabelece a direção a ser tomada e produz um ‘isolamento’/individualização que age como medida de segurança, diminuindo a probabilidade dos fios/corpos se encostarem e se agenciarem, o que poderia causar um desajuste no sistema de controle. A presença

¹²⁵ Em conversa com a professora Heliana de Barros Conde Rodrigues, ela falou sobre a relação entre o *conduite* de luz e o *conduite*- conceito de Foucault, pois ambos remetem a condução. Segundo Foucault, “o termo *conduite* com seu equívoco mesmo é talvez um dos que melhor permitem explicar o que há de específico nas relações de poder. A condução/ la *conduite* é o ato de levar os outros(segundo mecanismos de coerção mais ou menos estritos) e a maneira de se comportar dentro de um campo mais ou menos aberto de possibilidades. O exercício de poder consiste em conduzir as condutas e em reger as probabilidades.” Tradução livre de:(FOUCAULT, 2001: 1056)

desses mecanismos de condução só é notada quando um evento interrompe a calma e a ordem, é o momento em que os bueiros da LIGHT explodem, mostrando que os fios e os corpos sempre produzirão formas de se desencaparem, de contra-conduite.

Na favela os fios estão à mostra, suspensos pelos postes de luz. Neste espaço as tecnologias de condução são mais evidentes, porém se o controle é direto, as artimanhas para driblá-lo também o são. É o caso dos ‘gatos de luz’ que são formas de desviar os fluxos produzindo arranjos rizomáticos de fios que se entrelaçam, se encostam e se emendam com outros fios, tornando impossível a tarefa de realinhamento pela LIGHT. No passado recente, como forma de punição a LIGHT “promovia”¹²⁶ em datas festivas, os chamados ‘apagões’, deixando a favela às escuras. A polícia, por sua vez, nas suas incursões na favela também promovia diversos ‘*apagões*’, ditos ‘auto de resistência’. Esses ‘apagões’ estavam causando um desgaste na imagem dessas instituições e provocando revolta nos moradores que queimavam ônibus, fechavam ruas, lançavam bombas caseiras etc. Por isso, as estratégias de condução tiveram que se refinar, passando de uma estratégia de ‘apagão’ para a de ‘pacificação’, baseada na promoção de discursos que afirmam que a condução é para o nosso bem, que devemos cooperar, facilitando a ação dos fiscais de conduite, sejam os técnicos da Light ou policiais, a fim de que tenhamos um abastecimento seguro de energia e para que possamos viver em paz.

A nova polícia “urbanizadora das condutas” tem como missão promover a cidadania capitalística pela fabricação do “novo favelado”, ensinando-o a conduta empreendedora do cidadão, mostrando que não é mais adequado que eles burlem os deveres e usurpem os serviços usando gato de luz, gato de internet, gato de TV a cabo, não pagando taxa de água e de IPTU etc... Estes descumprimentos que foram mecanismos estratégicos forjados pelos moradores ao longo dos anos para sobreviverem e se inserirem de outro modo na lógica do capitalismo são cada vez mais criminalizados e perseguidos. Visto que, não se trata apenas de pagar ou não pagar pelo uso destes serviços, mas de uma intervenção na dinâmica e na economia dos lares e dos comércios locais que tem como um dos principais efeitos a chamada *remoção branca*, quando moradores que não conseguem pagar as contas, decidem vender suas casas e comércios e sair da favela.

¹²⁶ Usamos o termo “promovia” entre aspas, pois não necessariamente era a Light quem cortava o fornecimento de energia, às vezes ela simplesmente demorava a fazer reparos.

O projeto de polícia pacificadora, como esclarece Vera Malaguti Batista no artigo “O Alemão é muito mais Complexo” (Batista, 2012), não é uma criação carioca, ele é baseado no Projeto de Medellín que teve o apoio dos Estados Unidos para ser executado” (2012: 59). Já no Rio, um dos maiores financiadores das Unidades de Polícia Pacificadora é o mega empresário Eike Batista que injeta cerca de 20 milhões de reais anuais no projeto. Além dele, empresas como Coca-Cola Brasil, Souza Cruz, Light, Metrô, Banco Bradesco e a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) também se comprometeram a investir no projeto. Não é estranho que a primeira agência bancária instalada no Cantagalo seja a do Banco Bradesco, que a Coca Cola realize megaeventos no Complexo do Alemão, que a Light que durante anos teve enormes prejuízos com os “gatos” de luz invista na Pacificação e que a CBF em meio aos Jogos Esportivos Mundiais no Rio também queira as favelas policiadas? Por isso, é ineficaz nossa problematização se ater ao policial, é necessário pensarmos o para quê do policiamento ostensivo na chamada política de pacificação e inseri-lo nesta análise não como o problema, mas como mais uma ferramenta desta máquina capitalística e mortífera que produz a demanda por segurança pública. A artimanha da dita pacificação consiste em fazer com que nos sintamos e digamos cada vez mais livres e autônomos, ainda que (e por que) estejamos cada vez mais policiados e ininterruptamente governados. Como sinaliza Nikolas Rose (1998):

Na vida política, no trabalho, nos arranjos domésticos e conjugais, no consumo, no mercado, na publicidade, na televisão e no cinema, no complexo jurídico e nas práticas de polícia, nos aparatos da medicina e da saúde, os seres humanos são interpelados, representados e influenciados como *se fossem eus* de um tipo particular: imbuídos de uma subjetividade individualizada, motivados por ansiedades e aspirações a respeito de sua autorrealização, comprometidos a encontrar suas verdadeiras identidades em seus estilos de vida. As imagens de liberdade e autonomia que inspiram nosso pensamento político operam, da mesma forma, em termos de uma imagem de ser humano que o vê como foco psicológico unificado de sua biografia, como o lócus de direitos e reivindicações legítimas, como um ator que busca “empresariar” sua vida e seu eu por meio de atos de escolha. (Rose, 2001, p.140)

A função destas megaempresas não se limita aos investimentos financeiros, mas passa também pelo aumento da credibilidade que o chamado projeto de pacificação ganha ao ter seu nome associado a estas marcas já consolidadas no mercado e esse efeito de marketing visa atingir os pequenos empresários, como afirma o Secretário de Segurança, José M. Beltrame:

A importância do convênio não é simplesmente o recurso, mas o exemplo que esses empresários dão. São pessoas que acreditam no projeto e nos resultados das UPP e estendem as mãos de maneira concreta. O que os empresários estão fazendo hoje: tomando essa iniciativa e dando o exemplo a todo empresário carioca e fluminense de que temos que avançar nesse programa porque os resultados são concretos.¹²⁷

A mensagem é que todos deverão investir, pois os favelados estando sob controle, a cidade ficará livre para os compradores e todos irão se beneficiar. Mais uma vez executa-se a limpeza social. Porém, em época de reaproveitamento sustentável, não se elimina o lixo, nem mesmo o social, faz-se do “lixo” fonte de renda. E é assim que a favela tem se convertido num nicho de mercado ainda pouco explorado e com alto potencial lucrativo através do progressivo aumento do potencial de consumo do morador atrelado à entrada de turistas que desejam conhecer as paisagens e os modos de vida na favela. Em época de crise mundial, uma mina de ouro está brotando nas encostas cariocas. E o governo do estado e as empresas parceiras estão investindo para produzir uma mão de obra barata, local e qualificada para atender principalmente os ramos do turismo, hotelaria e cultura: é a transformação do “favelado gasto” em “favelado lucro”. Opera-se a inclusão preventiva da diferença, mas em diferentes níveis de participação. Cada vez mais temos um Estado mais articulado às relações de mercado como um investidor em políticas como a dita pacificação que frisam a importância do empresariamento de si.

O morador que não se converte em mão de obra barata para os hotéis e restaurantes está abrindo sua própria empresa na favela criando, restaurantes, alugando casas, servindo de guia de passeios na favela, manequim de fotos da paisagem e da pobreza etc. Estes microempreendedores começaram a usar a UPP como marketing para os negócios locais. Como fora anunciado pela moradora do Chapéu Mangueira, Cristiana Oliveira, e por um taxista em comercial da UPP sobre empreendedorismo:

Cristiana: Há um tempo atrás eu falava para o pessoal que existia um muro em frente a nossa comunidade. Esse muro está se quebrando pouco a pouco[...] Com essa mudança, eu tive uma oportunidade. Só no asfalto existia albergue, agora na comunidade tem albergue. Albergue não, se fala *hostel*, coisa

¹²⁷ Publicado no Blog da Pacificação.

chique, maravilhosa... **Taxista:** Há uma nova cultura nascendo em função da paz, da integração e da liberdade!¹²⁸

Percebemos pelo relato da moradora que os anúncios de serviços: passeios, pousadas e restaurantes, tudo está carimbado com o selo UPP “uma garantia de segurança”. Na verdade, vende-se o bilhete para ver de perto como é a vida na favela, fotografar a alegria das crianças brincando de matar ratos. A capitalização da sobrevivência no seu estado mais cru. E os que não conseguirem se converter em capital humano, em *homo oeconomicus*¹²⁹, ou oferecerem risco a lógica capitalística da “favela maravilhosa”? Ah! Estes continuarão sendo eliminados pelos policiais de plantão, como lixo não reaproveitável.

Um importante teórico da polícia, Turquet de Mayerne, citado por Foucault, dizia em *La Monarchie aristodémocratique*, livro IV, p.207 que “[...] a esta [=a Polícia] se reduz tudo o que poderíamos pensar ou dizer em matéria de governo: estendendo-se a Polícia evidentemente a todos os Estados e condições das pessoas, e a tudo o que elas designam, fazem, manejam ou exercem”. (FOUCAULT, 2008a:445) E ainda afirmava que um dos papéis do alto oficial de polícia “era manter entre o povo uma singular prática de modéstia, caridade, lealdade, indústria e harmonia.” É este mesmo povo que ao se comportar feito “plebe ignara”, poderá recusar o amansamento imposto pela polícia, recusando e resistindo à regulação e à condução de suas vidas feito população.

Para pensar esta gestão das nossas condutas na favela que se fortaleceram com a chegada das UPP’s e a atuação de outros dispositivos usaremos três analisadores¹³⁰: a gestão do lazer, a urbanização do território e a condução das crianças.

4.3 A gestão do lazer: Aprendendo a “dançar conforme a música”

¹²⁸ Vídeo publicado pelo ProleRJ em 3 de maio de 2012.

¹²⁹ *Homo oeconomicus* é um empresário, e um empresário de si mesmo, sendo ele próprio seu capital, sendo para si mesmo seu produtor, sendo para si mesmo a fonte de sua renda. (Foucault, 2008b, p.311)

¹³⁰ Segundo Rodrigues (1992), os analisadores seriam acontecimentos – no sentido daquilo que produz rupturas, que produz análise, que decompõe. Eles assinalam as múltiplas relações que compõem o campo.

*“Comunidade que vive acuada
Tomando porrada de todos os lados
Fica mais longe da tal esperança
Os menor vão crescendo tudo revoltado
Não se combate crime organizado
Mandando blindado pra beco e viela
Pois só vai gerar mais ira
Naqueles que moram dentro da favela”*
Tá tudo errado (MC Junior e Leonardo)

Tomaremos neste item a gestão do lazer como um analisador da biopolítica policial na favela. É importante destacar que esta gestão não surge com a UPP, pois diversos mecanismos, principalmente legais, foram usados ao longo dos últimos anos para controlar os modos como os moradores se divertem no território. Um dos elementos principais da gestão do lazer é o baile funk, que é o espaço de expressão, encontro e diversão da juventude que vive na favela. A mesma juventude, que é considerada “perigosa” para a sociedade, ainda mais quando ela, aos berros, entoa os chamados “proibições”¹³¹.

O estereótipo do bandido vai-se consumando na figura de um jovem negro, funkeiro, morador da favela, próximo do tráfico de drogas, vestido com tênis, boné, cordões, portador de algum sinal de orgulho ou de poder e de nenhum sinal de resignação ao desolador cenário de miséria e fome que o circunda. (D’ELIA FILHO, 2007, 21).

Assim, ser “funkeiro” foi virando sinônimo de “traficante” e, por isso, percorreremos ainda que brevemente, o rastro deixado pelas leis do Estado que visavam criminalizar o ritmo e perseguir seus admiradores. O baile funk do Chapéu Mangueira, freqüentado pelos jovens da classe média e alta, foi o primeiro a ser interdito, em 1995, sob suspeita de colaboração com o tráfico. Já em 1999, houve a CPI estadual, cujo objetivo, segundo Facina, era:

o objetivo era “investigar os ‘bailes funk’ com indícios de violência, drogas e desvio de comportamento do público infanto-juvenil”. (...) Na época, o deputado Sivuca¹³² chegou a propor um projeto de lei que proibia a realização de bailes funk em todo o território fluminense. Mas, como resultado da CPI, foi publicado em 2000 um projeto de lei

¹³¹ Proibições: é como são chamados os funks que fazem referência explícita, geralmente na forma de elogio, ao tráfico, às drogas, às torturas e aos conflitos armados dentro das favelas

¹³² Guilherme Godinho Ferreira, o Sivuca, era ex-delegado de polícia e se elegeu deputado estadual com o bordão “*bandido bom é bandido morto*”. Foi presidente de honra da Scuderie Le Cocq, que segundo o próprio Sivuca: “*foi criada para dar satisfação à sociedade*”. Publicado na Wikipedia (sem data de publicação).

que dizia, entre outras coisas, que a realização dos bailes passaria a depender de autorização da autoridade policial e que se deveria manter a presença de policiais militares do início ao fim do evento.”(Idem)

A CPI Estadual foi presidida pelo então deputado e atual governador do estado, Sérgio Cabral Filho, e serviu de base para Lei 5.265 de 2008 de autoria do ex- deputado Alvaro Lins¹³³ que atribuía a SESEG, Secretaria de Estado de Segurança, a responsabilidade de fiscalização pelo cumprimento de uma série de normas¹³⁴ para realização de eventos. Esta lei, dadas as exigências, se configurou em um empecilho para a realização dos bailes funk nas favelas, servindo somente para favorecer os grandes empresários e produtores culturais cariocas que devido ao crescente interesse da juventude de fora da favela no funk passaram a promover festas nas casas de shows e lucrar com este mercado, que segundo informações de pesquisa da Fundação Getúlio Vargas¹³⁵, movimentava cerca de 10 milhões de reais por mês só no estado do Rio de Janeiro. Nestas casas de shows a juventude da favela era barrada na bilheteria pelo preço do ingresso¹³⁶.

Contudo, como já vimos, até mesmo na época do GPAE, o baile não deixou de existir nas favelas, ele apenas passou a sendo convertido em moeda de troca...quando não acontecia, ao longo da semana, nada na favela que aborrecesse os policiais, eles permitiam a execução do evento. Do contrário deixavam, os jovens de castigo, sem o baile.

¹³³ Álvaro Lins começou a carreira na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, e em 1994 foi acusado de estar envolvido em transações com o “jogo do bicho”. Foi escolhido como chefe da Polícia Civil (1999-2006) e deputado, em 2006, acusado de compra de votos. Em 2008, foi preso acusado de receber suborno do “crime organizado”. No mesmo ano, teve seu mandato cassado na Alerj e, em 2009, foi demitido “a bem do serviço público” do cargo de delegado. Publicado na Wikipedia (sem data de publicação).

¹³⁴ Entre as normas destacam-se: **f)** comprovante de instalação de detectores de metal, câmeras e dispositivos de gravação de imagens;
g) comprovante de previsão de atendimento médico de emergência, com, no mínimo, um médico socorrista, um enfermeiro e um técnico de enfermagem;
h) nada a opor da Delegacia Policial, do Batalhão da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros, todos da área do evento, e do Juizado de Menores da respectiva Comarca”

¹³⁵ Pesquisa “*Configurações do Mercado do Funk no Rio de Janeiro*”, publicada no site institucional da Fundação Getúlio Vargas na seção Pesquisas Públicas (sem data de publicação).

¹³⁶ Vídeo publicado pelo Direto da Gema em 7 de maio de 2012.

A situação do funk teve uma aparente melhora em 2009, quando foi promulgada a “Lei do Funk”¹³⁷, que revogou a lei 5265 e definiu o funk como movimento cultural e musical popular, com exceção dos chamados “proibições”, atribuindo ao Estado, através dos seus órgãos de gestão cultural, o papel de promover o funk, garantindo a realização de eventos como festas e bailes. A lei que foi considerada uma conquista em prol do funk, também serve para pensarmos a forma como temos lutado pelas nossas liberdades. Nota-se que cada vez mais estamos solicitando que o Estado intervenha e regule nossas vidas, delimitando por lei, inclusive, o que podemos ouvir e cantar. E, neste caso, determinando que tipo de funk deve ser preservado, já que os “proibições”, acusados de apologia ao crime, continuam na ilegalidade.

A Lei do Funk, só não contava com a astúcia do Secretário de Segurança, José M. Beltrame que, em 2007, havia baixado um Decreto, conhecido como Zero-Treze, baseado em outra lei da época da Ditadura- o Decreto nº 3074 de 05 de março de 1980- que confere à polícia plenos poderes para autorizar ou não a realização de um evento. A Zero- Treze e a Lei do Silêncio¹³⁸ têm sido um importante instrumento, amplamente usado pelos policiais do Bope, das UPPs e do Exército para regular e impedir a realização de festas, batizados, comemorações diversas e principalmente de bailes funk nas favelas ditas pacificadas. Restando aos organizadores, “negociar” com o Comandante, como afirma o representante da APAFUNK¹³⁹, Guilherme Pimentel:

O organizador do evento fica na mão da autoridade policial (...) que pode exigir requisitos a mais, inclusive, dos que estão elencados na resolução sem que eles estejam delimitados ali. Então qualquer coisa é motivo para gerar uma dificuldade e a gente sabe que no nosso Estado a realidade é muito delicada, porque a prática da autoridade pública, não é nem só a policial é criar a dificuldade para vender a facilidade

¹⁴⁰

Os moradores também não estão livres da interdição e fiscalização policial durante as festas, como sinaliza o produtor cultural Luiz Claudio do Cantagalo:

Fizemos uma feijoada na quadra no Dia de São Jorge e às quatro horas da tarde a UPP veio e disse que o som estava muito alto. Quer dizer: Isso é um absurdo! [...] Então quer dizer, eles não querem que faça nada dentro da quadra(de samba da favela), nenhum tipo de evento,

¹³⁷ Lei do Funk: Lei 5543 de 22 de setembro de 2009.

¹³⁸ Lei do Silêncio: determina o volume do som de acordo com o horário.

¹³⁹ APAFUNK: Associação dos Profissionais e Amigos do Funk.

¹⁴⁰ Transcrição de do vídeo na citação 137.

tanto de samba, quanto de swing, quanto de pagode, quanto o funk que é o principal¹⁴¹

O deputado estadual Marcelo Freixo (PSOL) reforça a fala de Luiz Claudio afirmando que:

Algumas situações no Cantagalo mostram a dificuldade que os moradores estão enfrentando. Feijoada às 16h em um feriado? Não pode. A polícia chegou para desligar o som e só a muito custo que não o fez. Mas acabou com uma matinê infantil, às 19h. Digamos que, sem festa, os moradores queiram beber em um bar e ver um futebol? Está difícil. Para colocarem um aparelho de TV nos bares, os proprietários precisam pedir um ALVARÁ ao capitão da UPP¹⁴²

A interdição pode se dar de forma extremamente agressiva como ocorreu no Complexo do Alemão, quando soldados do Exército dispararam tiros de borracha e usaram gás de pimenta contra moradores que insistiam em não abaixar o som, informações que foram divulgadas no site da Folha de São Paulo¹⁴³:

A confusão começou depois que os militares abordaram um grupo de pessoas que fazia uma festa em uma rua no morro da Alvorada. O som da festa estaria alto, e os soldados determinaram que o volume fosse diminuído. Diante da resistência dos moradores, os militares desligaram o som. Foi o estopim para a revolta. Houve enfrentamento entre moradores e militares, que dispararam tiros de borracha e usaram spray de pimenta para dispersar a multidão. Segundo os moradores, muitas mulheres e crianças foram alvejadas pela ação do Exército. Uma mulher levou um tiro de borracha na boca e foi encaminhada ao hospital Getúlio Vargas.

Ainda na mesma reportagem, o major Marcus Bouças, que era o responsável pela comunicação da tropa que estava no Alemão, afirmou que a confusão foi causada pelo “excesso de bebida” das pessoas que foram abordadas, desqualificando assim o protesto dos moradores e encobrindo a atitude truculenta dos policiais.

É importante problematizarmos: o que o baile, a festa de São Jorge, os sambas e as festas nos becos e nas lajes da favela têm em comum? A resposta mais simples é: são espaços de encontro de um grande número de moradores. Porém, diferente das assembleias comunitárias na Associação de Moradores e das reuniões nas ong's, escolas e postos de saúde que contam sempre com a presença, nem sempre solicitada, de algum

¹⁴¹ Idem

¹⁴² Publicado no site institucional do mandato do deputado estadual do Estado do RJ Marcelo em Freixo (sem data de publicação)

¹⁴³ Publicado na Folha Online em 4 de setembro de 2011.

representante da polícia, nas festividades dos moradores os policiais, geralmente, não são bem vindos e, por isso, eles não conseguem ficar a par do que está sendo dito e articulado nestes locais.

Além disso, as festividades são “espaços de liberdade” que já existiam na favela e, portanto, se chocam com os discursos que atribuem à polícia o mérito pela suposta libertação. As alegres confraternizações dos moradores ameaçam também o que chamaremos de “mito da felicidade UPP”, que atribui à UPP o resgate da alegria do favelado. Como se antes da chegada da polícia, vivêssemos num estado de absoluta tristeza.

Assim, percebemos que as festas e os bailes são coisas que escapam e, por isso mesmo, devem ser contidas, cabendo à polícia a regulação da circulação das pessoas, evitando que se agrupem, que interajam e que festejem por conta própria. Isto nada mais é do que a biopolítica apaziguadora da favela, que visa governar a vida dos favelados como um todo, mas sem deixar de intervir, se necessário brutalmente, no corpo de cada um, como demonstra o relato de uma moradora ao Jornal A Nova Democracia:

O meu filho voltava da escola com outros adolescentes e um deles estava cantando funk. O policial (da UPP) não gostou e perguntou o que ele estava cantando, ele disse ‘funk’ e, na mesma hora, ganhou um tapa na cara.¹⁴⁴

Outro fator a ser considerado, é que o gerenciamento feito pela polícia nos espaços de lazer da favela se transforma em uma intervenção também em parcela significativa da economia local. Visto que, a interrupção das festas e dos bailes prejudica diretamente os inúmeros trabalhadores informais que sobrevivem das festividades, como lembra o DJ Sany Pitbull:

Não é só o problema de se divertir das pessoas que está sendo ceifado, que *tá* sendo tomado. O direito de se alimentar de algum chefe de família que se alimenta desse comércio também. O cara do bar que deixa de trabalhar, a tia do cachorro quente, do churrasco(...), pessoas que tiram o sustento para suas casas e hoje não estão podendo trabalhar¹⁴⁵

Assim que chegou ao Cantagalo a UPP proibiu que todas as biroskas que não tivessem alvará de funcionamento abrissem. Foi preciso se formalizar, se inscrevendo no programa Micro Empreendedor Individual do governo Federal, para poder expedir

¹⁴⁴ Publicado em A Nova Democracia em abril de 2012.

¹⁴⁵ Idem

nota fiscal e garantir a reabertura do estabelecimento. Para estes vendedores ambulantes que sobrevivem das festas na favela, e que não cumpriam as exigências do governo, o estado reservava a política do Choque de Ordem, destruindo todas as barracas, como foi feito, por exemplo, na Mangueira. Vera M. Batista (2012:82) destaca: “Na pacificação da Mangueira foram derrubados todos os quiosques das tias que abasteciam os freqüentadores da quadra da escola de samba com seus quitutes populares. Agora o que virá?” A indagação preocupante sobre o porvir lançada por Batista pode ser deslocada para o presente: E agora, o que está vindo?

Gradativamente, os bailes estão voltando a ser permitidos nas favelas “pacificadas”, como no Tabajara, em Copacabana. Mas, segundo o comandante da UPP Tabajaras, capitão Joacir Virgílio, o baile só pôde acontecer porque: “Houve um clamor da comunidade para que autorizássemos o baile. Autorizamos, mas não podem tocar ‘proibições’. Teoricamente eles teriam que ter monitoramento por câmeras, detectores de metais, mas a gente não cobrou porque seria economicamente inviável para os organizadores”.¹⁴⁶ Diante do pedido encarecido, o comandante em um ato de “bondade e generosidade” o autoriza. Outra condição para que haja o baile é que os funkeiros *precisam dançar conforme a música*: o “baile pacificado” tem horário para começar e terminar e tem um repertório delimitado pelo bom senso do capitão, que só permite um determinado tipo de funk, que pelo tempo foi se tornando inofensivo, pois traz em suas letras o questionamento da dura realidade do *pai de família- trabalhador*, cujo único “defeito” era ser *funkeiro*, como demonstra o “Rap do Silva”:

*Mais era só mais um Silva que a estrela não brilha
ele era Funkeiro, mas era pai de família*

*Era trabalhador, pegava o trem lotado
Tinha boa vizinhança, era considerado
Todo mundo dizia que era um cara maneiro
Outros o criticavam porque ele era funkeiro*

(Rap do Silva- MC Bob Rum)

Mas que não se aproxima dos chamados “*proibições*”, com suas letras de enaltecimento ao traficante, às armas, às drogas e às torturas como na música “Fogo no X9” (Cidinho e Doca), considerada uma das mais “leves” entre os “*proibições*”:

¹⁴⁶ Publicado no Portal D24AM em 29 de março de 2012

Fogo no X9
Da cabeça aos pés
Pega o álcool e o isqueiro(...)
(Fogo no X9- Cidinho e Doca)

Nossa preocupação não é defender a possível beleza e riqueza musicais dos “proibições”, mas afirmar que eles não são derivados do “reino da fantasia” de algum compositor funkeiro. Na verdade, são canções-relato que revelam práticas freqüentes que se passam nas favelas e que não deixam de acontecer porque estão proibidas de serem cantadas.

A resolução 013 tem favorecido a realização de um crescente número de festas promovidas por grandes produtores que alugam as quadras de samba e oferecem “o jeito favelado de festejar”, atraindo um público que antes da UPP só conhecia a favela pela televisão, mas que agora se sente seguro o bastante para subir o morro e curtir um passeio, uma feijoada, um samba, um baile. O mais interessante é notarmos como os moradores estão sendo inseridos nestas festas: eles são barrados no baile pelo preço do ingresso! Como declara o morador do Dona Marta, Jorge¹⁴⁷:

Samba sempre vai ser bom, ainda mais pra gente que mora no morro e tem isso na veia. Mas isso é um evento pro pessoal da rua subir o morro. Acho que deveria ter uma integração maior asfalto-favela, mas não tem como participar porque é caro para gente.

O espaço destinado aos moradores nestas festas são as barracas de comidas e bebidas, licenciadas pela prefeitura, que ficam do lado de fora do evento: a diversão para o morador é o trabalho! Uma demonstração do sucesso da gestão biopolítica do lazer na favela, que intensifica a lógica capitalística transformando modos de vida em mercadorias enlatadas, prontas para o consumo, estimula o empreendedorismo de si do morador-trabalhador, além de fazer da liberação do baile funk um mecanismo de apaziguamento do jovem funkeiro, que precisa “clamar” para conseguir a liberação e se contentar em “*dançar conforme a música*” do Comandante.

Curiosamente, no dia 18 de agosto de 2013, sob efeito da grande rejeição a sua política de governo, o governador Sérgio Cabral derrubou junto com o Secretário José Mariano Beltrame a resolução 013, liberando os bailes nas favelas, numa tentativa de

¹⁴⁷ Usamos um nome fictício.

conter o povo que ocupa as ruas desde junho do mesmo ano. Pois, como sinalizara Foucault a partir da análise de Bacon sobre a insatisfação do povo e da nobreza:

O problema do descontentamento do povo é muito maior, muito mais sério, muito mais difícil de resolver. É preciso fazer que esse descontentamento do povo, por uma lado, nunca chegue a tal ponto que não encontre outra saída senão a explosão na revolta e na sedição. Ou seja, é sempre necessário deixar-lhe um pouco de esperança. (FOUCAULT, 2008, p.361)

A pasteurização que está sendo feita com o lazer também se aplica ao território. Veremos a seguir como o modo diverso, dinâmico e criativo que caracterizam o modo de ocupar e viver na favela está sendo substituído por uma ordenação imposta pelo PAC com sua política de urbanização baseada na neutralização dos paradoxos da cidade.

4.4 A Urbanização do Território e a neutralização dos paradoxos da Cidade

“De uma hora para a outra, a antiga cidade desapareceu e outra surgiu como se fosse obtida por uma mutação de teatro. Havia mesmo na coisa muito de cenografia.”
(Lima Barreto, 1998, p.87)

A favela¹⁴⁸ surgiu no final do século XIX início do século XX como um lugar de acolhida para os “ninguéns” da cidade. Seus inventores eram ex-escravos, combatentes de Canudos e moradores dos cortiços. Todos estes corpos, cujas cores, histórias, sons e cheiros preenchiam de alma as ruas do Rio foram forjados pela razão científica como desordeiros, doentes e perigosos; enfim, considerados o lixo urbano. Motivado por este pensamento higienista, o prefeito Pereira Passos (1903-1906) promoveu uma Reforma Urbana em que “botou abaixo” os tetos dos considerados “lixo” e sobre os destroços de suas vidas construiu o “Rio parisiense¹⁴⁹” com suas avenidas largas, mas sem lugar nem mesmo para sombra daqueles que iluminavam a cidade. Como a negra Muane cujas “varizes da perna preta falavam alto uma outra história. As varizes falavam do peso insistente da tina e das ruas que percorrera conhecendo uma cidade diferente”(BAPTISTA, 1999:77) No entanto, este povo enjeitado que insistia em existir fez dos restos da “nova cidade” seu instrumento de permanência. Os caixotes de

¹⁴⁸ O morro da Favella é também conhecido como Providência, acredita-se que tenha sido uma das primeiras favelas cariocas (1887), assim como o morro de Santo Antônio (1898), ambas localizadas na área central da cidade. Para maiores informações consultar ZALUAR e ALVITO (2004) e VALLADARES (2000).

¹⁴⁹ Pereira Passos por causa da Reforma Urbana que promoveu no Rio, foi chamado por Benchimol (1992) de “Haussman Tropical”. Pois, Haussman empreendera anos antes a reforma urbana em Paris.

madeira, as folhas -de- flandres, as latas de banha viravam paredes e tetos dos barracos, cujo chão era o próprio solo do morro, havia ali algo de Canudos, ou de galinheiro multiforme como descreveu o *flâneur* João do Rio (RIO, 2005), em “*Os livros acampamentos da miséria*”, sobre seu passeio ao morro de Santo Antônio.

Não tardou para que a favela se tornasse o novo alvo a ser extirpado em nome da ordem, da higiene e da segurança da cidade, como demonstra a carta de um delegado de 1900, citada por Zaluar (2004: 08-09).

É ali impossível ser feito o policiamento porquanto nesse local, foco de desertores, ladrões e praças do Exército, não há ruas, os casebres são construídos de madeira e cobertos de zinco, e não existe em todo o morro um só bico de gás, de modo que para a completa extinção dos malfeitores apontados se torna necessário um grande cerco, que para produzir resultado precisa pelo menos de um auxílio de 80 praças completamente armadas [...] Parece, entretanto, que o meio mais prático de ficar completamente limpo o aludido morro é ser pela Diretoria de Saúde Pública ordenada a demolição de todos os pardieiros que em tal sítio se encontram, pois são edificados sem a respectiva licença municipal e não têm as devidas condições higiênicas.

Na década de 20, a reforma “urbano-higienista” de Passos foi levada adiante pelo prefeito Carlos Sampaio (1920-1922) que tinha como objetivo de governo preparar a cidade para as comemorações do 1º Centenário de Independência do Brasil. A reforma realizada por Sampaio teve como marco a destruição do morro do Castelo, que por ser um local onde viviam muitos pobres era considerado um problema estético e higiênico para a cidade. Como declarou o próprio prefeito em seu livro “*Memória Histórica: Obras da Prefeitura do Rio de Janeiro*”¹⁵⁰:

Com a forma de um rim, voltando sua convexidade para a única entrada da nossa imensa baía e com sua maior dimensão normal á direção dos ventos reinantes, **esse monte** agravava por esse motivo inconvenientemente precedentemente indicado e produzia, **por seu aspecto inestético e asqueroso causava uma má impressão ao viajante**, que, ao entrar na esplendida baía do Rio de Janeiro, tinha a mesma sensação que se teria ao ver uma linda boca com o dente da frente cariado. (SAMPAIO, 1924, p. 4, grifo meu)

Ou seja, arrancaram o pobre-dente podre para implantar uma cidade-sorriso que agradasse aos olhos dos visitantes. A operação de “embelezamento” do Rio, que marcou o início do século passado, também está sendo posta em prática nos dias de hoje. O

¹⁵⁰ Fonte de consulta: Revista geo-paisagem (on line), Vol. 1, número 2, 2002 Julho/dezembro de 2002

Disponível em: www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/.../4818_rio_de_janeiro.doc Acessado em : 23/09/2013.

chamado projeto “Porto Maravilha”, criação do atual prefeito Eduardo Paes, propõe “revitalizar” a Zona Portuária¹⁵¹ da cidade através da derrubada do elevador da “gentil Perimetral”¹⁵², da construção de vias subterrâneas expressas, do incentivo as grandes empresas para se instalarem na região e, principalmente, tal qual outrora, da extração dos pobres, os herdeiros dos que aqui chegaram tratados feito bicho, cujos ossos, encobertos de lixo, foram recentemente descobertos. A idéia é simples: Vão-se os filhos, tidos como troço, tralha, lixo urbano, mas deixa-se ficarem os ossos, tornados valiosos, já que viraram atração turística.¹⁵³ Um pouco mais adiante, ainda neste capítulo, veremos como projetos como este são usados na gestão da população.

Em 1937, o Código de Obras da Cidade reconhece pela primeira vez a existência das favelas, mas elas sequer são registradas no mapa da cidade, pois sua eliminação já era dada como certa. A solução encontrada na Era Vargas (1930-1945) para a incômoda existência das mesmas foi a proibição de construção de novas casas e a transferência dos moradores para parques proletários. Para viverem nestes locais, os moradores eram obrigados a preencherem uma ficha de identificação no posto de polícia e deveriam apresentá-la todas as noites aos guardas que ficavam nos portões de entrada do parque. Além disso, antes de dormir, eles recebiam lições cívicas transmitidas pelos auto-falantes comunitários. Este modo de vida causou bastante incômodo aos moradores de outras favelas que organizaram comissões para se proteger e evitar serem transferidos para estes parques. A primeira comissão de moradores com este fim foi criada em 1945 nos morros do Cantagalo, Pavão/Pavãozinho. (BURGOS, 2004, 28) Cabe destacar, que estas favelas foram uma das poucas que conseguiram resistir à política remocionista que tem sido aplicada nestes territórios desde o seu surgimento.

¹⁵¹ A Zona Portuária se estende pelo Centro, Caju, Gamboa, Saúde e Santo Cristo.

¹⁵² Nas pilastras da Perimetral é onde estão as belíssimas inscrições do artista, “Profeta Gentileza”(1917-1996) que lamentavelmente serão destruídas com a derrubada do elevador, tal como anunciou Marisa Monte na canção Gentileza(2000) que fizera em homenagem ao profeta. Só que dessa vez, ao invés de pintadas de cinza, as obras serão transformadas em cinzas. Ironicamente, mata-se a obra do artista para “revitalizar” a área.

¹⁵³ Na região do Cais do Valongo, também conhecida como Pequena África, foi descoberto acidentalmente, em 1996, o local onde eram depositados os africanos escravizados que morriam ao chegarem ao Brasil. Os corpos eram esartejados e postos em valas cobertas de lixo. O chamado “Cemitério dos Pretos Novos” está atraindo milhares de visitantes para região.

Neste trabalho, interessa-nos pensar dois programas de intervenção nestas favelas neste momento: o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)¹⁵⁴ e a Regularização Fundiária para, em seguida, problematizar que conexões eles estabelecem com projetos como o Porto Maravilha e, principalmente, a UPP. Contudo, para entendermos o impacto destas ações, gostaríamos de apresentar o uso do espaço na favela do Cantagalo, Pavão-Pavãozinho...

Grande parte do terreno, onde está localizado o complexo Cantagalo, Pavão, Pavãozinho, pertencia às Forças Armadas, que destruíam qualquer construção de alvenaria na região. A existência dessas favelas foi efeito da insistência dos moradores em permanecerem, driblando esta interdição, que só foi suspensa com a criação da Capela Nossa Senhora de Fátima pela Igreja Católica em 1977, abrindo precedente para que os diversos moradores construíssem suas casas (Pinto, Silva, Loureiro, 2012, p.96). Nas favelas as casas surgiram antes dos becos, à medida que uma casa se aproximava da outra foram sendo desenhados os caminhos, feitos para pessoas circularem e não carros como é no ‘asfalto’. São subidas e descidas, curvas e escadarias estreitas que vão sendo desenhadas a cada dia. Este modo outro de espacializar e conviver também funciona como proteção, pois dificulta a ação da polícia. O Caveirão, por exemplo, transita facilmente pelas vielas de favelas planejadas pelo governo como os parques proletários da Cidade de Deus e de Vigário Geral, mas não circula em favelas inventadas pelos moradores como é o caso do Cantagalo, Pavão-Pavãozinho. O principal nesta arquitetura não é o que ela impede, mas sim o que ela favorece, a proximidade das portas e janelas das casas com os becos e o fato delas estarem geralmente abertas faz com que os sons, os espaços e os corpos se confundam forjando uma confluência “*beco-janela-corpo-onda sonora*”, que se aproxima do que Jeanne Marie Gagnebin chamou de *limiar*, isto é, uma zona de indeterminação, um entre, uma espécie de franja entre público e privado que aponta para um lugar e tempo intermediários. (2010,p.13-14) Como afirma Guattari:

¹⁵⁴ O Complexo do Cantagalo, Pavão, Pavãozinho recebeu em 2007 o PAC que é uma política pública do governo federal implementada a nível nacional, mas que se orienta localmente de acordo com as especificidades das diferentes regiões nas quais está atuando. No Rio de Janeiro, além do “Complexo Cantagalo, Pavão, Pavãozinho”, o PAC foi implantado em três outras grandes favelas – o Complexo do Alemão, o Complexo de Manguinhos e a Rocinha. Os investimentos do programa do PAC-RJ, vieram do governo federal, governo do estado do Rio de Janeiro, Ministério das Cidades e da Caixa Econômica Federal.

Que tenhamos consciência ou não, o espaço construído nos interpela de diferentes pontos de vista: estilístico, histórico, funcional, afetivo... Os edifícios e construções de todos os tipos são máquinas enunciativas. Elas produzem uma subjetivação parcial que se aglomera com outros agenciamentos de subjetivação. Um bairro pobre ou uma favela fornecem-nos um outro discurso e manipulam em nós outros impulsos cognitivos e afetivos.(GUATTARI, 2006, p.157-158)

Como já dissemos anteriormente, o interesse da “política de pacificação” é a gestão da população da favela. Contudo, esta gestão não se dá diretamente sobre os corpos, visto que, é preciso produzir uma sensação de liberdade nos moradores que faça com que eles aceitem serem governados desta maneira. Por isso, a condução da população é um efeito indireto da intervenção sobre o meio. Entendendo meio como espaço onde se dão as séries de elementos aleatórios, cujo cálculo da probabilidade caracteriza o mecanismo de segurança.(Foucault, 2008, p.27) Por isso acreditamos que o Programa de Aceleração do Crescimento e as ações de Regularização Fundiária implantadas em algumas favelas como é o caso do Cantagalo, Pavão-Pavãozinho auxiliam a polícia na sua intervenção sobre o meio, promovendo o que chamaremos de urbanização do território da favela.

No “Complexo Cantagalo, Pavão, Pavãozinho” as obras do PAC foram inauguradas em novembro de 2007, mas a favela só foi comunicada a respeito da existência desse programa em março de 2008, o que causou muita insatisfação e desconfiança nos moradores. A ação do PAC nestas favelas se divide em dois eixos, o PAC de obras de infra-estrutura, chamado “programa de re-urbanização” e o PAC social, voltado para ações ditas de integração junto aos moradores. A primeira etapa de re-urbanização do PAC foi concluída em 2009, entre as obras concretizadas estão a construção de duas caixas d’água, a ampliação nas redes de esgoto e a construção de dois prédios com dois blocos, totalizando 150 apartamentos de 42 metros quadrados cada um, onde já estão sendo realocados os moradores cujas casas foram interditadas por estarem em ‘áreas consideradas de risco’ e para onde irão os moradores que terão as casas removidas para realização das obras. O PAC social é responsável por negociar junto aos moradores o modo como serão feitas essas remoções. Esta negociação restringe-se a oferta de três opções: doação de moradia; compra assistida; pagamento de indenização. Ou seja, não se problematiza junto com os moradores quais são as urgências e o que eles querem que seja modificado nem tampouco se há interesse de saírem de suas casas. Os técnicos, incluindo aí assistentes sociais e psicólogos, são responsáveis por convencer os moradores de que a realocação é uma questão de

segurança e no caso das obras de infra-estrutura argumentam que é para o ‘bem da comunidade’. Esses trabalhadores “do social” também auxiliam a UPP, é a chamada UPP Social que age com o propósito de colher as demandas dos moradores, uma espécie de filtro entre os nossos interesses e os ditos serviços públicos. Interessante é que por não ser um projeto comandado pela Secretaria de Segurança, como é a UPP, e sim por um Instituto que curiosamente se chama “Instituto Pereira Passos”, eles procuram desvincular a imagem deles da dos policiais. Em uma reunião com os moradores, em maio de 2013, eles disseram que esta confusão deve-se a uma infeliz coincidência de nomes, foi então que alguém disse que eles não eram policiais, mas facilitavam o trabalho da polícia, mantendo-nos calmos. Na verdade, eles funcionam como “amoladores de faca”¹⁵⁵ que preparam os corpos para aceitarem e até mesmo desejarem as ações de remoção e a presença da polícia ao mesmo tempo em que através de levantamentos e cálculos estatísticos produzem um saber sobre a população e o território. Como anunciou a matéria: “Dois órgãos da prefeitura- a Secretaria Municipal de Habitação (SMH) e o Instituto Pereira Passos (IPP)- fizeram estudos e chegaram a conclusão de que 44 delas deixaram de ser favelas, porque já contam com serviços básicos idênticos aos desfrutados por moradores do asfalto.”¹⁵⁶Entre essas 44 está o “Complexo Pavão-Pavãozinho-Cantagalo”.

A ação do PAC social tem causado divergências entre os próprios moradores que estão se sentindo lesados não só pelas ‘opções’ oferecidas, mas principalmente pela falta de construção coletiva do projeto. Enquanto alguns moradores, principalmente aqueles cujas casas não têm uma infra-estrutura para abrigar a família, consideram a ida para o prédio do PAC algo positivo, um símbolo de ascensão social e até mesmo um privilégio, outros ficam apreensivos e insatisfeitos com a provável saída, pois não gostariam de trocar suas casas construídas durante anos e que estão carregadas de histórias e afetos por uma quantia irrisória do Governo que não é suficiente para comprar outro imóvel na favela, nem tampouco querem ir para os apartamentos “doados” do PAC, cujas escrituras só serão passadas em 2015, até lá eles estão proibidos por contrato de alugar, ceder ou vender o imóvel.

¹⁵⁵ “Amoladores de faca” é uma expressão forjada por Luis Antônio Batista(1999, p.45-49) para se referir aos técnicos que fazem uso do seu saber para facilitar o enfraquecimento e as formas de controle da vida.

¹⁵⁶ Publicado no Jornal O Globo, caderno Rio, em 29 de maio de 2011, p. 19.

A política de urbanização pela via das realocações do PAC I está sendo continuada pelo PAC II, lançado em novembro de 2011, que prevê a construção de dois prédios, com 76 apartamentos ao todo, e a abertura de dois corredores viários um no Pavão e outro no Cantagalo. Segundo o Jornal O Globo¹⁵⁷ de 25 de novembro de 2011, na reunião de lançamento do programa, realizada na sede da UPP, os moradores cobraram do vice-governador do Rio, Luiz Carlos Pezão, a prestação de contas das construções, pois consideraram o valor da obra, estimado em 46 milhões de reais, muito alto para o que está sendo proposto. Na favela, costuma-se dizer que as novas ruas não são o que a favela mais precisa, como afirmou João¹⁵⁸, durante uma conversa na birosca em março de 2012, que precisará sair de sua casa:

A maioria de nós não tem carro, mas tínhamos casa e nossa casa seria a garantia de casa pros nossos netos, porque no futuro eles poderiam construir em cima e tudo ficaria bem. Agora, como vamos fazer quando a família aumentar? Botar todo mundo no ‘apartamento’! Eu não entendi bem para que essa estrada, pois ela não vai chegar até lá embaixo no asfalto, parece que é só uma rua sem saída para os carros fazerem o retorno. E aí eu pergunto: Isso é mais importante do que a casa dos meus netos?

Em algumas favelas como as do Complexo do Alemão e da Rocinha, que também receberam o PAC, alguns dos moradores que optaram pelo apartamento, mas que não se adaptaram ao novo modo de vida ou que foram atraídos pela especulação imobiliária nas favelas “pacificadas” têm arranjado meios “ilegais” para negociarem estes imóveis. Estas negociações foram denunciadas nas reportagens exibidas nos dias 22 e 23 de agosto de 2012, no Jornal Nacional. As notícias são repletas de julgamentos e moralismos e acabam produzindo os moradores que negociam seus imóveis como “aproveitadores” que não “merecem” os “benefícios” cedidos pelo governo. Este posicionamento da mídia foi reforçado pelo governador do estado, Sérgio Cabral, que, em resposta às matérias, criminalizou os moradores que negociam os imóveis dizendo que eles “são verdadeiros marginais. Esse tipo de conduta marginal não pode comprometer um programa tão importante”¹⁵⁹. Sérgio Cabral disse ainda

É evidente que isso é iludir as pessoas, pois elas não têm legalmente condições de vender nada. Portanto *é uma ação duplamente criminosa*. Além de usar o meio do Estado, que tem um prazo de

¹⁵⁷ O Globo, Rio de Janeiro, 25 de novembro de 2011, p. 14.

¹⁵⁸ Os nomes dos entrevistados foram modificados. Conversa em 23/03/2012 no Cantagalo.

¹⁵⁹ Publicado na Agência Brasil em 23 de agosto de 2012.

validade para ser convertida em propriedade final daquela pessoa beneficiada, ela está cometendo outro delito, que é iludir a pessoa, ou seja, ela está transgredindo a lei *contra o Estado e contra o cidadão*”. [...] “Claro que nós vamos reforçar cada vez mais a fiscalização. Nós vamos estar sempre atentos *a pessoas como essas que burlam a boa política pública de oferecer uma casa digna a quem precisa*”.¹⁶⁰

Em outra reportagem, Cabral afirmou que irá “*entrar na Justiça e tirar aquelas pessoas que estejam ocupando irregularmente, com apoio da polícia.*”¹⁶¹ O que é importante destacar é que o caráter de ‘doação’ destes apartamentos pelo governo ‘a quem precisa’ ou por morar em área considerada por eles de risco ou por ter sido desalojado durante as obras, limita a ação do morador que sai da condição de proprietário¹⁶² do antigo imóvel, com autonomia para quebrar, construir, reformar, vender, alugar e passa a ter que se comportar de acordo com a norma do governo; aqueles que burlam o contrato são criminalizados e correm o risco de perder o imóvel e serem enxotadas pela polícia.

Além das obras do PAC, está ocorrendo o processo de regularização fundiária do Cantagalo, realizado pela Secretaria Municipal de Urbanismo -SMU- com o apoio do Instituto Atlântico. O objetivo é transformar a favela em um bairro. Instaurar modos de ocupar que potencializem a produção do favelado cada vez mais produtivo. Como afirmou, em 5 de maio de 2011, o governador Sérgio Cabral quando esteve presente numa cerimônia no Cantagalo na qual 44 títulos de propriedades foram distribuídos a moradores: “*Agora aqui vai ser como no asfalto. Vocês estão passando a ter direitos, mas vão ter também que cumprir com seus deveres*”. Segundo informações da SMU, este processo de transformação da favela em bairro envolve a elaboração de uma legislação específica para essas áreas. Há um decreto específico para o Cantagalo, nº 33015 de 5 de novembro de 2010, e outro para o Pavão-Pavãozinho, nº 33866 de 20 de maio de 2011. Os dois decretos, dentre outras coisas, dividem as favelas em subzonas e definem o “gabarito máximo permitido” a cada uma delas, devendo as ações serem amplamente comunicadas e esclarecidas aos moradores. No entanto, os moradores só ficaram sabendo da existência destes decretos quando os técnicos da SMU **acompanhados de policiais da UPP** e do presidente da Associação de Moradores do

¹⁶⁰ (Grifo meu) Idem

¹⁶¹ Publicado no jornal o Globo em 25 de agosto d 2012.

¹⁶² Legalmente os moradores não são donos das casas em que viviam, por isso, justifica-se o processo de regularização fundiária, mas de fato eles negociavam livremente transações de compra, venda e aluguel desses imóveis.

Cantagalo passaram a embargar suas obras alegando que elas estavam sendo realizadas “sem autorização” e nas áreas que eles consideravam “de risco” distribuíam “autos de interdição”.

A falta de informação e de participação na discussão sobre esta política tem revoltado os moradores, que assim que foram informados, organizaram reuniões na quadra da escola de samba Alegria da Zona Sul. No entanto, estas reuniões acabaram sendo coordenadas pelo então comandante da UPP, Capitão Nogueira. A presença de representantes da UPP ou UPP social nestes espaços tem por objetivo gerir a insatisfação dos moradores mantendo-a em um nível que não ultrapasse o limite do tolerável, minimizando o risco de sublevação sempre presente nestes encontros que se transformam em meros espaços de denúncias e de reclamações endereçadas aos governantes, amortecendo a atualização de um *povo*. Mas, como demonstrou Cunha (2011: 14), há produção de práticas de insubmissão, ou melhor, de contra-conduta sendo forjadas e elas nos surpreendem:

A insatisfação que vem sendo demonstrada pelos “moradores” não parece ser apenas com os decretos e com o presidente da Associação de Moradores do Cantagalo, mas também com a participação da UPP na organização política dos “moradores”. Durante essa mesma “reunião oficial” em que o representante da SMU estava presente, antes de passar a palavra aos “moradores”, o Capitão Nogueira pediu que fosse respeitado por cada um o tempo de dois minutos para que maior número possível de “moradores” pudessem expor suas dúvidas. Logo no início, um morador começou a fazer um discurso e após um bom tempo já excedido os dois minutos, o Capitão pediu educadamente para que o morador concluísse e passasse a palavra ao próximo morador para que a reunião terminasse na hora e todos pudessem falar. Um outro morador, no entanto, interviu e gritou: “Pode falar mais. Fala aí. Pode falar porque a gente aqui da comunidade quer ouvir!!” Nessa mesma reunião, outro morador ao longo se sua fala colocou que: “A comunidade tem que se organizar por si própria e não esperar pelo Capitão Nogueira”. Em outro momento que não durante essa reunião conversando com um morador sobre essas “reuniões oficiais”, ele me disse a seguinte frase: “Agora é o comando azul que não deixa a gente falar!

Sobre o fato das casas, principalmente das que ficam no local conhecido como Caranguejo, serem consideradas “áreas de risco” os moradores questionam, sabiamente, que risco é esse? Afinal, o PAC construiu uma caixa-d’água gigantesca no Caranguejo, que é a parte mais alta do Pavão, com uma vista deslumbrante para Copacabana, Ipanema e Lagoa. Na verdade, bem sabemos que para os projetos milionários do governo e da iniciativa privada, o risco somos nós.

Como que é de risco se eu moro aqui há 27 anos e nunca nada aconteceu!!?’ ‘Aqui é tudo rochoso. Não estamos sobre o barro. Não há na história da comunidade episódios de desabamentos nessa área aqui.’ ‘Nós temos uma carta na manga: Se isso aqui é área de risco, como foi que o PAC construiu essa caixa d’água gigante aqui. É área de risco para a gente, mas não para eles!?!?’ (CUNHA, 2011: 11)

Neste momento, pré Copa do Mundo e Olimpíadas, estamos vivenciando a intensificação da política remocionista que para atender os interesses capitalísticos, fabrica os pobres como ninguéns-lixos a serem descartados em algum aterro, longe dos olhos, dos ouvidos e narizes do mundo. É o que está acontecendo com os pobres da área do “Porto Maravilha” e com muitos moradores do Cantagalo, Pavão- Pavãozinho e de muitas outras favelas da cidade como a favela da Estradinha 1014¹⁶³, em Botafogo, como afirma a moradora Mária de Fátima

Eu não sabia que para a gente ter jogos, pra gente ter olimpíadas, a Copa aqui, precisaria remover todas as comunidades... limpar a fachada do Rio de Janeiro. Afinal de contas, esta Copa e esta Olimpíada é pra mim ou pra gringo? Este Rio de Janeiro grande e bonito que foi construído pelos pobres das encostas... Se as encostas existem, se as favelas existem é porque o pobre veio pro asfalto construir casa pra rico. E agora que foi construído as casas dos ricos os pobres não podem mais morar nas encostas? Agora encosta é, também, para rico?! Então, onde vão colocar a gente? No lixo?! Nós não somos lixo para sermos removidos! (Maria de Fátima, moradora da favela Estradinha 1014)¹⁶⁴

A justificativa do governo para realizar estas remoções é a mesma usada no Complexo Cantagalo, Pavão-Pavãozinho, dizem que as casas estão em “área de risco”. Esta alegação passou a ser usada com freqüência após as chuvas que atingiram o Estado do Rio de Janeiro, em abril de 2010. Na ocasião, muitas cidades da região serrana foram devastadas, milhares de pessoas morreram e outras ficaram desabrigadas. Na cidade de Niterói, região metropolitana do estado, a favela do Bumba, que havia sido construída sobre um lixão, foi totalmente destruída. Nos escombros do Bumba, corpos e lixo eram

¹⁶³ A favela da Estradinha 1014 está localizada em Botafogo, Zona Sul do Rio de Janeiro. Ela surgiu em 1972, quando um deslizamento de terra atingiu a favela do Tabajaras em Copacabana e os moradores das casas atingidas, cerca de 10 famílias, foram reassentados na parte de trás da favela, com vista para o Cristo Redentor e o cemitério São João Batista. A ameaça de remoção é uma constante na vida desses moradores, principalmente pelo interesse da Santa Casa, responsável pela administração do cemitério São João Batista, em expandir a área do cemitério. Há também, segundo os moradores, interesse do empresário Eike Batista, patrocinador das “remoções e pacificações” na cidade, em remover os moradores para construir um viaduto que ligue o shopping Center Rio Sul à Copacabana. Publicado em A Nova Democracia (sem data de publicação).

¹⁶⁴ Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=FxAMVK9SCSk> Grifo nosso. Acessado em: 29/08/2012.

uma coisa só. Assim, a remoção passou a ser chamada de “política preventiva de desastres”, um eufemismo que camufla os interesses imobiliários nas regiões. Um outro morador da Estradinha 1014 para evitar ser removido impetrou uma ação na Defensoria Pública e disse:

Está claro que há interesse imobiliário atrelado à prefeitura. Não tem morto, ferido, nenhuma casa caiu. O cadastramento foi feito muito antes das chuvas, que estão servindo de desculpa para as remoções. De certa forma, eles vêm nos soterrando diariamente, fazendo as pessoas ficarem doentes, vizinhos brigarem por achar que o de cima tem a culpa por ter construído depois.¹⁶⁵

Este adoecimento dos moradores que vêm seus laços de amizade e suas histórias de vida serem derrubados junto com as paredes de suas casas também foi relatado em recente vídeo chamado “Remoção Cantagalo”¹⁶⁶ feito pelos próprios moradores. É o caso de Solange Carvalho, que pertence a uma das famílias mais tradicionais do Cantagalo e passou a fazer acompanhamento médico depois que saiu do lugar onde viveu com sua família durante 49 anos. Muito moradores que não se adaptam às novas moradias e não têm condições financeiras de alugarem um imóvel maior na favela, acabam mudando-se para a Baixada Fluminense e outras áreas distantes, sendo alvos da chamada “remoção branca” cujo nome, de origem desconhecida, remete à uma expulsão silenciosa que está sendo praticada pelo governo a serviço dos grandes empreendedores que cobiçam o lucrativo território da favela. Esta regularização fundiária é defendida principalmente pelos empresários, como Daniel De Plá, que foi dono de uma famosa rede de estúdios fotográficos e que, desde 2007, passou a freqüentar o Cantagalo, usando as fotos que tirava dos moradores como estratégia de aproximação. Baseando-se no pensamento do economista peruano Hernando de Soto, que elaborou as reformas administrativas que deram títulos de propriedade a mais de um milhão de famílias no Peru, De Plá afirmou em entrevista ao Jornal Globo que acredita que

¹⁶⁵ Disponível em: <http://www.anovademocracia.com.br/no-69/3096-eduardo-paes-ataca-na-estradinha-1014> Acessado em: 29/08/2012.

¹⁶⁶ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=QunrMY2qaeQ#t=473 Acessado em: 23/09/2013.

Num primeiro momento, o imposto deve ser simbólico. Mas a partir do momento que a pessoa de mais posses compra uma propriedade dessas o valor pode ser aumentado de acordo com a transação imobiliária. Com a existência de títulos de propriedade, por sinal, o governo passa a ter conhecimento desse mercado. Assim, o morador da comunidade transforma-se em proprietário e passa a ter algo para dar como garantia de empréstimos. Ele passa a poder levantar dinheiro para montar seu próprio negócio: pode chegar ao banco, provar que tem uma casa e pedir dinheiro para abrir um restaurante. Assim a favela aos poucos deixa de ser favela, porque passa a ter uma integração real com a cidade.¹⁶⁷

Como podemos perceber, defende-se a aquisição do título como instrumento para facilitar a comercialização da propriedade e/ ou a oferta do imóvel, obra de uma vida, como garantia para aquisição de empréstimos bancários. É dada uma espécie de ordem de despejo para o morador, que ou sai de imediato vendendo sua casa e indo para áreas remotas da cidade, ou demora um pouco mais para sair, desde que pague impostos, pegue empréstimos e “empreenda”. Neste contexto, cabe problematizar de que modo o medo na cidade e os eventos esportivos tem favorecido a construção de uma cidade homogênea, fechada sobre si e que, no entanto, se diz livre. É preciso atentarmos para que exterioridade, no sentido do diverso, do virtual, esta cidade pré Copa do Mundo permite; Pois como afirma Pélbart:

Trata-se de sondar que tipo de meio uma cidade ainda pode ser, que afetos ela fornece ou bloqueia, que trajetórias ela produz ou captura, que devires ela libera ou sufoca, que forças ela aglutina ou esparze e que acontecimentos ela engendra, que potências freem nela o tempo todo e à espera de quais novos agenciamentos.(PELBART, 1997, p.33)

Em meio a esta monstruosa moldagem da favela para que ela se encaixe no projeto olímpico de uma cidade cenográfica, há um sopro de vida que vem revolvendo os escombros e reavivando histórias... O MUF, Museu de Favela, que foi lançado em 2009, cuja pronúncia, segundo os fundadores, anuncia um “vento novo” que

abriga sonhos que se fazem bem concretos e que também significam lutas a favor da dignidade social, da melhoria das condições de vida das comunidades que o abrigam, do direito de ser diferente e continuar sendo assim, da potência transformadora da memória e da relevância da memória como ato de coragem para a criação de um futuro novo e produção do futuro. [...] Produtor de novos agenciamentos, de novos roteiros, percursos, “linhas de fuga” e linhas de afirmação da vida, o MUF é um rizoma, um museu potência, um museu que faz rizoma com o mundo. (PINTO, SILVA e LOUREIRO 2012, p.15)

¹⁶⁷ Publicado no Jornal O Globo, Caderno Rio, Rio de Janeiro em 8 de julho de 2012, p.28.

O MUF surgiu no canteiro social das obras do PAC. Na época, o PAC Social queria oferecer um curso de capacitação para os moradores que prontamente rejeitaram as opções de camareira, garçom, manicure, servente, mestre de obras etc. e disseram que queriam fazer um Museu para contar suas histórias. Eles, ou melhor, nós moradores e o território da favela seriam o próprio museu.

O modo MUF de musealizar se destaca como um dos mais criativos do mundo. As histórias contadas e construídas pelos moradores viram grafites pintados nos muros das casas. A idéia é produzir uma obra aberta, inacabada, exposta a ação do tempo e das intervenções de crianças e adolescentes que desenham e inscrevem seus nomes e trechos de músicas fazendo da casa-tela não um retrato do passado, nem tampouco a criação ou reificação de uma suposta essência comunitária, mas sim um modo de apresentar a história do presente, de enovelar singularidades, formando laços de amizade, narrativas porosas, assim como as pinturas nas paredes das casas, inventadas com tintas que se desfazem com as chuvas e que com o passar do tempo precisarão serem pintadas novamente, mas, sem dúvida, de um jeito novo, dando espaço para invenção de outras histórias-pinturas e vidas. O MUF funciona como um ensaio de produção do que Pelbart chamou de “comum”, isto é,

um reservatório de singularidades em variação contínua, uma matéria aorgânica, um corpo-sem-órgãos, um ilimitado (apeíron) apto às individualizações as mais diversas. Quando se concebe o comum como um tal fundo virtual, como vitalidade social pré-individual, como pura heterogeneidade não totalizável, ele nada tem que ver com as figuras midiáticas, políticas, imperiais que pretendem hipostasiá-lo, representá-lo ou expropriá-lo. (PELBART, 2003, p.30)

No entanto, como dissemos, as práticas de resistência que se organizam no formato de uma instituição dificilmente conseguem escapar das velozes capturas da biopolítica neoliberal. A equipe do MUF diz que não há cartilhas, somente ensaios, pois é na experimentação, sem medo de errar, que eles aprendem o que de fato pode fortalecer a relação com a favela e o que funciona como ferramenta de fragilização deste vínculo. Pois como afirma Guattari e Rolnik:

Há sempre algo de precário, de frágil nos processos de singularização. Eles estão sempre correndo o risco de serem recuperados, tanto por uma institucionalização, quanto por um devir-grupelho. Pode acontecer de um processo de singularização ter uma perspectiva ativa em nível do agenciamento e, simultaneamente, a esse mesmo nível, fechar-se em gueto. (GUATTARI e ROLNIK, 2005, p.62)

Neste momento, os gestores do MUF vivem um importante desafio ético-político que é conciliar os interesses dos moradores com as seduções cada vez maiores das grandes empresas e bancos. Recentemente, o MUF passou a coordenar um projeto financiado pelo BNDS- Banco Nacional de Desenvolvimento Social. Este projeto inicialmente englobava uma rede de instituições criadas pelos próprios moradores que atuam nas favelas do Cantagalo, Pavão- Pavãozinho, mas devido às exigências burocráticas que o BNDS impôs para financiar o projeto, agora se resume a um pequeno grupo de 4 ou 5 instituições, o que tem levado a muitos conflitos e indagações sobre a direção que o vento do MUF tem soprado...

4.5 A condução das crianças e os corpos que vibram

No Brasil, a condução das crianças é uma prática que remete aos jesuítas que catequizavam os curumins como instrumento para a expansão do cristianismo, já que devido a pouca idade, o modo de vida passado pelos pajés e as tradições do seu povo estavam menos arraigado em seus corpos, sendo facilmente diluído em meio às inúmeras missas e sessões de confissão e, assim, conforme cresciam na doutrina cristã, os curumins tornavam-se os novos defensores da Igreja e influência para os demais da aldeia. Esse “poder pastoral” está sendo revitalizado pelas diversas instituições e políticas que se dizem defensoras dos direitos da criança, mas cujas ações as aprisionam e as moldam determinando um jeito certo de ser, estar e, principalmente um rumo a seguir de acordo com as exigências do mercado. Um dos alvos privilegiados destas intervenções são as crianças ditas carentes e suas famílias, principalmente, as crianças de favela que já nascem marcadas para morrer e quando vingam são consideradas potencialmente marginais, como declarou o “lombrosiano”¹⁶⁸ governador do estado, Sérgio Cabral:

Não tenho a menor dúvida de que o aborto [como política pública] pode conter a violência. A questão da interrupção da gravidez tem tudo a ver com a violência. Você pega o número de filhos por mãe na Lagoa Rodrigo de Freitas, Tijuca, Méier e Copacabana, é padrão

¹⁶⁸ Cesare Lombroso (1835-1909), com sua Antropologia Criminal, defendia ser possível distinguir através de certas características anatômicas, os criminosos natos e os perigosos sociais. Suas idéias influenciaram as políticas higienistas do século XX.

sueco. Agora, pega na Rocinha. É padrão Zâmbia, Gabão. Isso é uma fábrica de produzir marginal. O Estado não dá conta.[...] ¹⁶⁹

O que Cabral defende não é o direito da mulher de gerir seu corpo e sim, o uso do aborto como mecanismo de esterilização para contenção dos considerados indesejáveis tal qual propuseram as políticas higienistas ¹⁷⁰ do começo do século XX. Acreditamos que a condução das crianças, seja a operação mais delicada da “política de pacificação”. Como afirmou Augusto: “*Uma malta* ¹⁷¹ *de crianças é um perigo maior. Andando pelas ruas sem um adulto por perto, correm, brincam, jogam, furtam, desacatam, riem, fazem sexo, e, por isso devem ser contidas.*” (AUGUSTO, 2013, p.40, grifo meu) talvez porque seja o **movimento** desordeiro, alegre e fugidio que elas forjam que mais ameace os discursos de promoção da paz e da felicidade atribuídos à chegada da UPP.

A estratégia atual não é a matança, ainda que tenhamos casos brutais como do menino Juan ¹⁷², agora a “política de pacificação” cuida da vida: ajudando a nascer,

¹⁶⁹ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2510200701.htm> Acessado em: 06/10/2013.

¹⁷⁰ Segundo o pensamento higienista, os pobres estavam divididos entre “pobres dignos”, aqueles que apesar da origem mais vulnerável aos vícios e as doenças, conseguiam se ajustar aos valores cristãos e ao trabalho e os “pobres perigosos”, considerados vagabundos, libertinos, desocupados e, por isso, potencialmente criminosos. Partindo dessa divisão entre bons e maus pobres, surge uma grande preocupação com as crianças tidas como o futuro da nação. Em 1923, foi criado o Juizado de Menores, para esses filhos da incômoda pobreza. Este juizado visava reforçar os valores morais nas famílias pobres dignas e afastar as crianças do ambiente contagioso das ruas e do convívio com aqueles “pobres perigosos.” Essas posturas foram reforçadas com o Código de Menores de 1927 e, em seguida, com a criação de órgãos como o Serviço de Assistência ao Menor (SAM), implantado em 1941 durante a Ditadura do Estado Novo, e a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), que surge em 1964 durante o período da ditadura civil-militar. Estas instituições que supostamente serviam para “cuidar e educar” se configuravam como “depósitos de gente”, onde crianças e jovens, considerados menores eram lançadas a própria sorte, entregues a todo tipo de violência. Estes internatos eram espaços de docilização daqueles corpos miúdos que não só obedeciam, mas também deveriam se tornar úteis, sendo preparados nas oficinas para o aprendizado de um ofício, um serviço de menos prestígio na sociedade, mas que daria as condições mínimas para o sustento, o bastante para continuarem a “sobreviver”.

O Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 propôs mudanças não só na forma de se referir, ao invés de “menor”, todos deveriam ser tratados como crianças e adolescentes, mas, principalmente nas políticas e ações direcionadas para este grupo, cujo objetivo seria garantir os “direitos” e a “qualidade de vida” destas crianças e adolescentes. Observamos que apesar dessas mudanças, estes discursos de “promoção da proteção” não impedem práticas de assujeitamento e violências principalmente voltadas para as crianças que vivem nas favelas, periferias e nas ruas, isto é, os grandes bolsões de miséria da cidade.

¹⁷¹ A palavra “malta”, assim como matilha e motim, derivam do latim *movita- motus* que designa “movimento”.

¹⁷² Juan desapareceu no dia 20 de junho 2011, logo após um confronto entre policiais militares do 20º BPM (Mesquita) e traficantes da Favela Danon, onde o menino morava com sua família. O corpo do garoto, de 11 anos, apareceu dez dias depois, às margens do Rio Botas, em Belford Roxo, também na Baixada. Na operação policial, o irmão de Juan, Wesley, foi baleado. O promotor do caso, Sergio

crescer, reproduzir e morrer de um determinado modo que estas vidas sejam úteis do começo ao fim. O que advém com a UPP é a capilarização da promoção de uma infância lucrativa, que já vinha sendo gerenciada pelos diversos projetos sociais e ong's nas favelas. O traço determinante desta gestão é a implantação de um novo modo de lidar com a criança e com o adolescente que não mais o toma como possível problema, mas o transforma em solução. E ao mesmo tempo em que anuncia a promoção de mais liberdade, cuida para que o tempo livre deles esteja preenchido. Estamos falando da emergência do “policial-amigo” conforme anunciado no jornal O Globo¹⁷³:

E moradores de favela chegam a criar laços de amizade com PM's. É o caso de Vanda Macedo que, há um ano e meio, teve seu terceiro filho, Pedro Miguel, numa viela. O soldado Oliveira, que levou mãe e filho para a maternidade, virou amigo de Vanda. [...] O vice-presidente da Associação de Moradores da Babilônia, Carlos Antônio Pereira, garante que a relação com os PM's não poderia ser melhor: tem morador que convida policiais até para festas de aniversário.

Como vimos no capítulo 2, o BOPE já realiza esta operação de produção de cidadãos-BOPE, há mais de dez anos na favela Tavares Bastos no Catete. Foucault destaca que, no século XVI, o principal problema do governo era a instituição das crianças, já que esta entrecruzava diferentes formas de condução. Afirmando que havia toda uma preocupação para solucionar “o problema pedagógico: como conduzir as crianças, como conduzi-las até o ponto em que sejam úteis à cidade, conduzi-las até o ponto em que poderão construir sua salvação, conduzi-las até o ponto em que saberão se conduzir por conta própria.” (FOUCAULT, 2008, p.310)

A criança que circulava livremente pelas vielas da favela, correndo ou observando a vida que passa é considerada à toa, desocupada e é levada para as diversas atividades oferecidas nos projetos sociais que revezam a gestão do seu tempo com a escola, com a família, com a televisão e com a internet. Passando de mão em mão, essas crianças crescem incorporando esse ritmo acelerado. Elas têm as mentes ocupadas e os corpos diariamente cansados e, ao final do dia, é comum ouvirmos mães na favela felizes dizendo que o filho jogou tanto, treinou tanto, ensaiou tanto que chegou em casa,

Ricardo Fonseca, declarou que a ação dos PMs na comunidade foi “típica de grupo de extermínio”. A família do menino Juan deixou a Favela Danon com medo de represálias.

¹⁷³¹⁷³ Publicado no Jornal O Globo, Caderno Rio, *Nova realidade nas favelas*, em Rio de Janeiro, 23 de setembro de 2012.p.20

bateu na cama e dormiu. Quiçá, conseguem ser livres durante o sono, pois tal qual a Sr^a Darling do conto do Peter Pan...

À noite, todas as boas mães esperam seus filhos irem dormir para remexer suas mentes e arrumar tudo para manhã seguinte, recolocando no lugar certo os diversos itens que saíram do lugar ao longo do dia.[...]Quando você acorda de manhã as traquinagens e má-criações com as quais foi dormir foram dobradas até ficarem bem pequenas e guardadas no fim da pilha da sua mente; na parte de cima, bem arejados, estão espalhados seus pensamentos mais bonitos, prontinhos para você usar. (BARRIE, 2012, p.36-37)

A partir do texto “Entre a vida e a morte” de Jeanne Marie Gagnebin (2010), somos encorajados a pensar que, em última instância, a função dos projetos, sejam os desenvolvidos pela Ong’s ou pela polícia, é desfazer a experiência de limiar - de “indeterminação privilegiada” que as crianças estabelecem com a rua, com o céu, com o tempo, com a vida – e estabelecer fronteiras, estas que não só contém e mantém algo, mas o gestionam evitando que o que há de impreciso e potente e, portanto, perigoso transborde.

Percebemos que, desde muito novas, as crianças aprendem que não há tempo para brincadeira. Elas têm que ter um plano para o futuro, uma carreira a ser construída depressa. Por isso, lhes dizem: *tem que* ir para escola, *tem que* ir para o projeto, *tem que* ir para Ong, *tem que*... Como nesse fragmento de memória inventada:¹⁷⁴

Crianças correm livres pela favela, gargalham e se enlaçam com a linha de uma rabiola formando um devir-pipa¹⁷⁵, fazem do chão um céu e passeiam de um lado para o outro. Ouve-se um berro: “Criança avoada, eu já não falei que está na hora de você ir para o projeto?!?” E ela responde: “ Ah, não. Ainda não... Mãe, deixa eu voar mais um pouco...”¹⁷⁶

¹⁷⁴ Usamos como inspiração para criação a expressão “Memória Inventada” criada por Manoel de Barros e que nomeou o seu livro, *Memórias inventadas: a infância* (2003).

¹⁷⁵ Devir é um encontro entre duas pessoas, acontecimentos, movimentos, ideias, entidades, multiplicidades, que provoca uma terceira coisa entre ambas, algo sem passado, presente ou futuro; algo sem temporalidade cronológica, mas com geografia, com intensidade e direção próprias (Deleuze; Parnet, 1988, p. 10-15)

¹⁷⁶ Usamos a expressão “Ah, não. Ainda não...” inspirados no conto Os cimos (Rosa, 2005) do escritor Grimarães Rosa. Neste conto, Rosa narra a história de um menino que passa a lidar melhor com o sofrimento causado pela doença da mãe, quando se encanta pela beleza de um tucano. Durante o período que a mãe estava doente, ele ficara afastado de casa, depois de um tempo o tio lhe conta que a mãe melhorou e que eles voltarão para casa. No trajeto de volta, ele é lançado em uma experiência de ultrapassagem-limiar, indeterminando-se com as nuvens, com o macaquinho que lhe fizera companhia, com as lembranças do tucano, com a mãe, com o tempo. Nas palavras de Rosa: “E era o inesquecível de-

E por que ela teria que? A resposta vem de imediato: Para poder *ser alguém* na vida. Os tidos como *ninguém*, que valem menos do que a bala que os mata, querem que seus filhos tenham emprego e cidadania. E é sobre esta “*vontade-de- cidadania*”¹⁷⁷ que se apóia a dita política de pacificação. De forma divertida ensina-se o modo como a criança deve se conduzir e que o policial é um “amigo verdadeiro”, que o fez ser visto como um cidadão. Reforçando a produção de uma cidade partida para em seguida usar o policial como elo de integração. Como na Cartilha do Ziraldo, feita especialmente para “explicar” as UPP’s para as crianças. (Ver anexo1)

Assim, se promove um modo de subjetivação da criança favelada que passa pela rejeição à figura do traficante, tido como vilão-criminoso, e a adesão à figura do policial como herói, aquele que irá ensiná-lo a defender na favela os valores da Pátria. Como demonstra a imagem divulgada no site oficial da UPP:



Figura 12¹⁷⁸

No dia 12 de outubro de 2013, mais de 3500 crianças foram brincar na festa “UPP Criança”. Na ocasião, diante de milhares de crianças uniformizadas com a blusa

repente, de que podia traspassar-se, e a calma, inclusa. Durou um nem-nada, como a palha se desfaz. E, no comum, na gente não cabe: paisagem, e tudo, fora das molduras. Como se ele estivesse com a Mãe, sã, salva, sorridente, e todos, e o Macaquinho com uma bonita gravata verde – no alpendre do terreirinho das altas árvores...e no jeep aos bons solavancos... e em toda parte... no mesmo instante só...o primeiro ponto do dia...donde assistiam, em tempo-sobre-tempo. Ao sol no renascer e ao vôo, ainda muito mais vivo, entoante e existente- parado que não se acabava- do tucano, que vem comer frutinhas na dourada copa, nos altos vales da aurora, ali junto de casa. Só aquilo. Só tudo. “- Chegamos, afinal!” – o Tio falou. “Ah, não. Ainda não...” respondeu o menino”.(Rosa, 2005, p.208-209)

¹⁷⁷ Ver nota de rodapé 82.

¹⁷⁸ Publicado no site institucional da UPP/RJ

da UPP, o coordenador geral das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), coronel Frederico Caldas declarou:

Hoje a gente abre uma perspectiva completamente diferente para essas crianças, de terem no policial uma referência. É comovente ver as nossas policiais com crianças no colo. Isso vai além do profissional, a gente vê ali um gesto de carinho, de afeto. Ver essa integração com a Polícia Militar dá muito orgulho e também nos dá esperança como cidadãos de imaginar o futuro diferente que essas crianças terão com a presença do estado, da polícia, com liberdade e paz.¹⁷⁹



Figura 13

180

Um dos presentes distribuídos para crianças são os quebra-cabeças da UPP:



Figura 14¹⁸¹

¹⁷⁹ Publicado no site institucional da UPP/RJ em 12 de outubro de 2013.

¹⁸⁰ Ibid 173.

¹⁸¹ Publicada na página de relações sociais da organização comunitária Favela Não se Cala.

Porém, não são somente as crianças que devem se aproximar dos policiais: De outubro de 2012 a março de 2013 foi transmitida, no horário nobre na Rede Globo de televisão, a novela “Salve Jorge”. A trama aconteceu no Complexo da Alemão e retratou a história da personagem Morena, que teve um filho com um jovem “vagabundo” da favela e, já nos primeiros capítulos, começou a namorar Jorge que era capitão da cavalaria do Exército e atuava na Força de Pacificação das favelas do Alemão. A associação do personagem principal Jorge, que veio pacificar a favela em cima do seu cavalo, com São Jorge, santo guerreiro que vence o dragão/inimigo e é um dos santos mais devotados na cidade - sendo, inclusive, padroeiro de algumas favelas -, pode ser analisada como a intensificação deste modo de subjetivação de cidadãos-BOPE. O cavaleiro Jorge saltou diariamente do seu cavalo branco direto das telas para os becos das favelas. Vide o fato das adolescentes, que por anos namoraram traficantes”, ganharem novos príncipes: os policiais. A nota, do jornal O Globo¹⁸², “UPP das adolescentes” anuncia que

Duas limusines rosas, um sucesso nas festas de Zona Sul, vão levar 15 adolescentes para o “ Baile de debutantes da Mangueira” na quadra da comunidade. A organização é da UPP. As meninas terão o “Dia de princesa” no salão de beleza e seguem, já maquiadas e vestidas, escoltadas por dois carros de polícia pacificadora. Duas bandeiras brancas com a inscrição “paz” serão hasteadas pelas jovens.

Como aconteceu com as debutantes que moram na Providência, favela dita pacificada, que ganharam uma festa organizada pela polícia e patrocinada por empresas privadas, onde os policiais da UPP encarnavam os “príncipes de debutantes”, como declarou o comandante da UPP da providência, Capitão Glauco Schorcht.¹⁸³

¹⁸² Publicado no Jornal O Globo, Segundo Caderno, Gente Boa em 7 de novembro de 2012, p.3.

¹⁸³ Publicado no Jornal Último Segundo em 15 de agosto de 2010.



Figura 15 - Baile de debutantes do Morro dos Macacos¹⁸⁴



Figura 16 - Baile de debutantes do Morro dos Macacos¹⁸⁵

O que está em questão não é de modo algum a motivação do policial que distribui brinquedos, dá aulas e vira príncipe, mas a apropriação e utilização de gestos como esse por uma política que tem o policial como principal instrumento de ação. Tornar o “policial caveira” no “bom velhinho” desvincula a polícia do seu histórico de

¹⁸⁴ Idem

¹⁸⁵ Imagem do Baile de debutantes do Morro dos Macacos-Vila Isabel, realizado em dezembro de 2011. Publicada no Blog da Pacificação.

matança e conflito e, assim se limpa o caminho para promoção e solicitação dessa gestão da vida. O importante é que estamos vendo surgirem interessantes problematizações sobre estas práticas, como na charge de Carlos Latuff¹⁸⁶, reproduzida abaixo:



Figura 17

O que se promove com esta relação professor-policial e criança-aluna não são somente corpos dóceis, obedientes, catalogados em uma chamada com nome, origem familiar e endereço conhecidos e cuja convivência possibilitará antever os riscos e preveni-los mas, principalmente, esta aproximação favorece a produção de corpos empreendedores, corpos que competem, que ganham medalhas, patrocínios, corpos que se transformam em referência e capital.

Nesta biopolítica neoliberal o conhecer para experimentar o mundo, para pensar, para intervir de forma crítica, para produzir escapes etc tem cada vez menos espaço. A proposta é que o valor das informações e, até mesmo, dos afetos estejam atrelados à velocidade com que eles se convertem em competência-máquina. O que não vira

¹⁸⁶ Publicada no blog profissional do autor em 12 de outubro de 2013.

dinheiro não interessa. Assim, a escola se converte em banco de produção de “capital humano” que conta com a colaboração dos “investimentos educacionais” vindos da família e dos projetos.

Acreditamos que é preciso e possível “acumular um outro capital, o de uma inteligência coletiva da liberdade, capaz de orientar as singularidades para fora da ordem da serialidade e de unidimensionalidade do capitalismo.” (Guattari e Negri, 1987, p.9). Concordamos com o secretário da Associação de Moradores da favela Coréia-Trapicheiro¹⁸⁷, Ricardo Cró, quando ele questiona a serventia de algumas pesquisas, como as que apontam que os alunos de favelas com UPPs apresentam maior rendimento escolar, diz ele: “Alunos de favelas com UPP rendem mais. Mais para quem? Pensemos um pouco e vejamos o que nossas crianças aprendem. Em termos gerais, estamos formando um bando de analfabetos funcionais.”¹⁸⁸ Estamos no regime do *homo economicus* que é marcado pela agilidade e volatilidade, movido por uma convocação permanente a ser empreendedor de si. E as crianças estão rapidamente incorporando estas práticas, algumas delas, por exemplo, já estão atuando como guia turístico, fazendo uso de um inglês improvisado, aprendido nas aulas de um projeto social e pedem “*moni*” em troca de fotos e de conduzir gringos pelos becos labirínticos da favela e, ainda, fazem acordos com comerciantes locais levando os grupos de visitantes para consumir na favela, ganhando assim uns trocados.

Outro ponto importante é que esta proximidade com o policial torna-o menos um vigia que irá impedir que este adolescente cometa um crime e mais uma espécie de treinador- líder, alguém cuja presença irá por si só desencorajá-lo a cometer algum desvio, ele avalia e decide que o risco de ser pego e punido é alto e prefere as vantagens de se conduzir conforme o esperado e obedecer às regras. Neste ponto, acreditamos que não se trata mais da ocupação e sim dos interesses, pois gerir os interesses, a liberdade e os perigos são a superfície de ação deste governo capitalístico.

A todo tempo estamos falando dos governos, mas não percamos de vista que somos forjados pelas batalhas barulhentas ou silenciosas que travamos e a vida sempre dá um jeito de se afirmar. As crianças são governadas, mas com suas peripécias elas

¹⁸⁷ Na introdução deste trabalho, citamos a fala do Secretário de Segurança, José Mariano Beltrame, que declarou que um tiro lá nesta favela, Coréia, é diferente do Cantagalo.

¹⁸⁸ Publicado no Jornal O Globo, Tema em discussão, *Balanço das UPP's. Rio de Janeiro*, em 1º de outubro de 2012, p. 16.

também produzem modos singulares de (re)xistir e foram importantes encontros envolvendo crianças e suas traquinagens que me fizeram lembrar da potência da vida que ultrapassa, que povoa, que late, que insiste em ocupar as ruas...

Certo dia, vi um policial da UPP segurando um menino pelo braço, ele queria sair e o policial que estava acompanhado de um outro não o deixava. As outras crianças assistiam e pareciam assustadas. Eu me aproximei e perguntei ao menino “preso” o que estava acontecendo. O policial antes mesmo que ele dissesse algo, falou: “Ele é muito abusado. Estava me xingando e me agredindo. Só vou soltá-lo quando a mãe dele vier aqui falar comigo.” Eu disse que aquilo estava errado e pedi para o policial soltá-lo, ele me olhou desconfiado e eu me apresentei me valendo do lugar de psicóloga. Assim que o policial o soltou, o menino se escondeu atrás de mim e tremia, tremia muito, parecendo um bicho acuado. Eu perguntei novamente a ele o que tinha acontecido, ele já chorando disse que xingou e bateu no policial porque o outro policial o chamou de “viadinho” e este policial que o “prende” riu. O policial prontamente negou a acusação do menino, disse que tinha mandado ele sair da rua porque ali passam carros e o menino teria se recusado. E o menino retrucou: “O que é que tem ficar na rua? Minha mãe sabe que eu estou perto da casa minha tia.” O policial disse: “Viu só como ele é abusado?!?” O policial explicou que pelo fato de estar fardado quis ensinar o menino a respeitá-lo porque se ele crescer com aquele comportamento não demorará estar preso ou outra coisa...” Eu disse que o menino estava apenas questionando o porquê dele não poder ficar brincando na rua... o policial ficou me olhando e a conversa se encerrou.

No dia seguinte, ao contar para outros moradores com o intuito de fazer repercutir o fato e, principalmente, o estranhamento fui surpreendida com falas microfascistas que bradavam: “Bem-feito para ele!”, “Tomara que ele aprenda!”, “Ele é mesmo muito abusado.” Essa compreensão do que para o meu corpo se fazia intolerável me causou mais tristeza do que ver aquele menino nas mãos do policial. Estava desanimada, pensando que restava muito pouco de vida. Foi quando...

Passei por um beco próximo à minha casa e vi 3 policiais da UPP interromperem a brincadeira de uma malta de crianças para revistarem um *ninguénzinho* de 11 anos. Eles levantaram a camisa dele, suspenderam-no pelo braço, fuxicaram o celular e cheiraram o dinheiro que ele tinha no bolso. Neste momento, surgiu um *ninguém* que se indignou e afirmou aos gritos que aquilo não estava certo, dizendo: “-Ele estava brincando com meu filho, daqui a pouco vocês vão querer revistar meu filho de três

anos também!” Os policiais falaram para ele não alterar a voz e perguntaram se havia algum problema eles revistarem, pois estavam apenas “fazendo o serviço deles”. O *ninguém* afirmou: “-Claro que tem, é uma criança, ou ele também é um suspeito?” Os policiais, desta vez, mandaram ele abaixar o tom da voz, se não o levariam preso por desacato. E disseram que abordaram o *ninguénzinho* porque ele estava com um volume no bolso. Daí, uma outra *ninguém* disse: “Então ele é suspeito porque estava com um volume no bolso, se ele tivesse se assustado com vocês e corrido, vocês teriam matado!” Neste momento, se aproximaram do local outros *ninguéns que* em silêncio, com o gesto tímido de balançar a cabeça positivamente, apoiavam os primeiros *ninguéns* contrários à ação dos policiais. Os policiais, desviando o assunto, começaram a falar que agora o baile estava liberado no morro e que havia mudado o comando da UPP. Uma outra *ninguém* disse: “Mudou o comando, mas a prática é a mesma!” Os policiais saíram do beco e em tom de deboche disseram “Se vocês quiserem podem ir lá na sede fazer denúncia para o novo comandante.” Aqueles *ninguéns- povo* ali presentes se entreolharam e falaram: “*denunciar eles para eles mesmos, não somos burros!*”

Na ocasião, eu estava com uma câmera de celular e poderia ter gravado a situação, mas não consegui. Inicialmente me senti fraco e fiquei me culpando. Pois, de que adiantava ler Foucault se não tornava os textos uma prática?

Graças aos “bons encontros”¹⁸⁹ do mestrado descartei a culpa tão prejudicial e despotencializadora e pude perceber que o fato de não ter gravado poderia ser efeito do meu corpo agindo com cautela, mais preocupado em amparar o *ninguém* que desencadeara o estranhamento em ato e que gritava protestando, do que produzir uma prova que incriminasse os policiais. Naquela situação, em que gritos, olhares e acenos de cabeça desafiaram o exercício desmedido do poder nós nos produzimos como um *povo*.

Noutro dia, eu estava voltando do treino de boxe e passando por uma viela quando três crianças saltaram na minha direção. A que vinha a frente estava com um frasco desodorante na mão imitando um microfone, a outra fazia uma câmera com as mãos e a terceira fingia anotar algo. E me perguntaram: “*O que você acha da UPP?*”

¹⁸⁹ Segundo Rolnik (1995: 34) em Espinosa não existem os princípios universais do bem e do mal, mas o bom encontro que afeta, combina, modifica e aumenta a potência de agir de um corpo, e o mau encontro, que constitui uma mistura destrutiva porque redutora da potência de agir. Refiro-me aos encontros da orientação do mestrado e com a professora Heliana Conde, que me apresentara Foucault não nos livros, mas no modo como o experimenta em sua vida.

Naquele momento eu sorri, foi a forma mais linda de problematizar a política de pacificação que eu encontrei no caminho da escrita. Eu disse que não gostava e elas sorriram e disseram que também não. Eu perguntei o motivo e elas disseram que não tinha mais baile, que a favela estava murcha (sic). Em seguida eu fiquei observando elas fazendo a mesma “entrevista” com outros moradores e as respostas me surpreenderam pelo conteúdo e pela forma leve como foram ditas. Dos três entrevistados que eu ouvi, dois falaram que não gostavam, um chegou a dizer que era uma enganação, que não confiava na polícia e que eles querem ser os novos donos do morro, outro disse que ficou sem o lazer, e as meninas disseram “É isso aí!” e o que disse que gostava disse que para ele o morro estava melhor. O curioso é que quando perguntei se eu podia conversar com eles, todos despistaram e disseram que estavam com pressa. A brincadeira das crianças me permitiu acessar discursos outros que não os comumente divulgados nas entrevistas.

O que estes encontros têm em comum? O corpo. Era o corpo das crianças que ora enfrentava agressivamente como o menino, ou de forma lúdica como as meninas às investidas do governo policialesco das condutas. Este corpo, que não é necessariamente biológico, mas entendido aqui como toda espécie de individuação forjada nas/pelas lutas, isto é, superfície onde incidem os exercícios de poder e de onde emergem as práticas de resistência. Um corpo qualquer que possui a potência de insubmissão, de diferenciação e de afirmação, corpos não mais estendidos no chão, mas corpos que instauram panes, incômodos, risos. Esses corpos que compõem e fazem vibrar, experimentam e se conduzem de modo inesperado afirmam que a vida precisa ser menos sufocante. Deste corpo, não sabemos o quanto ele pode, “... *quais são as suas forças nem o que elas preparam.*” (Deleuze, 1976:32) Quis me perder nestes encontros com a coragem das crianças de dizer e dos cachorros de latir, ser com eles um corpo potência que ensaiou produzir uma *malta-matilha-motim* de escrita...

5. CONCLUSÃO:

Falar a partir de ninguém faz comunhão com as árvores
Faz comunhão com as aves
Faz comunhão com as chuvas
Falar a partir de ninguém faz comunhão com os rios,
com os ventos, com o sol, com os sapos.
Falar a partir de ninguém
Faz comunhão com borra
Faz comunhão com os seres que incidem por andrajos.
Falar a partir de ninguém
Ensina a ver o sexo das nuvens
E ensina o sentido sonoro das palavras.
Falar a partir de ninguém
Faz comunhão com o começo do verbo.
(Manoel de Barros, Ninguém, 2010, p.384)

A eficácia do povo como potência está na sua velocidade de mobilização-dissolução, isto é, como estratégia de combate forja-se um corpo, que imediatamente dribla a captura transformando-se em *no-body*. Pude perceber esta agilidade ao saber que moradores do Cantagalo, já “pacificado”, tacaram pedras e paus em policiais quando estes estavam prendendo e agredindo um familiar que foi acusado de tráfico. As pedradas impediram a continuação da agressão, mas, no dia seguinte, quando quis saber mais sobre o episódio, os moradores me disseram: “Eu estava lá, mas não estava! As pedras já rolaram, deixa isso pra lá...!” Denotando pelo tom de suas falas que não era interessante buscar-produzir autorias. Não foi algo ensaiado, explicá-lo, ainda que para enaltecê-lo, seria inscrevê-lo no curso da história e aprisioná-lo no lugar de feito heróico. Quando eles preferiam simplesmente e por apenas um instante se conduzir como os inomináveis e atualizar o *povo* no seu devir canino.

Como no artigo “*Anota aí: eu sou ninguém*” de Peter Pál Pelbart (2013)¹⁹⁰, que fala sobre a força política presente nas práticas de dessubjetivação usadas nas manifestações que ocuparam as ruas de todo o Brasil neste ano de 2013.

¹⁹⁰Publicado no Jornal Folha de São Paulo, São Paulo em 19 de julho de 2013, p. A3.

No texto, Pelbart enaltece a sábia resposta dada pelos manifestantes aos repórteres que buscavam lideranças e identidades no meio do povo: “*Anota aí: eu sou ninguém*”. Eram milhões de pessoas que compunham um movimento diverso, sem rosto, lutando por menos catracas e cobranças e por mais passes-livres e modos de expansão da vida. Levados ao sabor dos encontros, ora cantávamos e sorriamos, ora chorávamos e corriamos do Batalhão de Choque, que era diariamente enviado pelo governo na vã tentativa de frear o povo. Muitos manifestantes praticavam a destruição de bancos e patrimônios públicos, lojas, concessionárias de automóveis de luxo etc Além disso, recusavam a presença das grandes emissoras atacando diretamente os símbolos do capitalismo.

Os programas de televisão das emissoras escoraçadas diziam que estes não sabiam protestar e ensinavam o modo como o “bom cidadão” deveria se conduzir nas manifestações, tentando novamente instaurar uma separação no seio do povo, entre aqueles que protestavam dentro das margens de tolerância e os que a ultrapassavam, nomeados “vândalos”. Enquanto a grande mídia se encarregava de enfraquecer os corpos, surge a chamada mídia Ninja, uma articulação via internet que, como o nome sugere, tentava produzir encontros e escapes velozes dos manifestantes, divulgando vídeos em tempo real dos locais das manifestações e também imagens que comprovavam o abuso e a truculência policial. A criação deste meio próprio de conexão foi fundamental para renovação e continuação do movimento, pois como sugeriu Guattari e Rolnik:

É óbvio que só poderemos mudar a relação com a mídia- com esse modo de produção de subjetividade- através de um mínimo de reapropriação dos meios de comunicação. Não é o caso de ficar esperando algum líder que algum partido autorize ou crie rádios livres, mas sim de começarmos desde já a criar, nós mesmos, nossas próprias rádios livres, pois é hoje que a situação se apresenta com esta possibilidade. A rádio livre é como uma espécie de fósforo que você risca e logo tudo pega fogo.(GUATTARI, ROLNIK, 2005, p.143)

Impressionante como os mecanismos de poder que nos causam tanto adoecimento e paixões tristes¹⁹¹, como a grande mídia e o governo, ficam tão

¹⁹¹ Segundo Espinosa, “paixões tristes” são aqueles afetos que diminuem a potência de agir, enquanto as paixões alegres são as que a aumentam. Para maiores informações consultar: ESPINOSA, Bento de.

vulneráveis e desesperados diante da criatividade e da coragem dos que ousam não obedecer. Uma nova investida do poder na tentativa de silenciamento e contenção das ruas foi a perseguição à Mídia Ninja, levando a prisão alguns de seus principais agentes. Não tardou para que a ação de manifestantes que quebravam lojas, agências bancárias, sinais de trânsito etc. fosse usada para justificar a truculência e covardia da polícia que disparava balas de borracha, batia, atirava bombas de efeito moral e de gás lacrimogêneo. Para controlar a ação e identificar autores das desordens o governo proibiu o uso de máscaras nas manifestações, estas máscaras foram importante estratégia usada pelo grupo conhecido como Black-blocks, que na simples recusa de assumirem um rosto, se produziam enquanto ingovernáveis. O que nos fez lembrar um trecho do texto *“Tornar-se anônimo- Escrever anonimamente”*, de Philippe Artières (2009), quando o autor questiona quando nas sociedades européias, emergiu a idéia de neutralizar a própria identidade? E a partir de quando tais práticas de anonimato começaram a criar problemas, ao ponto de os regulamentos as proibirem, ao ponto dos agentes se encarregarem de as reprimirem?

Se é impossível determinar a data exata desse momento repressivo, pode-se no entanto, com a ajuda de uma série de indicadores, estimar que, ao longo da última década do século XIX, uma inquietação se manifesta frente ao anonimato. Assim, é dessa época que a tradição do Veau Gros (Vitelo Gordo) é retomada em Paris; o desfile tradicionalmente à fantasia não deveria mais ter, em suas fileiras, indivíduos cujos rostos estivessem escondidos; as circulares do Chefe de Polícia de Paris são insistentes sobre tais questões, sobretudo quando existe algum risco de violência; dito de outra maneira, esconder o rosto (e, por conseguinte, impossibilitar qualquer tentativa de reconhecimento) corresponde a uma desordem pública. (ARTIÈRES: 2009, p.308)

Cabe ressaltar, que a maioria destas pessoas que foram às ruas nas diferentes cidades do Brasil são os chamados “filhos da classe média”, aqueles que em situações como essa costumavam bradar: *“Você sabe com quem está falando?”*, usando a identificação como meio de se separar da multidão e obter privilégios e proteção. Quando estes jovens rejeitam este lugar e assumem uma singularidade qualquer, produzem um “povo”. Para entender a força e a importância deste movimento, farei uso

da análise de Peter Pál Pelbart (2003, p.34) do comentário de Maurice Blanchot a respeito das manifestações de Maio de 68:

Depois de uma descrição da atmosfera de Maio de 68, que inclui a comunicação explosiva, a efervescência, a liberdade da fala, o prazer de estar junto, uma certa inocência, a ausência de projeto. Blanchot se refere à recusa de tomar o poder ao qual se delegaria alguma coisa – é como se fosse uma declaração de impotência. Como uma presença que, para não se limitar, aceita não fazer nada, aceita estar lá, e depois, ausentar-se, dispersar-se. Ao descrever o caráter incomum desse “povo” que se recusa a durar, a perseverar, que ignora as estruturas que poderiam dar-lhe estabilidade, nesse misto de presença e ausência, ele (Blanchot) escreve: “*É nisso que ele é temível para os detentores de um poder que não o reconhece: não se deixando agarrar, sendo tanto a dissolução do fato social quanto a indócil obstinação em reinventá-lo numa soberania que a lei não pode circunscrever, já que ela a recusa...*”¹⁹²

Estes jovens apanharam, foram desrespeitados, aprisionados sentiram no próprio corpo uma pequena amostra da ação policial historicamente reservada para os corpos pretos e favelados. E foi este contato doloroso com a polícia que possibilitou a emergência de um questionamento sobre o que estava sendo de fato a dita política de pacificação. Outro fato decisivo foi o ainda não explicado sumiço do morador Amarildo na Rocinha, que foi visto da última vez dentro de uma viatura da UPP. As mobilizações em busca do paradeiro de Amarildo serviram de elo entre a luta que estava sendo travada nas ruas e as batalhas cotidianas e por vezes silenciosas no alto das favelas. A faixa “FORA UPP!” carregada pelos moradores que desceram a Rocinha rumo à casa do governador Sérgio Cabral no Leblon simbolizou o que no começo desta pesquisa parecia impossível: afirmávamos que não mais desejávamos ser governados dessa maneira!!!

¹⁹² Pelbart analisa o livro: BLANCHOT, M. La communauté inavouable. Paris, Minuit, 1986.



Figura 18

Assim que me lancei na escrita deste texto eu procurava desesperadamente companhia e encontrara somente os latidos dos cachorros. Sentia-me só, correndo o grande risco de escrever sobre mim, reificando o “eu”. Não encontrava as tão preciosas práticas de resistência que tanto procurava. Justamente porque as procurava e não me ocupava em forjá-las, me agenciando com as forças que as estavam ensaiando.

Depois da qualificação, interrompi a escrita, porque senti a necessidade de acompanhar com mais atenção o fluxo da vida sem a preocupação de registrá-la em linhas de um texto. O ritmo da escrita precisou ser ultrapassado pelos acontecimentos. Era preciso estar em “silere”, o silêncio das virtualidades, da invenção de possíveis. Deixando-me levar e transformar pelos acontecimentos... Ao reencontrar com o texto, percebo o quanto no início falo da minha história na favela e das minhas lembranças e no decorrer da escrita este “meu, minha, eu” vão se desfazendo em um “qualquer” cujo sentido não é o da anulação política, marcado pela falta de garantia de direitos, como são aqueles que valem menos que a bala que os mata, lembrados por Eduardo Galeano (1991) e que serviram de epígrafe no primeiro capítulo deste trabalho, mas outro modo de afirmar um “ninguém”, um ninguém qualquer, um ninguém que se agencia com o mundo e tal como no poema de Manoel de Barros *faz comunhão com o começo do verbo*, com o *silere*, isto é, com o porvir. Pois agora...

*O galo já não canta mais no Cantagalo*¹⁹³, mantém seu bico fechado recusando o lugar de despert(a)dor, que o fizera tão conhecido naquele território e, por isso, confunde os aviários e abatedores; Estrategicamente, ao invés de olhar para o céu e lançar pelos ares seu canto, ele tem se voltado para as miudezas do solo e está se dedicando a arte de ciscar¹⁹⁴, quer porque quer promover fissuras no concreto que tem sido diariamente lançado sobre as terras da favela para “*que mil flores, mil máquinas de luta e de vida desabrochem.*”¹⁹⁵ (Guattari e Negri, 1987, p.70-71)

¹⁹³ Trecho da música “Nomes de favela” de Paulo César Pinheiro.

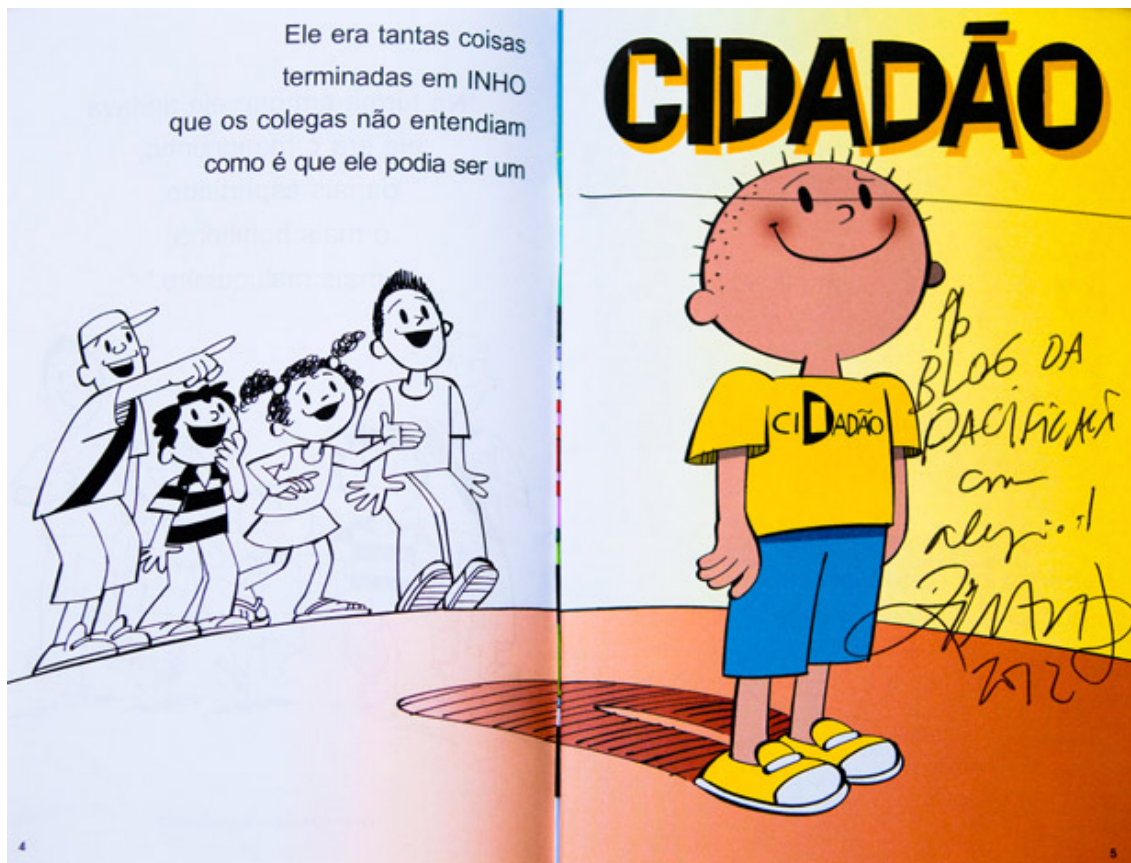
¹⁹⁴ Que também significa: Sair rápida e sorrateiramente. [int.: Os homens ciscaram (-se) antes que a polícia chegasse]. Publicado no iDicionário Aulette UOL.

¹⁹⁵ Esta frase está no texto “Pensar e viver diferentemente propostas”, de Félix Guattari e Toni Negri (1987). Entendendo que os autores propõem o comunismo como meio de expansão e produção de singularidades e de uma intencionalidade coletiva (1987, p.8-10), o que estaria próximo do que Peter Pal Pélbart anunciou como a “comunidade porvir” (2004), eles afirmam que: “*De qualquer forma queremos ir mais longe. Fazendo reviver as raízes humanas do comunismo, queremos regressar às fontes da esperança, ou seja, a um ‘ser a favor’, de uma intencionalidade coletiva, mais virada para o fazer do que para o ‘ser contra’. [...] É na história real que tencionamos explorar e experimentar a imensidade de universos do possível que nos são solicitados de todos o lado. Que mil espécies de flores desabrochem nos terrenos que pretendem minar a exploração capitalística! Que mil espécies de máquinas de vida, de arte, de solidariedade e de ação varram a arrogância estúpida e esclerótica das velhas organizações!*”. (Guattari e Negri, 1987, p.69).

6. ANEXOS

ANEXO A

CARTILHA DO ZIRALDO SOBRE AS UPPS¹⁹⁶



¹⁹⁶ Imagens Disponíveis em: <http://www.blogdapacificacao.com.br/formiga/ziraldo-desenha-a-upp-para-as-criancas/> Acessado em: 09/09/2012.





ANEXO B
FIGURAS, FOTOGRAFIAS E FONTES

Figura	Fonte
1	Disponível em: http://extra.globo.com/casos-de-policia/bope-detalha-upp-para-moradores-da-providencia-376444.html Acessado em: 21/08/2012 Disponível em: http://extra.globo.com/casos-de-policia/bope-detalha-upp-para-moradores-da-providencia-376444.html Acessado em: 21/08/2012
2	Foto retirada do site: http://patrickgranja.wordpress.com/tag/complexo-do-alemao/ ; Acessado em: 20/02/2013.
3	Foto de Marco Antonio Cavalcanti - O Globo, publicada em 25/03/2010. Imagem disponível em: http://oglobo.globo.com/rio/comandante-do-bope-faz-palestra-para-comunidade-da-providencia-sobre-upp-3033933#ixzz25jLnlqye Acessado em: 20/08/2012
4	Disponível em: http://www.geledes.org.br/em-debate/colunistas/11064-pacificacao-conjunto-de-favelas-do-alemao . Acessado em: 22/09/2013.
6	TERRA, 5 de dezembro de 2011.
9	2013 Foto tirada por Alexandre Vieira, Jornal O Dia, na favela do Caju, Zona Norte do Rio de Janeiro. Disponível em: http://odia.ig.com.br/portal/rio/com-medo-baixada-quer-upp-1.556549 , Acessado em: 27/08/2013.
11	Imagem disponível em: http://oglobo.globo.com/rio/rio-vai-receber-oito-novos-caveiros-para-policiamento-de-favelas-8072227 Acessado em 27/08/2013.
13	Disponível em: http://www.upprj.com/index.php/o_que_e_upp Acessado em 30/06/2013
14	Foto divulgada pelo site da organização “Favela não se cala” Disponível em: https://www.facebook.com/pages/Favela-N%C3%A3o-Se-Cala/421151487976659 Acessado em: 13/10/2013.
15	Imagem copiada do site: http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/rj/beltrame-e-policiais-se-tornam-principes-em-festa-no-rio/n1237749335745.html Acessado em: 24/10/2012.
16	Imagem do Baile de debutantes do Morro dos Macacos-Vila Isabel, realizado em dezembro de 2011. Disponível em: http://www.blogdapacificacao.com.br/macacos/dia-de-sonho-para-as-meninas-do-morro-dos-macacos/ Acessado em: 24/10/2012.

17

Disponível em: <http://latuffcartoons.wordpress.com/tag/upp-crianca/> Acessado em 13 de outubro de 2013.

7. BIBLIOGRAFIA:

_____. Sobre a História da sexualidade. Em: *Microfísica do poder*, Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 243 – 67.

_____. Punir est la chose la plus difficile qui soit. In: FOUCAULT, M. Dits et Écrits II-1976-1988 Paris: Ed. Quatro Gallimard, 2001, p.1027-1028

_____. A cidade dos sábios. São Paulo: Summus Editorial, 1999.

_____. Le sujet et le pouvoir. In: FOUCAULT, M. Dits et Écrits II-1976-1988 Paris: Ed. Quatro Gallimard, 2001, p.1041-1062

_____. Les mailles du pouvoir. In: FOUCAULT, M. Dits et Écrits II-1976-1988 Paris: Ed. Quatro Gallimard, 2001, p.1001-1020

_____. Subjectivité et vérité. In: FOUCAULT, M. Dits et Écrits II-1976-1988 Paris: Ed. Quatro Gallimard, 2001, p. 1032-1037

_____. ...ils ont déclaré ... sur le pacifism: sa nature, ses dangers, ses illusions. In: FOUCAULT, M. Dits et Écrits II-1976-1988 Paris: Ed. Quatro Gallimard, 2001, p. 1357-1358

_____. A Coragem da Verdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

_____. Espace, savoir, pouvoir. In: FOUCAULT, M. Dits et Écrits II-1976-1988 Paris: Ed. Quatro Gallimard, 2001, p.1089-1104.

_____. La politique de la santé au XVIII siècle. In: FOUCAULT, M. Dits et Écrits II-1976-1988 Paris: Ed. Quatro Gallimard, 2001, p.725-742.

_____. Naissance de la biopolitique. In: FOUCAULT, M. Dits et Écrits II-1976-1988 Paris: Ed. Quatro Gallimard, 2001, p. 818- 825

_____. O Governo de si e dos outros. São Paulo:WMF Martins Fontes, 2010.

_____. *Os Pensadores*, São Paulo: Abril Cultural, 1979

_____. Die Folter, das ist die Vernunft (“La torture, c’est la raison). In: FOUCAULT, M. Dits et Écrits II-1976-1988 Paris: Ed. Quatro Gallimard, 2001, p.390-398

_____ La governamentalité. In: FOUCAULT, M. Dits et Écrits II-1976-1988 Paris: Ed. Quatro Gallimard, 2001, p.635-657

_____ La société disciplinaire en crise. In: FOUCAULT, M. Dits et Écrits II-1976-1988 Paris: Ed. Quatro Gallimard, 2001, p.532-534

_____ Pouvoir et stratégies. In: FOUCAULT, M. Dits et Écrits II-1976-1988 Paris: Ed. Quatro Gallimard, 2001, p.418-428

_____ Sécurité, territoire et population. In: FOUCAULT, M. Dits et Écrits II-1976-1988 Paris: Ed. Quatro Gallimard, 2001, p.719-723

_____ (coord). A Roma do pós -guerra na memória dos meninos de Dom Bosco-República dos *sciuscìa*. São Paulo: ed. Salesiana, 2004.

_____ *A governamentalidade*. Em: Microfísica do Poder, Rio de Janeiro: Graal,

_____ Le pouvoir, une bête magnifique. In: FOUCAULT, M. Dits et Écrits II-1976-1988 Paris: Ed. Quatro Gallimard, 2001, p.368-382.

_____ *O olho do poder*. Em: Microfísica do Poder, Rio de Janeiro: Graal, 1979, p.209-228.

_____ *Soberania e Disciplina*. Em: Microfísica do Poder, Rio de Janeiro: Graal,

_____ *Sobre a geografia*. Em: Microfísica do Poder, Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1979, p.153-166.

_____ *Sobre a prisão*. Em: Microfísica do Poder, Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1979, p. 129-143.

_____. Guardiões da ordem: uma viagem pelas práticas psi no Brasil do “milagre”. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1995.

_____ Em defesa da sociedade: curso do Collège de France(1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____ Estado de exceção. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____ História da Sexualidade, vol. I, *A vontade de saber*. 13ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

_____ *Não ao sexo rei*. Em: Microfísica do Poder, Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1979, p.229-242.

_____ Nascimento da Biopolítica: curso do Collège de France (1978-1979).
São Paulo: Martins

_____ Operação Rio: O mito das classes perigosas, Rio de Janeiro: Ed. Oficina
do Autor, 2001.

_____ Segurança, Território e População: curso do Collège de France (1977-
1978). São Paulo: Martins

_____. *Sobre a justiça popular*. Em: *Microfísica do Poder*, Rio de Janeiro:
Graal, 1979, p.39-68.

_____. A ética do cuidado de si como prática de liberdade. Em: *Ética,
sexualidade e política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004, p. 264-87 (Ditos e
Escritos V)

_____. *Primeiras Estórias*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 2005.

_____. *Poesia Completa*. São Paulo, Ed. Leya, 2010.

_____ O PAC e a UPP no “Complexo Pavão-Pavãozinho-Cantagalo:
processo de implementação de políticas públicas em uma favela da Zona Sul da Cidade
do Rio de Janeiro. IV Congresso Luso- Afro Brasileiro de Ciências Sociais, UFBA,
Salvador, 2011. Disponível em:
[http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1308347052_ARQUIVO_p
aperConlab.pdf](http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1308347052_ARQUIVO_paperConlab.pdf). Acessado em: 21/09/2013.

_____ Para uma vida não-fascista. Belo Horizonte: Ed. Autentica,
2009.

_____ *Os intelectuais e o poder*. Em: *Microfísica do Poder*, Rio de Janeiro:
Graal, 1979, p.69-78.

_____ Michel Foucault: la sécurité de l'État. In: FOUCAULT, M. Dits et Écrits
II-1976-1988 Paris: Ed. Quatro Gallimard, 2001, p.383-387

_____ *Vida capital, ensaios de biopolítica*. São Paulo: Iluminuras, 2003.

_____ Des espaces autres. In: FOUCAULT, M. Dits et Écrits II-1976-1988 Paris:
Ed. Quatro Gallimard, 2001, p. 1571-1581

_____ La pensée verticale: une éthique de la problématisation. In GROS, Frédéric.
Foucault le courage de la vérité, Paris: Presses Universitaires de France, 2002, p. 63-86.

_____ Você tem medo de quê? Rio de Janeiro: Jornal do CRP, set-out 2010, p. 12-13
1979, 277-293.

1979, p. 179-191.

a partir de Michel Foucault. Belo Horizonte: Autêntica ed., 2009.

Acessado em: 20/08/2012

AGAMBEN, G. Homo sacer, o poder soberano e a vida nua I, Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

ALBERNAZ, E. CARUSO, A. PATRICIO, L. Tensões e desafios de um policiamento comunitário em favelas do Rio de Janeiro, o caso do Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais. São Paulo em Perspectiva, v.21, n.2, p. 39-52, jul/dez 2007. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/35597630/gpae> Acessado em: 13/07/2012

ALVARENGA FILHO, José Rodrigues de. A “Chacina do Pan” e a produção de vidas descartáveis na cidade do Rio de Janeiro: “Não dá pé não tem pé nem cabeça. Não tem ninguém que mereça, não tem coração que esqueça”. Dissertação (MESTRADO PSICOLOGIA), UFF, Niterói, 2010.

António Simões. Lisboa: Relógio D’Água, 1992.

ARTIÈRES, Philippe. *Tornar-se anônimo. Escrever anonimamente*. Em: RAGO, Margareth. VEIGA-NETTO, Alfredo. (org.) Para uma vida não fascista. Belo Horizonte, Ed: Autêntica, 2009, p.305-24.

BAPTISTA, Luis Antonio dos Santos. A atriz, o padre e a psicanalista – Os amoladores de faca. Em: BAPTISTA, L. A. S. A Cidade dos Sábios, São Paulo: Summus, 1999. pg 45- 49.

_____. Walter Benjamin e os Anjos de Copacabana. *Revista Educação. Especial: Biblioteca do Professor nº 7, 2008*.

BARTHES, Roland. O neutro. Trad. Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BARROS, Manoel de. *Memórias inventadas. A infância*. São Paulo: Record, 2003

_____. *Poesia Completa*. São Paulo: Ed. Leya, 2010.

- BATISTA, Nilo. "Política criminal com derramamento de sangue". In: Discursos sediciosos: crime, direito e sociedade. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, número 5/6, 1998.
- BATISTA, Vera Malaguti, O Alemão é muito mais complexo.in BATISTA, Vera Malaguti.Paz armada. Rio de Janeiro, Revan, 2012, p. 55-102.
- BENCHIMOL, J.L. Pereira Passos: um Haussman Tropical. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1992
- BENJAMIN, W. Sobre o conceito de história. In: _____. Obras escolhidas – magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 221-232.
- BRANCO, Guilherme Castelo; VEIGA-NETO, Alfredo. (orgs) Foucault filosofia & Política. Belo Horizonte: Ed. Autentica, 2011.
- BRETAS, Marcos Luiz. Ordem na cidade- o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1997.
- BURGOS, Marcelo. "Dos parques proletários ao Favela-Bairro" In: ZALUAR, Alba e ALVITO, Marcos. Um século de favela. Rio de Janeiro: FGV, 2004. pp.25-60.
- CAIAFA, Janice. Subjetividade e Espaço construído nas viagens de ônibus na cidade do Rio de Janeiro. In: RODRIGUES, Heliana de Barros Conde; CEREMZO, Antônio Carlos; JACÓ-VILELA, Ana Maria. Clio-Psyché paradigmas- historiografia, psicologia, subjetividades. Rio de Janeiro: Ed. Relume Dumará, 2003 p.131-138
- CALVINO, Italo. As cidades invisíveis. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- CANDIOTTO, Cesar. Foucault e a crítica da verdade. Belo Horizonte: Ed. Autentica, 2010.
- CANO, Ignacio. Letalidade policial no Rio de Janeiro: a Atuação da Justiça Militar. Rio de Janeiro: ISER, 1998.
- CANO, Inácio. "*Os Donos do Morro: Uma Avaliação Exploratória do Impacto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio*" Rio de Janeiro: UERJ, 2012. Disponível em: <http://riorealblog.files.wordpress.com/2012/07/relatc3b3riofinalcaf13.pdf> Acessado em: 14/08/2012

CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth. O Futuro de uma Ilusão: o sonho de uma nova polícia, Rio de

COIMBRA, Cecília. Cidadania e processos de inclusão e exclusão social: a construção da identidade. In: ENCONTRO NACIONAL DA ABRAPSO - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL, 7., 1993, Irajá, SC. *Anais*. [S.l.: s.n.], 1993. p.02.

COIMBRA, Cecília; NASCIMENTO, Maria Lívia. Sobreimplicação: práticas de esvaziamento político? In: ARANTES, Esther Maria M.; NASCIMENTO, Maria Lívia; FONSECA, Tania Galli. Práticas Psi Inventando a Vida. Niterói, RJ: EdUFF, 2007, p.27-38.

CUNHA, Juliana Blasi. Negociações e conflitos em jogo no processo de implementação de políticas públicas em uma favela da cidade do Rio de Janeiro. São Paulo, USP, 2010.

DELEUZE, G. *Nietzsche e a Filosofia*. Rio de Janeiro: Ed. Rio, 1976.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Mil Mesetas. Capitalismo y Esquizofrenia. Valencia: [1980]. 1994

Disponível em: <http://www.slab.uff.br/textos/texto93.pdf> Acessado em: 22/08/2012.

DONZELOT, J. *A polícia das famílias*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986

ÉPOCA. José Mariano Beltrame: “A milícia hoje me preocupa mais que o tráfico”. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Sociedade/noticia/2011/10/jose-mariano-beltrame-milicia-hoje-me-preocupa-mais-que-o-traffic.html> Acessado em: 19/06/2012

ESPINOSA, Bento de. Ética. Trad. de Joaquim de Carvalho, Joaquim Ferreira Gomes e *Estado de Exceção Permanente: A Biopolítica dos Autos de Resistência*. Dissertação (Mestrado do Programa de Pós Graduação em Direito). PUC, Rio de Janeiro, 2010.

FARHI NETO, Leon. Biopolíticas- As formulações de Foucault. Florianópolis, Ed: Cidade Futura, 2010.

FILHO, Orlando Zaccone D’ELIA. Acionistas do nada: quem são os traficantes de drogas. Rio de Janeiro: REVAN, 2007

FIRJAN, “*Diagnóstico Sócioeconômico de Comunidades com UPP do Rio de Janeiro*”. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em:

<http://www.firjan.org.br/data/pages/2C908CEC352D00B401356E76C25E65C0.htm>

Acessado em: 30/08/2012.

FONSECA, Denise Farias da. *Avessos de cidadania: um exercício analítico*. Dissertação de mestrado em Psicologia Clínica, São Paulo: PUC, 1997.

FOUCAULT, Michel, Préface, in Deleuze.G and Guattari,F. *Anti-Edipus: Capitalism and Schizophrenia* In: FOUCAULT, M. Dits et *Écrits II-1976-1988*, Paris: Quatro Gallimard, 2001, 133-136.

_____. *A ética do cuidado de si como prática de liberdade*. Em: *Ética, sexualidade e política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004, p. 264-87 (Ditos e Escritos V)

_____. *Sobre a justiça popular*. Em: *Microfísica do Poder*, Rio de Janeiro: Graal, 1979, p.39-68.

_____. *Os intelectuais e o poder*. Em: *Microfísica do Poder*, Rio de Janeiro: Graal, 1979, p.69-78.

_____. *Sobre a geografia*. Em: *Microfísica do Poder*, Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1979, p.153-166.

_____. *Sobre a prisão*. Em: *Microfísica do Poder*, Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1979, p. 129-143.

_____. *Soberania e Disciplina*. Em: *Microfísica do Poder*, Rio de Janeiro: Graal, 1979, p. 179-191.

_____. *O olho do poder*. Em: *Microfísica do Poder*, Rio de Janeiro: Graal, 1979, p.209-228.

_____. *Não ao sexo rei*. Em: *Microfísica do Poder*, Rio de Janeiro: Ed, Graal, 1979, p.229-242.

_____. *Sobre a História da sexualidade*. Em: *Microfísica do poder*, Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 243 – 67.

_____. *A governamentalidade*. Em: *Microfísica do Poder*, Rio de Janeiro: Graal, 1979, 277-293.

_____. *O que é um autor?* Lisboa: Passagens, 1997.

_____ Segurança, Território e População: curso do Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

_____ Nascimento da Biopolítica: curso do Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

_____ Em defesa da sociedade: curso do Collège de France(1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____ História da Sexualidade, vol. I, *A vontade de saber*. 13ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

_____ Le pouvoir, une bête magnifique. In: FOUCAULT, M. Dits et Écrits II-1976-1988 Paris: Ed. Quatro Gallimard, 2001, p.368-382.

_____ Die Folter, das ist die Vernunft (“La torture, c’est la raison). In: FOUCAULT, M. Dits et Écrits II-1976-1988 Paris: Ed. Quatro Gallimard, 2001, p.390-398

_____ Michel Foucault: la sécurité de l’État. In: FOUCAULT, M. Dits et Écrits II-1976-1988 Paris: Ed. Quatro Gallimard, 2001, p.383-387

_____ Pouvoir et strategies. In: FOUCAULT, M. Dits et Écrits II-1976-1988 Paris: Ed. Quatro Gallimard, 2001, p.418-428

_____ La société disciplinaire en crise. In: FOUCAULT, M. Dits et Écrits II-1976-1988 Paris: Ed. Quatro Gallimard, 2001, p.532-534

_____ La gouvernementalité. In: FOUCAULT, M. Dits et Écrits II-1976-1988 Paris: Ed. Quatro Gallimard, 2001, p.635-657

_____ Sécurité, territoire et population. In: FOUCAULT, M. Dits et Écrits II-1976-1988 Paris: Ed. Quatro Gallimard, 2001, p.719-723

_____ La politique de la santé au XVIII siècle. In: FOUCAULT, M. Dits et Écrits II-1976-1988 Paris: Ed. Quatro Gallimard, 2001, p.725-742.

_____ Naissance de la biopolitique. In: FOUCAULT, M. Dits et Écrits II-1976-1988 Paris: Ed. Quatro Gallimard, 2001, p. 818- 825

_____ Les mailles du pouvoir. In: FOUCAULT, M. Dits et Écrits II-1976-1988 Paris: Ed. Quatro Gallimard, 2001, p.1001-1020

_____ Punir est la chose la plus difficile qui soit. In: FOUCAULT, M. Dits et Écrits II-1976-1988 Paris: Ed. Quatro Gallimard, 2001, p.1027-1028

_____ Subjectivité et vérité. In: FOUCAULT, M. Dits et Écrits II-1976-1988 Paris: Ed. Quatro Gallimard, 2001, p. 1032-1037

_____ Le sujet et le pouvoir. In: FOUCAULT, M. Dits et Écrits II-1976-1988 Paris: Ed. Quatro Gallimard, 2001, p.1041-1062

_____ Espace, savoir, pouvoir. In: FOUCAULT, M. Dits et Écrits II-1976-1988 Paris: Ed. Quatro Gallimard, 2001, p.1089-1104.

_____ ...ils ont déclaré ... sur le pacifism: sa nature, ses dangers, ses illusions. In: FOUCAULT, M. Dits et Écrits II-1976-1988 Paris: Ed. Quatro Gallimard, 2001, p. 1357-1358

_____ Des espaces autres. In: FOUCAULT, M. Dits et Écrits II-1976-1988 Paris: Ed. Quatro Gallimard, 2001, p. 1571-1581

_____ O Governo de si e dos outros. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

_____ A Coragem da Verdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

GADELHA, S. Biopolítica, governamentalidade e educação: introdução e conexões, a partir de Michel Foucault. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2009.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Entre a vida e a morte*. In: OTTE, Georg; CORNELSEN, Elcio; SEDLMAYER, Sabrina (orgs.). *Limiares e passagens em Walter Benjamin*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, p. 12-26.

GALEANO, Eduardo. O livro dos abraços. Porto Alegre: LPM, 1991, p.71.

GARCIA, José G. 50 anos de poesia de JOSÉ GODOY GARCIA. Brasília: Thesaurus Editora, 1999.

GUATTARI, Félix e NEGRI, Toni. Os novos espaços de liberdade, Coimbra, Ed: Centelha, 1987.

GUATTARI, Félix. *Caosmose um novo paradigma estético*. Rio de Janeiro: Editora 34, 2006

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 2005.

INTERNACIONAL, Anistia. Brasil "*Vim buscar sua alma*": o caveirão e o policiamento no Rio de Janeiro. Londres, Secretariado Internacional, 2006. Disponível em: <http://brasil.indymedia.org/media/2007/03//375506.pdf> Acessado em : 21/08/2012.

Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia; Freitas Bastos Editora; Fundação Ford, 2001.

JOSEPHSON, Silvia Carvalho. Rio de Janeiro: História e subjetividades. In: RODRIGUES, Heliana de Barros Conde; CERREZZO, Antônio Carlos; JACÓ-VILELA,

Ana Maria. Clio-Psyché paradigmas- historiografia, psicologia, subjetividades. Rio de Janeiro: Ed. Relume Dumará, 2003 p.119-130

LEITÃO, Geronimo; DELECAVE, Jonas. Morar carioca: uma nova etapa da urbanização de favelas da cidade do Rio de Janeiro? USP, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2010. Mimeo. Disponível em:

http://www.usp.br/fau/cursos/graduacao/arq_urbanismo/disciplinas/aup0268/Leitao_Geronimo_-_Morar_Carioca.pdf

LIMA BARRETO, Afonso Henriques de. *Os Bruzundangas*. Belo Horizonte: GARNIER, 1998.

LOBO, L. Os infames da história. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

MAIOLINO, Ana Lucia Gonçalves; SANTOS, Mauro César de Oliveira. Histórias do Rio de Janeiro: espaço urbano e subjetividades. In: RODRIGUES, Heliana de Barros Conde; CEREZZO, Antônio Carlos; JACÓ-VILELA, Ana Maria. Clio-Psyché paradigmas- historiografia, psicologia, subjetividades. Rio de Janeiro: Ed. Relume Dumará, 2003 p.139-146.

MARZULO, Eber Pires. Espaço dos pobres: identidade social e territorialidade na modernidade tardia. Tese de Doutorado. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional(IPPUR). Universidade Federal do Rio de Janeiro(UFRJ), 2005.

MATTELART, Armand. La globalisation de la surveillance aux origines de l'ordre sécuritaire. Paris: Ed. La découverte, 2008.

MIRANDA, José A. Bragança e Cascais, Antônio Fernando. A lição de Foucault. Em: NETO, João Cabral de Melo. Morte e Vida Severina e outros poemas para vozes. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 2000.

PASSOS, E.; BARROS R.BENEVIDES. A construção do plano da clínica e o conceito de transdisciplinaridade. Em: Psicologia: Teoria e Pesquisa Jan-Abr 2000, Vol. 16 n. 1, pp. 071-079, Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v16n1/4390.pdf>, acessado em 05/08/2012

PELBART, P. A cidade virtual. In: Anais. A cidade vivente: subjetividade, socialidade e meio ambiente na cidade contemporânea, 18 a 21 de abril de 1997. Belo Horizonte: Movimento Instituinte de Belo Horizonte; ENGENDRA; Instituto Félix Guattari, 1997

PERLMAN, Janice F. O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PIÑON, Charles Pacheco. As Forças Armadas e a garantia da lei e da ordem sob uma perspectiva histórica e social. Em Jus Navigandi, seção Artigos. 2007 . Disponível em: <http://jus.com.br/revista/texto/9392/as-forcas-armadas-e-a-garantia-da-lei-e-da-ordem-sob-uma-perspectiva-historica-e-social#ixzz2490Aysfn> Acessado em: 20/08/2012

PINHEIRO, Diego A. L. *Contribuições do pensamento blanchotiano aos estudos da subjetividade- como criar regiões de silêncio e solidão*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Departamento de Psicologia da UFF, Niterói, 2012.

PINTO, Rita de Cássia S.; SILVA, Carlos Esquivel G. da; LOUREIRO, Kátia A. S. (org.) *Circuito das Casas-Tela, caminhos de vida no Museu de Favela*. Ed. Rio de Janeiro: Museu de Favela, 2012.

PORTELLI, Alessandro. Memória e diálogo: desafios da história oral para a ideologia do século XXI. In: FERREIRA, M.M.; FERNANDES, T.M.; ALBERTI, V. (Orgs.) – História Oral: desafios para o século XXI. Rio de Janeiro: Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz/FGV, 2000. p. 67-71.

QUEIROZ, André. *Imagens da Biopolítica I – Cartografias do Horror*. Rio de Janeiro: Ed. Multifoco, 2011.

RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo. *Figuras de Foucault*. Belo Horizonte: Ed. Autentica, 2008.

RAMOS, Graciliano. *Vidas Secas*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2003

RAMOS, Tomás. “*Vim buscar a sua alma’ - a governamentalidade da política Caveirão*”. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Direito). UFF, Niterói, 2011.

RELATÓRIOS DE PESQUISAS:

REVEL, Judith. *Dictionnaire Foucault*. Paris: Ed. Ellipses, 2008

ROCHA, Marisa Lopes da. *Espaço Urbano e Configurações subjetivas contemporâneas*. In: RODRIGUES, Heliana de Barros Conde; CEREMZO, Antônio

Carlos; JACÓ-VILELA, Ana Maria. Clio-Psyché paradigmas- historiografia, psicologia, subjetividades. Rio de Janeiro: Ed. Relume Dumará, 2003 p.115-118

RODRIGUES, H.C. (1992). *Psicanálise e Análise Institucional*. Em: Rodrigues, H., Benevides de Barros, R. & Sá Leitão, M.B. (Orgs), *Grupos e Instituições em Análise*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992

ROLNIK, Suely. *À sombra da cidadania: alteridade, homem da ética e reivindicação de democracia*. In: MAGALHÃES, M. C. R. (Org.). *Na sombra da cidade*. São Paulo: Escuta, 1995.

ROSA, João Guimarães. *Grande sertão: veredas*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira. 38º ed. 1986.

_____. *Primeiras estórias*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 2005.

ROSE, Nikolas. Governando a alma: a formação do eu privado. In: Silva, Tomaz Tadeu (Org.). *Liberdades reguladas: a pedagogia construtiva e outras formas de governo do eu*. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 30-45.

RUBIN, Daniel Sperb. Janelas quebradas, tolerância zero e criminalidade. Em Jus Navigandi, seção Artigos. 2003. Disponível em: <http://jus.com.br/revista/texto/3730/janelas-quebradas-tolerancia-zero-e-criminalidade#ixzz249AbFZee> Acessado em: 20/08/2012.

SAMPAIO, Carlos. *Memória Histórica – Obras da Prefeitura do Rio de Janeiro - 8 de junho de 1920 a 15 de novembro de 1922*. LUMEN – Empresa Internacional Editora, 1924.

SENELLART, Michel. “*Michel Foucault: plèbe, peuple, population*”. In : CHÊNE, Janine et al. *La tentation populiste au cœur de l'Europe*, Paris : Ed. La Découverte, 2003, p. 301-313.

SOARES, Barbara Musumeci; LEMGRUBER, Julita; MUSUMECI, Leonarda e RAMOS, Silvia. “*Unidade de Polícia Pacificadora: o que pensam os policiais*”. Rio de Janeiro: CESEC, julho de 2012. Disponível em: <http://www.ucamcesec.com.br/category/estatisticas/dados-destaque/> Acessado em: 28/08/2012.

SOUZA, Taiguara Libano Soares e. *Constituição, Segurança Pública e*

STORANI, Paulo. *Vitória Sobre a Morte: a Glória Prometida – O “rito de passagem” na construção da identidade dos caveiras do Batalhão de Operações Policiais Especiais – BOPE*. Dissertação (Mestrado em Antropologia). UFF, Niterói, 2008.

VALLADARES, Lícia do Prado. A Gênese da favela carioca; a produção anterior às Ciências Sociais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, vol.15, no44, out.2000. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092000000300001&lang=pt. Acessado em 22/08/2012

VELLOSO, João Paulo dos Reis; PASTUK, Marília e JR PEREIRA, Vicente. “Favela como oportunidade: Plano de desenvolvimento de favelas para sua inclusão social e econômica”. Rio de Janeiro: INAE, 2012.

VERANI, Sérgio. *Assassinatos em Nome da Lei*. Rio de Janeiro: Aldebarã, 1996.

ZALUAR, Alba. Introdução. In: ZALUAR, Alba e ALVITO, Marcos. *Um século de favela*. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p.7-24

REPORTAGENS EM JORNAIS E REVISTAS

A NOVA DEMOCRACIA. Área de risco ou área de rico?. Disponível em: <http://www.anovademocracia.com.br/no-69/3096-eduardo-paes-ataca-na-estradinha-1014> Acessado em: 29/08/2012.

A NOVA DEMOCRACIA. Ato pela punição dos assassinos do jovem Andreu Luis . Ano IX, n. 74. 2011. Disponível em <http://www.anovademocracia.com.br/no-74/3282-ato-pela-punicao-dos-assassinos-do-jovem-andreu-luis>. Acessado em: 13/10/2013.

A NOVA DEMOCRACIA. Moradora do Cantagalo denuncia abusos de PMs da UPP. 2012. Disponível em: <http://www.anovademocracia.com.br/no-88/3943-moradora-do-cantagalo-denuncia-abusos-de-pms-da-upp> Acessado em 04/07/2012

AGÊNCIA BRASIL. Vendas de imóveis do PAC no Complexo do Alemão serão investigadas, diz Sérgio Cabral. 2012. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-08-23/vendas-de-imoveis-do-pac-no-complexo-do-alemao-serao-investigadas-diz-sergio-cabral> Acessado em: 28/08/2012

BASTOS, Isabela et al. Moradores da Rocinha participam de reunião com o BOPE. Em Jornal O Globo. 2011. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/moradores-da-rocinha-participam-de-reuniao-com-bope-3249927#ixzz24C1IDZEo>. Acessado em: 21/08/2012.

BRASIL. Rio Top Tour estimula inclusão pelo turismo. Em Portal Brasil. 2010. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/turismo/2010/08/rio-top-tour-estimula-inclusao-pelo-turismo-1>. Acessado em : 08/08/2012.

D24AM. Bailes funk perdem espaço em favelas do Rio após ocupação policial. 2012. Disponível em: <http://www.d24am.com/noticias/brasil/bailes-funk-perdem-espaco-em-favelas-do-rio-apos-ocupacao-policial/54345> Acessado em: 18/07/2012

ÉPOCA. José Mariano Beltrame: “A milícia hoje me preocupa mais que o tráfico”. 2011. Em: <http://revistaepoca.globo.com/Sociedade/noticia/2011/10/jose-mariano-beltrame-milicia-hoje-me-preocupa-mais-que-o-trafico.html> Acessado em: 19/06/2012.

EXTRA. Mortes em confrontos com a polícia cresceram 158% entre junho e julho. 2012. Disponível em: <http://extra.globo.com/casos-de-policia/mortes-em-confrontos-com-policia-cresceram-158-entre-junho-julho-5849211.html#ixzz24CIhOjKA> Acessado em: 21/08/2012.

EXTRA. PMs forjam auto de resistência durante ação antissequestro na Barra. 2012. Disponível em: <http://extra.globo.com/casos-de-policia/pms-forjam-auto-de-resistencia-durante-acao-antissequestro-na-barra-5649399.html> Acessado em: 28/08/2012

EXTRA. UPP: mais da metade dos policiais mortos em serviço este ano estava em áreas pacificadas. 2012. Disponível em: <http://extra.globo.com/casos-de-policia/upp-mais-da-metade-dos-policiais-mortos-em-servico-este-ano-estava-em-areas-pacificadas-6122927.html> Acessado em: 15/07/2013

FOLHA ONLINE. Passageiros de van incendiada no Rio têm queimaduras de segundo grau. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/835500-passageiros-de-van-incendiada-no-rio-tem-queimaduras-de-segundo-grau.shtml> Acessado em: 16/08/2012

FOLHA ONLINE. Van e ônibus são incendiados no Rio; nº de veículos queimados sobe para 16. 2010. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/835328-van-e->

onibus-sao-incendiados-no-rio-n-de-veiculos-queimados-sobe-para-16.shtml Acessado em: 16/08/2012

FOLHA. Conflito entre moradores e tropa do Exército deixa um ferido no Rio. 2011. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/970298-conflito-entre-moradores-e-tropa-do-exercito-deixa-um-ferido-no-rio.shtml> Acessada em 15/07/2012.

GALEANO, Eduardo (entrevista). Fomos treinados para ter medo de tudo e de todos. Em Revista Fórum. 2012. Disponível em: <http://revistaforum.com.br/blog/2012/03/14637/> Acessado em: 21/08/2012

<http://revistamarieclaire.globo.com/Revista/Common/0,,EMI259459-17737,00-BATOM+NA+CAVEIRA+UMA+CONVERSA+EXCLUSIVA+COM+AS+UNICAS+QUATRO+MULHERES+DO+BO.html> Acessado em: 24/08/2012.

JORNAL DO BRASIL. Paes anuncia barreiras acústicas em vias expressas. Caderno Rio. Disponível em: <http://www.jb.com.br/rio/noticias/2009/10/13/paes-anuncia-barreiras-acusticas-em-vias-expressas/>. 2013. Acessado em: 13/08/2012.

KNEIPP, Mariana; CARUSO, Marina. Batom na caveira: uma conversa exclusiva com as únicas quatro mulheres do BOPE. Em Revista Marie Claire, caderno Reportagem / Entrevista do mês. 2011.

MARTINS, Marco Antônio. *UPPs de áreas turísticas e menos perigosas possuem mais policiais*. Em Folha Online, caderno Cotidiano. 2012. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/55212-upps-de-areas-turisticas-e-menos-perigosas-possuem-mais-policiais.shtml> Acessado em: 13/08/2012.

NOGUEIRA, Ítalo. Para secretário, tiro em Copacabana "é uma coisa" e, no Alemão, "é outra". Em Folha Online, caderno Cotidiano. 2007. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u339328.shtml>. Acessado em 30/07/2012.

O DIA. PMs são filmados agredindo jovem na UPP da Mangueira. 2012. Em: <http://odia.ig.com.br/porta1/rio/pms-s%C3%A3o-filmados-agredindo-jovem-na-upp-da-mangueira-1.462315> Acessado em: 15/07/2012

O GLOBO. Comandante diz que vai ouvir PM que borrifou spray de pimenta nos olhos de cão. 2012. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/comandante-diz-que-vai->

ouvir-pm-que-borrifou-spray-de-pimenta-nos-olhos-de-cao-4823197. Acessado em: 16/07/2012.

O GLOBO. *Comandante do BOPE faz palestra para comunidade da Providência sobre UPP*. 2010. Em: <http://oglobo.globo.com/rio/comandante-do-bope-faz-palestra-para-comunidade-da-providencia-sobre-upp-3033933> Acessado em: 20/08/2012

O GLOBO. Moradores da favela Tavares Bastos estão inseguros com saída do Bope. 2010. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2010/05/moradores-da-favela-tavares-bastos-estao-inseguros-com-saida-do-bope.html> Acessado em 15/05/2012

O GLOBO. Moradores de áreas com UPP têm mais celulares que a média da população do país. 2012. Em: <http://oglobo.globo.com/rio/moradores-de-areas-com-upp-tem-mais-celulares-que-media-da-populacao-do-pais-5531813#ixzz23urLID79> . Acessado em: 18/08/2012

O GLOBO. PM estreia 'caveirinha' na ocupação da Vila Cruzeiro, no Rio. 2012. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2012/06/pm-estreia-caveirinha-na-ocupacao-da-vila-cruzeiro-no-rio.html> Acessado em: 25/08/2012.

O GLOBO. Polícia abre três inquéritos para apurar venda de apartamentos do PAC. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2012/08/policia-abre-tres-inqueritos-para-apurar-venda-de-apartamentos-do-pac.html> Acessado em: 30/08/2012

O GLOBO. Torturador conta rotina da Casa da Morte em Petrópolis. 2012. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/pais/torturador-conta-rotina-da-casa-da-morte-em-petropolis-5300155> Acessado em: 19/08/2013.

O GLOBO. Tropa do Bope canta grito de guerra que faz apologia à violência. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/globo-news/noticia/2013/05/tropa-do-bope-canta-grito-de-guerra-que-faz-apologia-violencia.html> Acessado em: 02/06/2013.

PORTAL TERRA. Bope ocupa favela do RJ e moradores protestam. 2006. Disponível em: <http://entretenimientoec.terra.com.ec/oscar/2009/interna/0,,OI1197967-EI316,00.html> Acessado em: 16/08/2012

PORTAL UOL. Sem UPP, subúrbio do Rio tem taxa de homicídio 20 vezes maior do que área pacificada. 2012. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas->

noticias/2012/06/02/sem-upp-suburbio-do-rio-tem-taxa-de-homicidio-20-vezes-maior-do-que-area-pacificada.htm Acessado em: 27/08/2013

R7. Morador de morro em Ipanema acusa PMs de UPP de agressão. 2012. Disponível em: <http://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/noticias/morador-de-morro-em-ipanema-acusa-pms-de-upp-de-agressao-20120410.html> Acessado em: 28/08/2012

R7. Sobe para 53 número de veículos queimados em onda de violência no Rio. 2010. Disponível em: <http://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/noticias/sobe-para-52-numero-de-veiculos-queimados-em-onda-de-violencia-no-rio-20101125.html> Acessado em: 16/08/2012.

RIO, João do. Os livres acampamentos da miséria. Em Jangada Brasil, Ano VIII, Ed. 84, Novembro de 2005. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.jangadabrasil.com.br/revista/novembro84/al84011b.asp> Acessado em: 09/10/2013.

TERRA. Na disputa com o tráfico, Beltrame busca recuperar terreno. 2011. Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/brasil/na-disputa-com-o-trafico-beltrame-busca-recuperar-terreno,52186ba27fe1b310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>. Acessado em : 20/08/2012.

ÚLTIMO SEGUNDO. Beltrame e policiais se tornam príncipes em festa no Rio. Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/rj/beltrame-e-policiais-se-tornam-principes-em-festa-no-rio/n1237749335745.html> Acessado em: 20/10/2012

UOL. Rio: 33 escolas ficam fechadas por causa dos ataques criminosos. 2010. Disponível em: <http://educacao.uol.com.br/noticias/2010/11/25/rio-33-escolas-ficam-fechadas-por-causa-dos-ataques-criminosos.htm> Acessado em: 16/08/2012.

VEJA, Revista, O Complexo do Alemão em Estado de Sítio, São Paulo, Abril S/A. 26/10/2011. Versão digitalizada encontra-se disponível em: Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/o-complexo-do-alemao-em-estado-de-sitio>

VEJA. O Complexo do Alemão em estado de sítio. Em Caderno Brasil. 2011. Disponível em <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/o-complexo-do-alemao-em-estado-de-sitio>. Acessado em: 20/08/2012

CONTEÚDOS DA INTERNET (BLOG, PÁGINAS INSTITUCIONAIS, ETC)

Acessado em: 29/08/2012

AULETTE UOL. Ciscar. Disponível em
<http://aulete.uol.com.br/ciscar#ixzz2NaCXcL44>. Acessado em 23/08/2013.

BLOG DA PACIFICAÇÃO. Disponível em:
<http://www.blogdapacificacao.com.br/sem-categoria/empresas-vaio-doa-r-20-milhoes-para-policiais-de-upp/> Acessado em 15/07/2012

CANO, Ignácio (coord). *Os Donos do Morro: Uma Avaliação Exploratória do Impacto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio*. Em Fórum Brasileiro de Segurança Pública. 2012. Disponível em:
<http://riorealblog.files.wordpress.com/2012/07/relatc3b3riofinalcaf13.pdf> Acessado em: 14/08/2012

DICIONÁRIO MPB. Nelson Cavaquinho. Disponível em:
<http://www.dicionariompb.com.br/nelson-cavaquinho/biografia> Acessado em: 07/06/2013.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Configurações do Mercado do Funk no Rio de Janeiro. Disponível em http://cpdoc.fgv.br/fgvopiniao/pesquisaspublicas#id_3. Acessado em 11 de julho de 2012.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Fatos e Imagens. Departamento de Imprensa e Propaganda. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/DIP> Acessado em: 07/06/2013.

GOVERNO DO ESTADO DO RJ. Dia das Crianças de paz e muita música para 3,5 mil jovens moradores de áreas pacificadas. 2013. Disponível em:
<http://www.upprj.com/index.php/acontece/acontece-selecionado/dia-das-criancas-de-paz-e-muita-musica-para-35-mil-pequenos-moradores-de-ar/CP>

GOVERNO DO ESTADO DO RJ. O que é UPP. Disponível em
http://www.upprj.com/index.php/o_que_e_upp. Acessado em 30/06/2013.

GOVERNO DO ESTADO DO RJ. Servindo ao Servidor. Jovens têm aulas de artes marciais no Bope. Disponível em:
http://www.intranet.rj.gov.br/exibe_pagina.asp?id=4710 Acessado em: 21/08/2012,

GOVERNO DO ESTADO DO RJ. Sobre as UPPs. Disponível em: http://upprj.com/wp/?page_id=20 Acessado em 30/07/2012.

GOVERNO DO ESTADO DO RJ. Subsecretaria de Comunicação Social. Bope promove campeonato de jiu-jítsu para 300 crianças e adolescentes. 2012. Disponível em: <http://www.rj.gov.br/web/imprensa/exibeconteudo?article-id=938408> Acessado em: 15/07/2012

JUSTIÇA GLOBAL. Justiça Global denuncia à OEA chacina nas favelas da Maré e mortes envolvendo policiais em áreas de UPP. Em seção Arquivo. 2013. Disponível em: <http://global.org.br/programas/justica-global-denuncia-a-oea-chacina-nas-favelas-da-mare-e-mortes-envolvendo-policiais-em-areas-de-upp/> Acessado em: 14/07/2013

MANDATO MARCELO FREIXO. Roda de funk no Cantagalo. Em: <http://www.marcelofreixo.com.br/portal/index.php?destino=noticias&codigo=678> Acessada em 15/07/2012

REDE DE COMUNIDADES E MOVIMENTOS CONTRA A VIOLÊNCIA. Casos. André Ferreira - Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) Pavão-Pavãozinho. Disponível em: <http://www.redecontraviolencia.org/Casos/2011/814.html>

REDE DE COMUNIDADES E MOVIMENTOS CONTRA A VIOLÊNCIA. Notícias. Relato de Deize Carvalho sobre humilhação e agressão sofrida a partir de policiais da UPP no último sábado 18/08. 2012. Disponível em: <http://www.redecontraviolencia.org/Noticias/865.html>. Acessado em: 13/10/2013.

SESI. Programa de estágio do SESI Cidadania. Disponível em: <http://www.firjan.org.br/data/pages/2C908CEC352D00B401356E76C25E65C0.htm>. Acessado em: 18/08/2012.

WIKIPEDIA. Scuderie Detective Le Coq. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Scuderie_Detetive_Le_Cocq Acessado em: 11/07/2012

WIKIPEDIA. Álvaro Lins (político do Rio de Janeiro.). Disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%81lvaro_Lins_\(pol%C3%ADtico_do_Rio_de_Janeiro\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%81lvaro_Lins_(pol%C3%ADtico_do_Rio_de_Janeiro)) Acessado em: 11/07/2012

LEGISLAÇÃO:

GOVERNO DO ESTADO DO RJ. Sistema de Legislação de Pessoa. Decreto nº 42.787 de 06 de janeiro de 2011.

GOVERNO DO ESTADO DO RJ. Lei nº 5265, de 18 de junho de 2008.

OUTRAS FONTES:

CIDINHO E DOCA. Rap da Felicidade. Disponível em: <http://www.vagalume.com.br/mcs-cidinho-e-doca/rap-da-felicidade.html#ixzz2VadXATx4>

CONSPIRAÇÃO FILMES. UPP. 2010. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=kPIA8WKSv1c> Acessado em: 07/06/2013.

DIRETO DA GEMA. meurio.org.br - A gente não quer só polícia. 2012. Disponível em: http://www.youtube.com/watch?v=gQTfjtezVPY&feature=player_embedded Acessado em: 11/07/2012

GIL, Gilberto. A Paz. Cd. Acústico MTV, 1994

GIL, Gilberto. *Aquele abraço*. Cd: Acústico MTV, 1994.

PROLERJ. UPP-Empreendedorismo. , 2012. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=E07ahQhzqts>, Acessado em: 30/09/2013.

SEIXAS, Vladimir. *Atrás da Porta*. Rio de Janeiro: GUME FILMES, Documentário, 2010